

REVISTA PHILOLOGUS

ISSN 1413-6457



Rio de Janeiro - Ano 18 - Nº53
Maio / Agosto - 2012

R454

Revista Philologus / Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos. – Ano 18, Nº 53, (maio./ago.2012) – Rio de Janeiro: CiFEFiL. 176 p.

**Quadrimestral
ISSN 1413-6457**

**1. Filologia – Periódicos. 2. Linguística – Periódicos.
I. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos**

CDU 801 (05)

EXPEDIENTE

A *Revista Philologus* é um periódico quadrimestral do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL) que se destina a veicular a transmissão e a produção de conhecimentos e reflexões científicas, desta entidade, nas áreas de Filologia e de Linguística por ela abrangidas.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Editora

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL)

Boulevard Vinte e Oito de Setembro, 397 / 603 – 20.551-030 – Rio de Janeiro – RJ

pereira@filologia.org.br – (21) 2569-0276 e www.filologia.org.br/revista

Diretor-Presidente:

Prof. Dr. José Pereira da Silva

Vice-Diretora:

Profa. Me. Cristina Alves de Brito

Primeira Secretária:

Profa. Dra. Delia Cambeiro Praça

Segunda Secretária:

Profa. Dra. Regina Céli Alves da Silva

Diretor de Publicações

Prof. Dr. Amós Coêlho da Silva

Vice-Diretor de Publicações

Prof. Dr. José Mario Botelho

Equipe de Apoio Editorial

Constituída pelos Diretores e Secretários do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL). Esta Equipe é a responsável pelo recebimento e avaliação dos trabalhos encaminhados para publicação nesta *Revista*.

Redator-Chefe:

José Pereira da Silva

Conselho Editorial

Adriano de Souza Dias

Afrânio da Silva Garcia

Álvaro Alfredo Bragança Júnior

Amós Coêlho da Silva

Antônio Elias Lima Freitas

Antônio Sérgio Cavalcante da Cunha

Claudio Cezar Henriques

Darcília Marindir Pinto Simões

Delia Cambeiro Praça

Eduardo Tuffani Monteiro

José Mario Botelho

José Pereira da Silva

Maria Lúcia Mexias Simon

Nataniel dos Santos Gomes

Regina Céli Alves da Silva

Vito César de Oliveira Manzolillo

Diagramação, editoração e edição

José Pereira da Silva

Editoração eletrônica

Silvia Avelar

Projeto de capa:

Emmanuel Macedo Tavares

Distribuição

A *Revista Philologus* tem sua distribuição endereçada a Instituições de Ensino, Centros, Órgãos e Institutos de Estudos e Pesquisa e a quaisquer outras entidades ou pessoas interessadas em seu recebimento mediante pedido e pagamento das taxas postais correspondentes.

REVISTA PHILOLOGUS VIRTUAL

www.filologia.org.br/revista

SUMÁRIO

0. EDITORIAL	05
1. A escrita no ambiente digital e suas implicações para o ensino de língua portuguesa – <i>Geisa Borges da Costa</i>	07
2. A linguagem dos espíritas sob a perspectiva do jargão – <i>André Gonçalves Ramos</i>	13
3. Algumas alterações ocorridas na ortografia portuguesa desde 1911 até o acordo de 2009 – <i>Regina Schio</i>	28
4. Análise de obra lexicográfica – <i>Rosana Ferreira Alves e Rosângela F. F. Cardoso</i>	43
5. As rãs pedem um rei (Fedro): uma abordagem moral da fábula – <i>Miguel Eugenio Almeida</i>	52
6. Características ortográficas da língua portuguesa: séculos XVIII ao XX – <i>Angelita Heidmann Campos e Elias Alves de Andrade</i>	62
7. Filologia: uma ciência antiga e uma polêmica eterna (II) – <i>Exedito Eloísio Ximenes</i>	74
8. Folhetos de Franklin Maxado: criação neológica e literatura de cordel – <i>Érica Azevedo Santos e Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz</i>	92
9. Intergenericidade: qual o nome dar ao gênero? – <i>Gisele de Freitas Paula Oliveira</i>	103
10. Linguagem de tradições e costumes no vale do Acre, Juruá e Purus – <i>Luísa Galvão Lessa</i>	112
11. Recursos midiáticos para o ensino da gramática nos aspectos funcionais e normativos da língua – <i>Elisabeth Ramos da Silva e Maria José Milharezi Abud</i>	122
12. Uma leitura crítico-literária acerca do “falar em línguas” em Atos 2, 1-13 – <i>Celso Kallarrari</i>	138
13. Comentários à recensão crítica do Prof. Eduardo Tuffani – <i>Eduardo de Almeida Navarro</i>	159
14. Breve notícia sobre a Coleção Crítica Textual	174

EDITORIAL

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos tem o prazer de apresentar-lhe o número 53 da *Revista Philologus*, com onze artigos completos e a segunda parte de um artigo iniciado no número anterior, resposta a uma resenha crítica e uma notícia acadêmica, dos seguintes professores, filólogos e/ou linguistas: André Gonçalves Ramos (13-27), Angelita Heidmann Campos (62-73), Celso Kallarrari (138-158), Eduardo de Almeida Navarro (159-173), Elias Alves de Andrade (62-73), Elisabeth Ramos da Silva (122-137), Érica Azevedo Santos (92-102), Expedito Eloísio Ximenes (74-91), Geisa Borges da Costa (07-12), Gisele de Freitas Paula Oliveira (103-111), José Pereira da Silva (174-176), Luísa Galvão Lessa (112-121), Maria José Milharezi Abud (122-137), Miguél Eugenio Almeida (52-61), Regina Schio (28-42), Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz (92-102), Rosana Ferreira Alves (43-51), Rosângela F. F. Cardoso (43-51).

No primeiro artigo, Geisa aponta a necessidade de a escola rever alguns conceitos e práticas relacionados à utilização da língua, para instruir o aluno quanto à adequação dos recursos da linguagem aos diferentes gêneros e contextos, inclusive aos gêneros digitais.

No segundo, André aborda a linguagem peculiar utilizada pelos adeptos da doutrina espírita, analisando essa variedade linguística sob a perspectiva do jargão.

No terceiro artigo, Regina faz um levantamento bibliográfico sobre a ortografia da língua portuguesa e descrevem algumas alterações ocorridas, fixando-se mais demoradamente na questão da hifenização.

Rosana expõe, no quarto artigo, a análise de uma importante obra lexicográfica, utilizando, critérios expostos em diversos autores.

No quinto, Miguél analisa os aspectos literários de uma fábula de Fedro, apontando elementos da moral na organização social e política do

Império Romano.

Angelita e Elias, no sexto artigo, observam, comparam e apresentam ocorrências ortográficas, através de documentos datados entre os séculos XVIII e XX, semelhantes ou diferentes das atuais, independentemente do escriba, do tipo e do veículo de comunicação.

Em sétimo lugar conclui-se o artigo de Expedito, “Filologia: uma ciência antiga e uma polêmica eterna”, iniciado no número 52.

No oitavo, Érica e Rita analisam as criações neológicas na literatura de cordel de Franklin Maxado, verificando como o autor utiliza estilisticamente tal recurso em seus textos.

No nono, Gisele analisa o fenômeno da intergenericidade na publicidade brasileira, conceituando o gênero do discurso e definindo a intergenericidade e a análise do *corpus*.

Luísa, no décimo artigo, contribui para o progresso dos estudos dialetológicos, fornecendo dados acerca do vocabulário dos seringueiros acrianos, relativos aos costumes e às tradições na atividade extrativista, às crenças e à cultura medicinal de chás e ervas da floresta amazônica.

No décimo primeiro texto, Elisabeth e Maria José perguntam se a utilização de recursos audiovisuais para a compreensão de aspectos gramaticais é ou não uma estratégia considerada prazerosa e eficiente.

No penúltimo artigo, Celso reflete crítica e filologicamente sobre a narrativa de Atos 2, 1-11, comparando o contexto bíblico de Pentecostes com o atual contexto do pentecostalismo católico.

No último, respondendo à recensão crítica publicada no número 52, Eduardo Navarro demonstra a necessidade do conhecimento direto das fontes primárias para a pesquisa filológica eficiente de línguas mortas ou antigas.

Por fim, é apresentada por nós uma breve notícia sobre a Coleção Crítica Textual, que está sendo lançada neste ano de 2012.

O CiFEFiL agradece pelas críticas que nos puder enviar sobre esta publicação, apontando-nos os erros encontrados, para o progresso da linguística e da filologia.

Rio de Janeiro, agosto de 2012.

José Pereira da Silva

**A ESCRITA NO AMBIENTE DIGITAL
E SUAS IMPLICAÇÕES
PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Geisa Borges da Costa (UFRB)
geicosta@ig.com.br

RESUMO

Nos últimos anos, a internet tem se constituído em um dos espaços mais utilizados para a comunicação e interação entre as pessoas. Essa mediação tecnológica nos processos comunicativos tem acarretado uma série de mudanças no uso que se faz da linguagem, já que esta tende a se ajustar à necessidade do indivíduo e ao meio em que é veiculada. É nesse sentido, que essa questão vem ganhando espaço nos meios acadêmicos e midiáticos, já que muitos acreditam ser isso uma fonte de problema para o ensino de língua portuguesa. O objetivo deste trabalho é discutir, à luz de alguns estudos realizados no campo da linguagem, se a escrita utilizada nos meios digitais prejudicaria a aprendizagem e uso da grafia padrão pelos estudantes da educação básica. O trabalho aponta para a necessidade de a escola rever alguns conceitos e práticas relacionados à utilização da língua, a fim de que possa instruir o aluno quanto à adequação dos recursos da linguagem aos diferentes gêneros e contextos comunicativos, pois a língua não é uniforme, e mesmo na modalidade escrita, a linguagem não será utilizada da mesma forma em qualquer gênero ou suporte textual. Sendo assim, é preciso que o professor faça da linguagem utilizada nos gêneros digitais um instrumento de estudo na sala de aula, através de atividades didáticas que possibilitem aos alunos perceberem as diferenças entre os gêneros textuais.

Palavras-chave: Escrita. Ambiente digital. Ensino. Língua portuguesa.

1. Introdução

A comunicação é elemento básico para a vida humana em sociedade, e esta se dá, fundamentalmente, pela linguagem, que serve como fator de identificação cultural e linguística. Entendida assim, a linguagem seria um fenômeno de natureza sociocultural e como tal não poderia ser estudado fora do âmbito em que se insere.

Ora, se não se pode considerar a língua fora do contexto sociocultural, na medida em que sua função seria não apenas transmitir informações, como também estabelecer e manter contatos sociais e culturais entre os falantes, não se pode também deixar de lado o fato de que ela vai acompanhar e refletir os padrões de comportamento e valores socioculturais e identitários de uma dada comunidade.

Sendo assim, as formas de utilização da língua são modificadas constantemente, adaptando-se às necessidades dos indivíduos de acordo com o grau de intimidade entre os interlocutores, com o ambiente em que ocorre a interação, dentre outros fatores que podem interferir no modo de concretização da linguagem.

Nos últimos anos, com a explosão da internet, novas formas de linguagem foram criadas e disseminadas nos espaços digitais, desencadeando um processo de mudança na utilização das normas gráficas da escrita, que, nos meios digitais, apresenta características peculiares como utilização intensa de abreviações, supressão de acentuação e pontuação e substituição de palavras por símbolos.

É nesse sentido, que essa questão vem ganhando espaço nos meios acadêmicos e midiáticos, já que muitos acreditam ser isso uma fonte de problema para o ensino de língua portuguesa. O objetivo deste trabalho é discutir, à luz de alguns estudos realizados na área, se a escrita utilizada nos meios digitais prejudicaria a aprendizagem e uso da grafia padrão pelos estudantes da educação básica.

2. A escrita nos ambientes digitais

É inegável o impacto que as tecnologias digitais, especialmente a internet, têm exercido na sociedade contemporânea, gerando novas formas de conhecimento e de comunicação. Os gêneros textuais desenvolvidos no interior dos ambientes virtuais inauguram uma prática de linguagem híbrida, em que letras, números, imagens e sons se misturam, configurando um novo tipo de escrita, que envolve elementos verbais e não verbais.

A escrita desenvolvida nos ambientes digitais possui características próprias, que infringem as normas ortográficas e, assim, levados pela necessidade de agilidade e dinamismo na esfera virtual, os indivíduos produzem uma grafia que se afasta da escrita convencional, já que o elemento mais importante para os interlocutores é a interatividade.

Sendo assim, a escrita utilizada no ciberespaço desfaz as fronteiras entre linguagem oral e linguagem escrita, já que os indivíduos transpõem traços da oralidade para a escrita digital.

Para Halliday (*apud* MARCUSCHI, 2005, p. 63), as peculiaridades da escrita produzida nos meios digitais cria uma situação de desconstrução da oposição entre fala e escrita, já que, nos ambientes virtuais, a distância entre essas duas modalidades praticamente desaparece e a escrita produzida é bastante próxima da fala. Entretanto, esse mesmo autor alerta para o perigo que há em se assumir posições radicais, como a de que as novas gerações que aprendem a escrever usando o processador de texto, tendem a construir seu discurso escrito utilizando estratégias da língua falada, pois o que está ocorrendo não é uma neutralização ou rompimento das diferenças entre fala e escrita e sim a criação de condições para que haja uma maior interação entre as duas modalidades.

Um fator importante que deve ser considerado é que o próprio suporte textual exige essa linguagem diferenciada, não sendo essa utilização de símbolos e abreviações involuntária por parte dos interlocutores, ao contrário, a presença desses recursos serve também como fator de identificação de pessoas ou grupos, que se fazem ou se querem conhecidos por eles.

Além disso, o fato dessa comunicação mediada pelo computador acontecer de maneira síncrona, em tempo real, ou seja, em que duas ou mais pessoas conversam ao mesmo tempo, utilizando a escrita, faz com que haja uma necessidade de imprimir agilidade e rapidez ao diálogo escrito. Sendo assim, os interlocutores utilizam alguns recursos para construir o dinamismo do texto, como:

1. Utilização expressiva de abreviações;
2. Supressão dos sinais gráficos de acentuação;
3. Substituição de palavras ou expressões por números;
4. Supressão dos sinais de pontuação;
5. Criação de novas palavras;
6. Emprego de onomatopeias.

Essas características da escrita digital têm levado muitas pessoas a assumirem um discurso até mesmo tecnofóbico, de aversão à linguagem

que se produz no ambiente virtual, para quem esse tipo de interação levaria a uma aprendizagem errada da língua portuguesa.

Em entrevista à revista *Letra Magna* (2009), o linguista David Cristal, autor do livro *A linguagem e a Internet*, afirma que a língua não está mudando com a internet, pois não estão sendo alterados o sistema fônico, o sistema gramatical e o fundo léxico comum, não prevendo um futuro desastroso para a gramática por causa da rede. Conforme o autor, a invenção do telefone, da impressão, do telégrafo e da radiodifusão também guiou a língua para novas direções, o que provocou a desconfiança de algumas pessoas, que assinalavam um desastre linguístico iminente.

É preciso levar em consideração que os diferentes contextos sociais determinam usos diferenciados da linguagem que, entendida como prática social, atende a propósitos comunicativos específicos. Sendo assim, os recursos utilizados na interlocução digital são adequados ao suporte utilizado, já que este oferece aos usuários algumas peculiaridades que diferem, e muito, dos gêneros produzidos em contextos mais formais.

A linguagem utilizada no ambiente virtual não deveria ser encarada como um empobrecimento da língua e sim como mais uma possibilidade de utilização da língua, que devido à sua heterogeneidade e variabilidade, permite aos indivíduos novas formas de uso e interação.

3. Gêneros digitais: implicações para o ensino

A escrita produzida nos ambientes digitais tem levantado polêmicas e discussões, e não é pouco o número de pessoas que consideram a linguagem digital como a grande responsável pelos desvios da norma ortográfica apresentados na escrita escolar.

Para Komesu e Tenani (2009), a crítica que muito fazem aos usos linguísticos que emergem da tecnologia digital é baseada em um critério de “pureza” do idioma, projetado na existência de uma língua escrita ideal, uniforme, associado à língua padrão, à gramática normativa ou ainda aos escritores clássicos. Sendo assim, a escrita produzida no ciberespaço seria responsável pela degeneração e empobrecimento da língua.

Em sua dissertação de mestrado intitulada *meuqueridoblog.com*: a notação escrita produzida no gênero weblog e sua influência a notação escrita escolar, Caiado (2005) analisou a escrita digital de duas adolescentes bloguistas, estudantes da 8ª série do ensino fundamental, compa-

rando com as suas produções escrita na e para a escola, através de avaliações, caderno de atividades de língua portuguesa, exercícios e produções textuais a fim de verificar se a maneira como as adolescentes escrevem no meio digital estaria presente em textos de gêneros mais formais. Os dados encontrados por Caiado não revelaram uma influência expressiva da escrita digital nas atividades escolares das adolescentes, já que estas adequavam a linguagem escrita ao suporte textual.

Esse e outros estudos como os de Assis (2005) apontam que seria exagerado o temor de muitos puristas e professores de língua portuguesa quando afirmam que a intensa comunicação entre os estudantes no meio digital contribuirá para que esses indivíduos “desaprendam” a escrita ortográfica e utilizem uma grafia errada nos textos escolares.

O que a escola não pode fazer, e mais especificamente os professores de língua portuguesa, é excluir de sua programação pedagógica atividades didáticas que levem em consideração a diversidade de gêneros textuais, inclusive aqueles presentes nos ambientes digitais e que já fazem parte do cotidiano dos alunos.

Sabemos ser isso um grande desafio, já que muitos professores ainda não se sentem seguros para levar à sala aula práticas discursivas que, muitas vezes, ainda não se apropriaram. Entretanto, o professor de língua materna não pode se furtar de discutir, junto com seus alunos, sobre essa nova possibilidade de utilização da linguagem, aproveitando o alto grau de intimidade que os adolescentes possuem com a linguagem digital para mostrar as características textuais, discursivas e linguísticas comuns a esses gêneros que emergem da tecnologia digital em comparação a outros gêneros mais formais.

É preciso aproveitar na escola o fascínio que a internet exerce sobre os jovens para criar atividades produtivas, utilizando esses gêneros que se servem da escrita como uma atividade social e dinâmica, ao invés de continuar propondo a produção das famigeradas redações sobre as férias ou sobre as datas comemorativas que, infelizmente, não cumprem nenhuma função social e, por isso, não fazem sentido para os nossos alunos, conforme afirma Araújo (ano). Assim, segundo o autor, os estudantes têm preferido desenvolver o seu potencial de escrita em outros ambientes, como a Internet, por exemplo.

Ora, se o objetivo das aulas de língua portuguesa é ampliar a competência comunicativa do aluno, é preciso criar na escola um leque de possibilidades para utilização da língua materna, a fim de permitir ao

estudante ser um poliglota na própria língua, como definiu Bechara (2002), sendo fundamental para isso que as práticas textuais e discursivas inauguradas no contexto da tecnologia digital tenham lugar na escola, o que contribuiria também para o processo de inclusão social dos alunos da educação básica, tão difundido na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Julio Cesar. O que meu aluno faz nesse tal de orkut? *Vida Educação*. Fortaleza: Brasil Tropical, ano 3, nº 9, 2006, p. 29-32.

ASSIS, Juliana Alves. Ensino/aprendizagem da escrita e tecnologia digital: o e-mail como objeto de estudo e trabalho em sala de aula. In: COSCARELLI, Carla Viana; RIBEIRO, Ana Elisa. (Orgs.). *Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 209-239.

BECHARA, Evanildo. *Ensino de gramática: opressão? Liberdade?* São Paulo: Ática, 2002.

CAIADO, Roberta. A ortografia no gênero weblog: entre a escrita digital e a escrita escolar. In: ARAÚJO, Julio Cesar. (Org.). *Internet e ensino: novos gêneros, outros desafios*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p. 35-47.

CRISTAL, David. Linguagem, internet e sociedade. *Letra Magna. Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura Letra Magna*. Ano 5, n. 11, 2º sem. de 2009. Disponível em: <<http://www.letramagna.com/davidcrystalport.htm>>.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: MARCUSCHI, Luiz Antonio; XAVIER, Antonio Carlos. (Orgs.). *Hipertexto e gêneros digitais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 13-67. Disponível em: <<http://www.sergiofreire.com.br/com/MARCUSCHI-GenerosEmergentes1.pdf>>.

KOMESU, Fabiana; Luciani, TENANI. Considerações sobre o conceito de “internetês” nos estudos da linguagem. *Linguagem em (Dis)curso*, Palhoça, SC, v. 9, nº 3, p. 621-643, set/dez, 2009. Disponível em: <<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0903/090309.pdf>>.

A LINGUAGEM DOS ESPÍRITAS SOB A PERSPECTIVA DO JARGÃO

André Gonçalves Ramos (UFSM)
<goncalvesramos.andre@gmail.com

RESUMO

Este trabalho aborda a linguagem peculiar utilizada pelos adeptos da doutrina espírita, analisando essa variedade linguística sob a perspectiva do jargão. Para tanto, após breve introdução, fazemos uma análise das funções presentes na linguagem espírita. Em seguida, a partir da análise de um glossário de palavras e expressões espíritas, tecemos algumas considerações sobre as características do vocabulário especial dos espíritas. Por último, apresentamos o glossário completo como apêndice.

Palavras-chave: Linguagem dos espíritas. Jargão. Léxico.

1. Introdução

O interesse pelas variações linguísticas e suas relações com a estrutura social foi fixado a partir de um congresso organizado por William Bright, na Universidade da Califórnia em 1964, o qual foi o berço de uma nova área da linguística, denominada sociolinguística (ALKIMIN, 2001). Na verdade, o que os participantes do congresso – Labov e Hymes entre outros – postularam foi um novo objeto para os estudos linguísticos – “a língua falada, observada, descrita e analisada em seu contexto social” (ALKMIM, 2001, p. 31). O ponto de partida é a comunidade linguística, que se caracteriza por se constituir de indivíduos que orientam seu comportamento verbal por um mesmo conjunto de regras, as quais o estudo sociolinguístico pode selecionar e descrever (ALKIMIM, 2001).

A sociolinguística postula uma concepção de língua como sistema heterogêneo, constituído por unidades e regras variáveis, cuja variação está em relação com as possibilidades estruturais da língua e com fatores sociais (LUCHESE, 2004). Em outras palavras, segundo Camacho

(2001), a sociolinguística toma os domínios, linguístico e social, como sistemas estruturados e regulares, de modo a relacionar as variações existentes na linguagem verbal com diferenças de natureza social. Esse conceito supera a noção estruturalista que estabeleceu a dicotomia sincronia/diacronia, pois define a língua como um sistema de regras que variam por meio de um processo ininterrupto de variação e mudança (MARGOTTI, 2003). Nesse sentido, Labov (1972), citado por Camacho (2001), esclarece que a sociolinguística estuda a estrutura e a evolução da linguagem, dentro do contexto social da comunidade, através dos níveis fonológico, morfológico, sintático e semântico em uma análise diacrônica.

Do ponto de vista social, essa análise geralmente aborda a língua através de fatores como idade, sexo, ocupação profissional, localização geográfica, etc. Esses fatores, por sua vez, motivam, segundo Camacho (2001, p. 59), a distinção entre “linguagem comum” e “linguagens especiais”. A primeira se refere às características lexicais e sintáticas comuns a todos os membros de uma comunidade linguística relativamente homogênea. A segunda corresponde às variedades dialetais das subcomunidades linguísticas.

Dentre as linguagens especiais, ou línguas especiais conforme Burke (1996), tem destaque o conceito de “dialeto” que, segundo Rector (1975, p. 36), diz respeito às formas linguísticas regionais que “apresentam entre si coincidência de traços linguísticos fundamentais”. Entretanto, costuma-se acrescentar a esse conceito, estritamente linguístico, caracteres extralinguísticos, geralmente de ordem psíquica, social ou política (RECTOR, 1975).

Contudo, é em outro tipo de língua especial que pretendemos nos ater para o desenvolvimento deste trabalho: o jargão.

2. Os conceitos de jargão

Burke (1996) apresenta um breve histórico do conceito de jargão, abordando os diversos percursos percorridos até chegar à definição atual do termo. Segundo este autor, a palavra jargão remonta ao século XII, quando era usado para se referir à fala ininteligível. Esse é o significado mais primitivo encontrado para jargão que, a partir do francês ou da língua provençal, espalhou-se para diversas línguas e mudou de significado várias vezes até nossos dias.

No século XV, já se usava esse termo para se referir à linguagem do submundo – de bandidos e marginais – tida como antilinguagem. A partir dessa época até o fim do século XVII, o termo foi estendido à linguagem dos grupos que a sociedade também considerava como vigaristas, como os filósofos escolásticos e os religiosos puritanos.

Na Inglaterra, ainda no século XVII, os termos *cant* e *jargon* eram empregados para se referir a “termos de arte” e “termos técnicos”, usados por diferentes grupos profissionais. Também na Inglaterra foi usado o termo “dialeto” com o mesmo significado: dialeto dos advogados, por exemplo. No séc. XVIII, a língua do submundo já era designada por outro nome: *the slang* – que significa gíria. Nessa época, a palavra jargão também era empregada para descrever os vários tipos de língua franca que serviam de comunicação possível entre diferentes povos de uma determinada região.

Ainda no séc. XVIII ocorreu o que parece ser a última, até o momento, mudança no significado da palavra jargão, que passou a se referir a grande quantidade de linguagem técnica utilizada por diferentes grupos socioprofissionais.

O interesse pelo estudo do jargão se revelou crescente desde o séc. XV até nossos dias. No séc. XVI e XVII surgiram vários glossários na tentativa de tornar públicas as linguagens privadas. No princípio eram as linguagens do submundo, como vimos, que fascinava os homens de letras, porém, a partir do séc. XVIII, os glossários da linguagem profissional passaram a ganhar atenção dos estudiosos.

Merece destaque, também, o surgimento da linguística como disciplina acadêmica (século XX) para o desenvolvimento do conceito de jargão – até então estudado como curiosidade por escritores, antiquários, etc. – que passou a ser tratado com um maior profissionalismo. A atenção ao jargão marginal foi dividida entre outras formas de jargão, conhecido também por “línguas especiais”. Por exemplo, a língua dos primeiros cristãos foi o tema de um dos primeiros estudos sociolinguísticos muito antes do surgimento da sociolinguística na década de 1950. Também houve vários estudos sobre o jargão dos soldados, estudantes e dos profissionais.

É importante destacar que os jargões comumente recebem uma conceituação pejorativa decorrente de diversos pontos de vista. Assim, a rejeição de um jargão pode estar ligada à xenofobia, à dificuldade de acesso por causa da ininteligibilidade e/ou mistificação, ao desprezo pelo

pedantismo que este pode causar, a um ideal de pureza que condena a mistura linguística, etc. Por exemplo, Burke (1996, p. 22) identifica casos de movimentos de “reforma da língua” na França e na Itália que tinham como objetivo “purgar” a língua das violações e/ou adulterações. Nesse sentido, Bagno (2003), ao discutir as relações entre língua e poder na sociedade brasileira, revela diversas formas “ocultas” utilizadas em “defesa” da língua portuguesa. Vale lembrar ainda de que as críticas aos jargões sempre estão relacionadas a conflitos e solidariedades de ordem social.

Neste trabalho, os jargões são considerados como linguagens especiais, isto é, variedades de linguagem utilizadas por diferentes subculturas, caracterizadas por uma diversidade de termos técnicos e/ou gírias que exercem diferentes funções nas interações internas e externas. Os jargões também podem ser definidos em oposição ao vernáculo, assim, também os entendemos como “línguas parasitas”, ou seja, utilizando as palavras de Burke (1996, p. 13), “um suplemento ao vernáculo, não uma alternativa a ele”.

3. Funções dos jargões

O estudo sistêmico do jargão propiciou a superação das meras descrições, destinando parte das atenções às funções dos jargões. Burke (1996) elenca uma série de funções características dos jargões. O autor postula que as funções podem ser utilitárias ou simbólicas.

Dentre as funções utilitárias, a função da “conveniência prática” tem grande importância, pois possibilita a objetividade da comunicação, sem perda de tempo com explicações mais detalhadas. Utilizam-se termos técnicos, abreviações e se desprezam as explicações conceituais. Ganha-se assim em praticidade, pois a comunicação se dá de forma mais rápida e direta.

A segunda função utilitária é a do “segredo”. Esta característica dos jargões decorre da primeira, propiciando o não entendimento, por parte dos leigos, do que se fala. Isto é, a comunicação cheia de termos e formas próprias só é possível entre iniciados. A linguagem dos bandidos mostra um claro exemplo dessa função na medida em que as vítimas e/ou a polícia muitas vezes são incapazes de decifrar essa linguagem.

Outra função utilitária encontrada para o jargão chama-se “impos-

tura” ou “mistificação”. Esta característica não é tão frequente, mas pode ser identificada, por exemplo, na língua dos burocratas. Nesse mesmo sentido, Burke (1996, p. 23) cita uma crítica feita por John Wilkins, um dos principais reformistas da língua do século XVII, à linguagem “cheia de pseudopropriedades” dos filósofos escolásticos, que seria o meio pelo qual “alguns homens esperam construir suas reputações”. Podemos verificar também, desde há muito tempo, esta característica nos discursos dos políticos.

A “função simbólica” dos jargões consiste naquilo que vem implícito à linguagem especial, ou seja, o que existe por trás da forma exposta durante a comunicação. Porém, são funções não linguísticas, advindas, sobretudo, de conceitos extralinguísticos de ordem psíquica, social ou política. Essa função expressa, por exemplo, a condição de integrante/leigo de um membro do grupo. Com essa função, o jargão adquire um grande potencial de inclusão e/ou exclusão. Em instituições como prisões e escolas públicas, segundo Burke (1996, p. 24), o uso do jargão local é “compulsório”. Dessa forma, obtém-se como resultado um isolamento, não físico, mas social ou psicológico.

4. Funções da linguagem espírita

O espiritismo é uma doutrina religiosa que teve sua fundação na França na metade do século XIX e atualmente conta com milhares de adeptos espalhados pelo mundo. Difunde, além de seus dogmas, o pensamento racional e lógico em relação aos vários aspectos da vida, típico da época de sua “codificação” (como é tratada a sua origem), em que as teorias positivistas e científicas tomavam conta do ideário europeu. Desse modo, o espiritismo, assim como essas teorias, apresentou uma série de novos conceitos, porém, para explicar a vida e a morte.

A linguagem dos espíritos que analisamos e apresentamos mais abaixo em um glossário contém muitos desses novos conceitos, consequentemente fixados em vocabulário bastante peculiar (por exemplo, a palavra “reencarnação” que significa “nascer de novo em um outro corpo”) . A função de conveniência prática descrita por Burke encaixa-se perfeitamente nesse contexto (busca por clareza e objetividade) e encontra conexão com o jargão espírita inclusive na intenção do “codificador” do espiritismo, Allan Kardec, que não por acaso estipulou nas primeiras linhas da doutrina:

Para coisas novas necessitam-se de palavras novas, assim o quer a clareza da linguagem para evitar a confusão inseparável do sentido múltiplo dos mesmos vocábulos. (...) Em lugar das palavras **espiritual**, **espiritualismo**, empregamos para designar esta última crença as de **espírita** e de **espiritismo**... (KARDEC, 2001, p. 9)

Burke (1996) mostrou que o resultado dessa função é a comunicação mais rápida e eficiente entre os membros do grupo. Sendo assim, e diante das palavras de Allan Kardec, parece-nos claro que é exatamente essa sua intenção ao tentar evitar a ambiguidade de sentidos na doutrina que se fundava.

A palavra “perispírito” (corpo fluídico do Espírito), por sua vez, é criada por Kardec através de uma associação feita à palavra “perisperma”, que significa, conforme o *Dicionário priberam Online*: “revestimento externo da semente” (*Dicionário priberam*, 2011). Assim, por comparação, Kardec chamou o envoltório do corpo dos espíritos de “perispírito” (KARDEC, 2001, p. 74).

O uso, por parte dos integrantes da doutrina, dessas e de outras formas que se mantém até hoje, parece confirmar a função de conveniência prática do jargão espírita proposta para a doutrina desde sua origem.

A função do segredo também está presente no jargão espírita, certamente sem a intenção de iludir e dissimular, como na linguagem dos ladrões, mas como consequência inevitável de todo seu vocabulário especial que o leigo será incapaz de entender sem uma explicação mais aprofundada. Por exemplo, uma frase como “Sem a harmonia”¹, que só a assimilação* fluídica pode proporcionar, as comunicações* são impossíveis, incompletas ou falsas” (KARDEC, 2005, p. 220) exigirá conhecimento do jargão específico para a adequada interpretação dos conceitos.

Além da função da conveniência prática e do segredo, a função simbólica também está presente no jargão espírita, pois o (não) uso adequado do jargão define naturalmente o nível de envolvimento com a doutrina de cada um dos participantes. Por ter apresentado, através da análise do glossário, um tipo de linguagem com muitos termos próprios e bastante influenciada pela literatura própria, o jargão espírita pode ser entendido como um meio de distinção entre seus próprios membros ou entre seus membros e os leigos. Por exemplo, um recém-iniciado expõe sua condição ao utilizar a palavra “morte” ao invés do termo “desencarne”.

¹ Ver no Glossário (APÊNDICE) o significado das palavras marcadas com asteriscos.

Dessa forma, considerando essa breve análise, podemos identificar como se dão as relações internas (interações entre iniciados) e externas (interações entre iniciados e leigos ou recém-iniciados) a partir das funções acima explicitadas.

As relações internas do jargão espírita se caracterizam por serem aquelas pelas quais os pertencentes à comunidade linguística lançam mão da função de conveniência prática com o objetivo de estabelecerem uma comunicação mais clara e eficiente. Esse processo parece não ser consciente, pois é mais uma manifestação espontânea – decorrente de maior ou menor envolvimento na comunidade – do que uma proteção contra os não iniciados.

Entretanto, inevitavelmente, as relações externas carregam consigo uma função que é própria de todas as variedades linguísticas, a qual no domínio espírita também atua como definidora de certa hierarquização. Isto é, na medida em que o adepto se manifesta, sua linguagem – mostrando-se mais ou menos coerente com o jargão – indica sua posição dentro dessa comunidade.

Diante do exposto, do ponto de vista funcional, podemos sugerir que a linguagem espírita é jargão de um grupo sociorreligioso, principalmente por apresentar, no mínimo, três das quatro características funcionais postuladas pelo estudo social da linguagem: função conveniência prática, função segredo e função simbólica.

5. Vocabulário espírita

Para analisar o vocabulário espírita, elaboramos um glossário com alguns termos e expressões característicos da linguagem dos espíritas. Os dados recolhidos para a formulação do glossário foram obtidos mediante uma solicitação feita a sete frequentadores – trabalhadores e dirigentes – de duas casas espíritas kardecistas, das quais uma localiza-se em Sant’Ana do Livramento e a outra em Santa Maria, ambas no estado do Rio Grande do Sul. Tal solicitação pedia aos adeptos da doutrina uma lista de palavras que julgassem pertencentes ao vocabulário especial dos membros da sociedade espírita em geral. Com a listagem dos vocábulos em mãos, foi solicitado a um dos informantes (dirigente de casa espírita) que atribuisse os significados a cada uma das palavras ou expressões.

Merece ser destacado que esse trabalho não tem como finalidade quantificar a utilização dos termos em questão, mas apenas expor algu-

mas características peculiares desse jargão. Nesse sentido, é importante esclarecer que as atenções foram voltadas exclusivamente para o vocabulário. A estrutura gramatical e a fonética não constituem alvos desse estudo.

Ao atentarmos para o glossário (ver Apêndice), podemos perceber que alguns vocábulos recebem uma significação específica, uma acepção própria que difere da que a eles se convencionou associar na linguagem geral. Por exemplo, a palavra “Aproximação” (Aproximação = invasão do campo vibratório de uma pessoa, podendo ser ou não percebida) extrapola o significado de mero “ato de aproximar-se”, apresentado no dicionário Aurélio (FERREIRA, 2004), pois estende o conceito para uma ideia de “invasão”, indicando que um espírito atua sobre o campo vibratório de uma pessoa encarnada, isto é, que um espírito passa a exercer determinada influência sobre ele. Encontramos outro exemplo na palavra “passista”. Sua acepção geral se refere ao dançarino, ou dançarina, que “samba com muita agilidade e graça” (FERREIRA, 2004), porém, no jargão espírita, esta mesma palavra assume o significado de “médium que aplica passes”.

Outra característica destacável é a utilização de vocabulário específico. São exemplos as palavras: “perispírito” que foi criada por Kardec no *Livro dos Espíritos* para designar o corpo fluídico do Espírito; “desencarne” que surge para opor-se a ideia de morte, no sentido de fim da existência; “médium” que é utilizada para definir aquele que serve de intermediário entre os espíritos desencarnados e os encarnados; “psicografia” que designa o tipo de atividade mediúnica a qual o espírito desencarnado se comunica com os encarnados através da escrita. Por conseguinte, ainda exemplificando, a palavra “psicógrafo” define o médium dotado da capacidade de escrever sob a influência de um espírito desencarnado. Nesse mesmo sentido, encontramos a palavra “psicofonia” que se refere à variedade de mediunidade em que o espírito comunicante utiliza-se do aparelho fonador do médium para a comunicação. O médium que apresenta esta faculdade é denominado “médium psicofônico”.

Por outro lado, o jargão espírita também apresenta termos próprios que já fazem parte do vernáculo português. As palavras “médium” e “mediunidade”, por exemplo, já estão integradas ao rol das palavras do vocabulário de língua portuguesa. Isto é, apesar de serem palavras próprias do jargão espírita, expressam conceitos que são compreendidos pela comunidade em geral, tendo inclusive entrada nos dicionários de português do Brasil (FERREIRA, 2004) e de Portugal (*Dicionário priberam*,

2011). Da mesma forma, a palavra “Reencarnação”, que significa “nascer de novo em um outro corpo”, e que tem a função de dirimir uma possível confusão com o conceito de “ressurreição” (ressurgir ou ressuscitar), também tem espaço reservado nas entradas dos dicionários (cf. FERREIRA, 2004) e parece já fazer parte do campo lexical do brasileiro atualmente.

Assim, entendemos que o vocabulário peculiar dos espíritas permite, aliado às funções descritas, consolidarmos a ideia de que a linguagem espírita enquadra-se dentro do conceito de jargão, isto é, é uma variedade de linguagem utilizada por membros de uma subcultura, caracterizada por uma diversidade de termos e conceitos próprios que exerce diferentes funções nas interações internas e externas.

6. Considerações finais

Neste trabalho, sem a pretensão de fazer uma interpretação linguística mais profunda, apresentamos algumas características peculiares ao jargão espírita através da análise de suas funções e da elaboração de um glossário.

Do ponto de vista funcional, o jargão espírita assume as funções de: a) conveniência prática, que propicia uma comunicação mais rápida e eficiente entre os membros do grupo; b) segredo, que existe por causa do vocabulário especial que o não iniciado terá dificuldades para compreender e c) simbólica, de caráter principalmente social, que atua nas relações internas e externas evidenciando o grau de envolvimento com a doutrina.

No que se refere ao vocabulário, vimos que o jargão espírita apresenta termos com três características distintivas. São elas: a) palavras e/ou expressões do vernáculo que recebem uma significação própria, isto é, que difere da que geralmente apresenta na linguagem comum; b) palavras e/ou expressões específicas, que foram criadas para representar novos conceitos ou para opor-se a um conceito já existente e c) palavras e/ou expressões que são originalmente próprios do jargão espírita, mas que já ganharam notoriedade, fazendo parte atualmente do vernáculo português.

Apesar de considerar aspectos funcionais e características do vocabulário espírita, este trabalho não é exaustivo, motivo pelo qual, no nosso entendimento, justificam-se estudos sociolinguísticos mais aprofundados. Nesse sentido, vislumbramos a literatura espírita como fonte

rica para a realização de novas pesquisas sobre o jargão dos espíritas, tão pouco estudado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALKMIM, Tânia Maria. Sociolinguística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, v. 1, 2001.

BAGNO, Marcos. *A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BURKE, Peter. Introdução. In: ____; PORTER, Roy. (Orgs.) *Línguas e jargões: contribuições de uma história social da linguagem*. São Paulo: UNESP, 1996.

DICIONÁRIO priberam da língua portuguesa (Online), 2011, Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/>> Acesso em: 02 jun. 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa*. 6. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

LUCCHESI, Dante. *Sistema, mudança e linguagem: um percurso na história da linguística moderna*. São Paulo: Parábola, 2004.

MARGOTTI, Felício Wessling. Abordagem empiricista em trabalhos de variação sociolinguística. In. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 4, nº.1, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0401/08.htm>> Acesso em: 14 maio 2011.

KARDEC, Allan. *O livro dos espíritos*. 137. ed. Araras (SP): IDE, 2001.

_____. *O que é o espiritismo*. 62. ed. Araras (SP): IDE, 2005.

RECTOR, Mônica. *A linguagem da juventude: uma pesquisa geosociolinguística*. Petrópolis: Vozes, 1975.

APÊNDICE

Glossário de palavras e expressões espíritas

Afinidade = tem sempre relação com sintonia, sinergia. Por exemplo, *para que se dê uma comunicação* ou uma simples *influência* é necessária uma certa afinidade de vibrações.

Alma = espírito encarnado (em estado de emancipação), sinônimo de espírito na concepção vulgar do termo.

Animismo = manifestação mediúnica do espírito do próprio médium em transe (exemplo: sonambulismo).

Aparição = é a materialização de um espírito quando percebido pelos sentidos (todos veem), quando percebido não pelos sentidos (apenas os médiuns percebem).

Aproximação = invasão do campo vibratório de uma pessoa, podendo ser ou não percebida.

Astral = lugar imaginado onde se encontram os espíritos superiores.

Aura = campo vibratório de características múltiplas (grosso modo, semelhante a campos de força eletromagnéticos) que envolve o corpo dos seres vivos, no caso do homem encarnado envolve o corpo físico, nos espíritos envolve seu perispírito.

Carma = o mesmo que plano de existência, espécie de programa a ser vivido (lei do pré-determinismo) que pode ser alterado por força maior (desígnio superior) ou circunstâncias como esquecimento, medo e escolhas (livre-arbítrio).

Centro Espírita = estabelecimento onde a comunidade espírita se reúne para desenvolver atividades e estudos relacionados à doutrina. Conforme a crença espírita, nesses locais também funciona um núcleo espiritual o qual desenvolve, em parceria com o plano material, atividades principalmente de caridade aos necessitados.

“Chakras” ou chacras = são centros de energia, também conhecidos com **rodas giratórias** no corpo físico.

Clarividência = propriedade mediúnica de percepção clara dos fatos e personagens do mundo espiritual.

Comunicação = geralmente usada com o verbo *dar* (dar comunicação), é o intercâmbio que acontece quando algum espírito desencarnado deixa alguma mensagem para os encarnados através de um médium.

Corpóreo = que é ou que tem relação com a matéria física (corpo físico).

Cura = processo de restauração do equilíbrio natural dos seres (dos seus organismos ou sistemas, tanto físico, quanto perispíritual e espiritual).

Desdobramento = emancipação do espírito encarnado, afastamento do corpo mantendo a consciência.

Desencarnar = passar para o mundo espiritual.

Desencarne = morte do corpo físico.

Desenvolvimento = evolução ou progresso de alguém (exemplo: desenvolvimento da potencialidade sensitiva (desenvolvimento mediúnico)).

Doutrina = conjunto de ideias, princípios e dogmas ligados entre si defendidos pelos espíritos a respeito de vários assuntos.

Doutrinação = ato de doutrinar, ou seja, difundir, incutir ou ensinar a doutrina espírita a alguém, os seus postulados e fundamentos.

Eflúvios = emanções de energias como bons pensamentos, fluídos revitalizantes.

Elevação = estado de vibração superior, temporário para espíritos em evolução, permanente para espíritos relativamente mais elevados.

Emancipação = é o desprendimento do espírito em relação ao corpo físico. Dá-se durante o sono, também podendo ocorrer durante a meditação ou através de outros meios de indução voluntários ou não.

Energia = força da natureza.

Energização = passe magnético (indução de fluídos magnéticos benéficos).

Entidade = espírito desencarnado.

Envoltório = corpo físico do ponto de vista do espírito encarnado.

Espírito = é o próprio ser; todos os homens *são* espíritos, o que confronta o pensamento que postula *ter* um espírito.

Espíritos protetores ou anjos guardiões = espíritos designados a auxiliarem os encarnados. Segundo a doutrina espírita cada encarnado tem o(s) seu(s) espírito(s) protetor(es).

Espiritualidade = o mundo dos espíritos, lugar onde ficam os espíritos desencarnados.

Evangelho = termo utilizado quando se refere à obra *O Evangelho Segundo o Espiritismo*, síntese do Novo Testamento onde enfoca a doutrina de Jesus Cristo, com ênfase na moral cristã explicada segundo os espíritos superiores, liderados pelo Espírito de Verdade. É um dos cinco livros da chamada codificação espírita.

Evangelização = processo de ensino dos princípios evangélico-cristãos, geralmente de crianças e jovens, proporcionado por determinados trabalhadores espíritas.

Evolução = avançar na escala evolutiva dos mundos, do espírito, etc.

Expição = resgate de dívidas adquiridas anteriormente nesta vida ou em existências passadas; são determinadas situações que surgem durante a vida encarnada, ocasiões que se transformam em oportunidades de se redimir perante as faltas cometidas, podendo ser adiadas, minimizadas, porém não evitadas, uma vez que se cumprem pela lei natural de causa e efeito.

Fatalidade = algo que acontece segundo desígnio superior (lei natural pré-determinismo).

Fenômenos = ocorrência de fatos naturais percebidos pelos sentidos ou pela consciência.

Fluído = uma das formas da energia universal (fluído vital, fluído magnético, etc.).

Harmonia = equilíbrio entre forças, energias, pensamentos, sentimentos, ações, etc.

Imantação = fixação de energias por força magnética.

Incorporação = termo que designa o fenômeno em que um espírito desencarnado age através do corpo de um médium (incorporado).

Influência = ação impositiva praticada por um influenciador que é aceita ou não pelo influenciado (os sujeitos ativo e passivo podem ser espíritos encarnados ou desencarnados).

Intuição = inspiração dada por algum espírito protetor, ou a percepção de algo não captado pelos sentidos.

Irmão = aquele que se considera como tal, não propriamente em relação ao parentesco consanguíneo, mas diante da vida ou de Deus.

Luminosidade = qualidade de quem irradia luz (espíritos de luz ou iluminados, encarnados ou desencarnados).

Magnetismo = uma das formas da energia universal.

Matéria = no sentido amplo, é o que se opõe ao que é espiritual; no sentido estrito, é do que é composto o mundo material onde os espíritos encarnados habitam.

Meditação = é o estado de concentração, de elevação, de prece.

Médium = Pessoa podendo servir de intermediária entre os espíritos desencarnados e os encarnados.

Médium vidente = aquele que “vê” os espíritos (na verdade percebe).

Mediunidade = faculdade (dos médiuns) que possibilita a comunicação entre os espíritos, encarnados com encarnados ou encarnados com desencarnados.

Miasma = resquício vibratório.

Missão = conjunto de tarefas ou atividades relacionadas entre si, realizado por alguém, que beneficie um determinado número de pessoas (espíritos encarnados e desencarnados), podendo ser desenvolvida na vida física ou na espiritual.

Obsessão = forte influência de um espírito desencarnado sobre um encarnado, estado patológico geralmente derivado de uma perturbação prévia. Pode haver obsessão também de: encarnado para encarnado e encarnado para desencarnado.

Obsidiado = aquele se acha sob efeito de uma obsessão ou de um obsessor.

Orientação = conselhos ministrados tanto por espíritos superiores através de comunicações quanto por trabalhadores encarnados.

Passe ou passe magnético = recurso pelo qual o médium transmite energias provenientes dos espíritos, ou próprias, às pessoas que desejam esse tipo de auxílio.

Passe de corrente ou espiritual = é um tipo de passe magnético aplicado de forma coletiva.

Passe de energização = transmissão de energia revitalizante (fluido vital) de origem anímica ou espiritual.

Passe dispersivo = passe de limpeza magnética, retirada de miasmas, assepsia vibratória

feita geralmente antes de aplicar-se um passe magnético de equilíbrio ou de energização.

Passista = médium que aplica passes.

Perispírito = corpo fluidico do Espírito, liga o espírito ao corpo físico.

Perturbação = influência negativa de um espírito desencarnado sobre um encarnado. Porém o espírito perturbador não age necessariamente com maldade; ou está precisando algum tipo de ajuda ou são o que se costuma chamar “espíritos brincalhões” que se aproveitam de sua situação para se divertirem às custas dos encarnados desavisados.

Plexos = centros de força de energia no corpo perispiritual (correspondentes aos “chacras”).

Pluralidade das existências = é o princípio da reencarnação, o qual um mesmo espírito re-torna ao mundo físico em outro corpo.

Possessão = estado patológico grave, geralmente derivado de uma obsessão, quando a vítima perde o domínio total da vontade e das ações e passa a agir sob o comando do obsessor.

Pré-determinismo = lei natural que impõe determinado acontecimento, fato ou comportamento segundo um planejamento prévio, podendo ser parcialmente ou totalmente alterado segundo o livre-arbítrio do sujeito da ação (lei que interage com outras leis naturais, principalmente com a lei de causa e efeito).

Preexistência = quando se refere à condição dos espíritos antes de nascer em um corpo físico.

Pressentimento = intuição.

Proteção = assistência ou ajuda dos bons espíritos.

Provações = conjunto de dificuldades que cada pessoa enfrenta ao longo de suas existências como meio de evolução.

Provas = situações difíceis às quais testam as pessoas em sua fé e convicção.

Psicografia = é um tipo de atividade mediúnica a qual o espírito desencarnado se comunica com os encarnados através da escrita.

Psicógrafo = é o médium dotado da capacidade de escrever sob a influência de um espírito desencarnado.

Psicofonia = variedade de mediunidade em que o espírito comunicante utiliza-se do aparelho fonador do médium para a comunicação.

Purificação = purificar-se através do progresso espiritual contínuo.

Reencarnação = (um espírito) nascer de novo em outro corpo, nova existência.

Regeneração = estágio atribuído, segundo a doutrina espírita, ao planeta Terra quando este evoluir do estado atual de Provas e Expiações.

Resignação = ato de fé em Deus, acreditando ser justo o que acontece sob Sua vontade.

Resquício = refere-se à presença de energias (geralmente negativas).

Salvação = salva-se através da caridade: “*fora da caridade não há salvação*”.

Semiconsciente = estado do espírito de consciência parcial da realidade, estado em que fica a maioria dos médiuns durante o transe mediúnico.

Sensitivo = aquele que “sente” algo sem utilizar-se de um dos cinco sentidos.

Sobrevivência = quando se refere à condição dos espíritos depois de desencarnarem.

Tangibilidade = condição que um espírito pode adquirir de ser sentido pelo tato quando se materializa.

Trabalhadores = (de um centro espírita) quem atua nas atividades de uma comunidade espírita, tanto encarnados quanto desencarnados.

Transmigrações = migrações dos espíritos entre os diversos planos vibratórios ou habitat, com fins de estágio evolutivo ou missionário.

Ubiquidade = capacidade natural atribuída aos espíritos desencarnados, com capacidade evolutiva para tal, de manifestarem-se em mais de um lugar aparentemente no mesmo instante de tempo.

Umbral = local, na espiritualidade, em que ficam, por um determinado tempo, os espíritos impuros.

Vibração ou faixa vibratória = é o estado, elevado ou não, das energias de cada ser.

Vida = estado permanente do espírito. Se encarnado, desfruta da vida material quase exclusivamente, se desencarnado, desfruta da vida espiritual também quase exclusivamente.

Vigilância = estado de atenção que os espíritas procuram manter para afastarem os maus espíritos.

ALGUMAS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA ORTOGRAFIA PORTUGUESA DESDE 1911 ATÉ O ACORDO DE 2009²

Regina Schio (UFSM)

RESUMO

Neste trabalho faz-se um levantamento bibliográfico sobre a ortografia da língua portuguesa e descrevem-se algumas alterações ocorridas desde a primeira normatização ortográfica (1911) até o Acordo de 2009, em que será abordada principalmente a questão da hifenização. O acordo de 2009 teve a abrangência dos países lusófonos, ou seja, os países que utilizam o português como língua oficial, são eles: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

Palavras- chave: Ortografia. Língua portuguesa. Alterações.

1. Introdução

A palavra *ortografia* vem do grego *orto*, que significa reto, direito, correto, normal e *grafia* que significa a representação escrita de uma palavra. Segundo o *Dicionário Houaiss*, ortografia é “o conjunto de regras estabelecidas pela gramática normativa que ensina a grafia correta das palavras”. A escrita é um dos instrumentos de comunicação entre os indivíduos, sendo assim, ao longo dos tempos, foram sendo realizadas reformas ortográficas com o objetivo de unificar e simplificar a escrita entre os países que utilizam o português como língua oficial.

Este Artigo apresenta considerações sobre algumas mudanças efetuadas na ortografia da língua portuguesa, descrevendo as principais alterações ocorridas na ortografia, desde 1911 até o recente Acordo Ortográfico

² Artigo acadêmico apresentado ao curso de Letras/EAD – Português e Literaturas, da Universidade Federal de Santa Maria, como requisito parcial para obtenção do grau de licenciada em Letras – Português e Literaturas. Santa Maria, RS, Brasil, 2011, sob a orientação da Prof^{ra}. Dr^a. Evelyne Patrícia Figueiredo de Souza Costa.

fico, em 2009.

2. Referencial teórico

2.1. História da ortografia

A ortografia da língua portuguesa é regida por um conjunto de normas oficiais sob a forma de acordos ortográficos. No início do século XX surgiu em Portugal e no Brasil a intenção de estabelecer um modelo de ortografia que pudesse ser usado como referência nas publicações oficiais e no ensino em ambos os países, iniciando-se assim um longo processo de tentativas de convergência das ortografias usadas em cada país.³

No ano de 1943, realizou-se em Lisboa um encontro entre os dois países, com o objetivo de uniformizar os vocabulários já publicados, o da Academia das Ciências de Lisboa, de 1940, e o da Academia Brasileira de Letras, de 1943. Deste encontro resultou o Acordo Ortográfico de 1945, que, no entanto, apenas entrou em vigor em Portugal, não tendo sido implantado no Brasil, que continuou a reger-se pelas regras expostas no *Vocabulário Ortográfico* de 1943⁴.

Devido às dificuldades de escrever as palavras baseando-se na fonética, alterações ortográficas foram necessárias, pois, dessa forma, o registro ortográfico seria igual, embora cada cultura mantivesse suas peculiaridades na língua falada, ou seja, a reforma ortográfica tem valor somente para a grafia, deixando livre a fala que varia conforme a cultura, o povo e a localidade em que estão inseridos. Bechara (2009) afirma que:

Nenhuma ortografia no mundo é perfeita. As ortografias têm sempre, de todas as línguas, seus percalços, suas insuficiências. Agora, quando a diferença entre Portugal e Brasil estiver apenas no nível da grafia, aí o acordo unifica. Mas há fatos que são de língua, que não são de ortografia. Ortografia é convenção, língua é um fato. Quando se trata de fatos da língua, então a ortografia variará não só na comparação Portugal e Brasil, mas também dentro do próprio Portugal e dentro do próprio Brasil. O acordo é somente para a realidade escrita e não para a realidade pronunciada (p. 27).

A ortografia de língua portuguesa sofreu várias alterações desde sua primeira formulação. A primeira normatização de que se tem notícia

³ Disponível em: <<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/acordo>>.

⁴ *Idem*.

aconteceu em 1911, quando o filólogo Gonçalves Viana defendeu a simplificação da língua e seu distanciamento do latim. Inicialmente, o Brasil adotou a ideia, mas logo retrocedeu na decisão ao recuperar o uso do “ph” e “ch”. No início da década de 1930, um projeto de simplificação foi mais uma vez elaborado, contudo, o governo de Getúlio Vargas anulou o padrão. Somente quatro anos mais tarde, por pressão dos professores, algumas novidades foram incorporadas.

As alterações sofridas pela língua portuguesa, a partir de 1911 até os dias atuais foram: a substituição do ph, th, rh e y por f, t r e i, com a finalidade de simplificar e padronizar a escrita. A implantação das letras k, y e w ao alfabeto, que antes do acordo de 2009 eram usados somente em nomes próprios e em algumas palavras abreviadas.

Não se utiliza mais o acento circunflexo na vogal tônica fechada “o” em palavras paroxítonas. O acento diferencial deixa de existir em palavras homógrafas paroxítonas. O trema deixa de existir, exceto em nomes próprios ou nomes registrados em cartório.

Segundo Silva (2009), a ortografia no Brasil começou a ser objeto de preocupação quanto à necessidade de normatização em 1901, quando o acadêmico José Medeiros de Albuquerque, por questões econômicas, propôs a criação de uma comissão destinada à fixação da ortografia. Essa comissão era composta por: Medeiros e Albuquerque, Silva Ramos e José Veríssimo.

Em 1906, foi nomeada outra comissão, composta por: João Ribeiro, José Veríssimo e Silva Ramos. Nenhuma das comissões produziu efeitos significativos, pois, anos mais tarde, o acadêmico Medeiros e Albuquerque afirma: “Foi em 1907 que a academia Brasileira se ocupou pela primeira vez com a ortografia. Partiu de mim a iniciativa para esse ato.” Essa normatização foi aparentemente adotada com bastante rapidez para as publicações da academia, ou seja, foi uma pequena normatização simplificadora do sistema usual, sem pretensão de ser completa e cientificamente fundada em todos os aspectos de filologia e de fonética.

Em 1911, houve uma proposta de acordo ortográfica entre as academias do Brasil e de Portugal, mas essa proposta não foi aceita, na assembleia geral devido à falta de acadêmicos participantes. O assunto foi tratado em outra reunião em janeiro de 1912, mais uma tentativa frustrante. Até então, o Brasil utilizava a normatização simplificada da usual, elaborada em 1907.

Em maio de 1923, Brasil recebeu a visita do presidente da Academia das Ciências de Lisboa, Júlio Dantas, que tinha a intenção de propor um acordo ortográfico interacadêmico, não gerando resultados positivos. Conforme Silva (2009), no ano de 1926:

Academia Brasileira de Letras começou a utilizar o sistema estabelecido pelo filólogo Laudelino Freire no *Formulário Ortográfico de Língua Portuguesa*. Essa simplificação ortográfica não ultrapassa de maneira suficiente a ortografia usual, afastando-se da ortografia oficial portuguesa como também da grafia acadêmica de 1097/1911 (p. 33).

Em 1929, houve um regresso da Academia Brasileira de Letras ao sistema de 1907. Esse sistema foi a base para as alterações ortográficas. Em 1931, Brasil e Portugal assinam, através de suas academias, o primeiro acordo ortográfico entre os países.

A partir desta data, Brasil e Portugal assumem uma importante decisão ao iniciarem um processo ortográfico Luso-Brasileiro que visa à implantação de uma única ortografia oficial entre os países.

2.2. Alterações ocorridas

2.2.1. Primeira normatização ortográfica

Em 1911, ocorreu a primeira normatização ortográfica oficial, liderada pelo filólogo Gonçalves Viana que defendeu a simplificação da língua e seu distanciamento do latim, a fim de unificar e simplificar a escrita entre Brasil e Portugal, pois, até então, não havia qualquer registro de normas ortográficas, o que causava constrangimento entre os escritores e leitores da época, já que cada grupo social adotava uma forma de escrever certas palavras.

Essa normatização ortográfica, segundo Silva (2009), ocorreu devido ao pedido do empregado da Imprensa nacional, José Antonio Dias Coelho, ao administrador-geral dessa empresa, Luís Carlos Guedes Deruet, pedindo que se estabelecesse uma ortografia única, de preferência o sistema proposto por Gonçalves Viana, a fim de economizar papel e tempo na edição dos materiais impressos nesta empresa.

A partir do pedido de Coelho, foi nomeada uma comissão incumbida do estabelecimento de uma ortografia oficial e única. Essa comissão era composta por: Carolina Michaelis de Vasconcelos, Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, Antonio Cândido de Figueiredo, Francisco Adolfo Coelho, e José Leite de Vasconcelos. Estas pessoas pertencentes à comissão

decidiram convocar mais seis pessoas: Antonio José Gonçalves Guimarães, Antonio Garcia Ribeiro de Vasconcelos, Júlio Moreira, José Joaquim Nunes e Manuel Borges Grainha.

Conforme Silva (2009), a comissão reunia-se semanalmente até o fim dos trabalhos em agosto de 1911, exceto Carolina Michaelis de Vasconcelos, por não residir em Lisboa, mas participava através de cartas. Silva (2009), afirma que:

O ministro mandou publicar o relatório da comissão, sendo publicado este e as bases da ortografia foram publicadas tanto no Diário do governo, na portaria de 12 de setembro de 1911, como em separata. Ordenou ainda que fosse adotado o sistema ortográfico proposto, estabelecendo um prazo máximo de três anos para a sua adaptação em livros de ensino, devendo ser elaborado um vocabulário ortográfico e uma cartilha (p. 35).

Em 1915, a academia Brasileira de Letras resolve harmonizar a ortografia com a portuguesa. Somente em 1931, Brasil e Portugal decidiram pôr em prática o primeiro acordo ortográfico, mas houve divergências em alguns aspectos, não sendo possível a implantação das regras de ortografia. Entretanto, as autoridades continuavam trabalhando para que houvesse um entendimento entre os países quanto a esse aspecto.

2.2.2. Acordo de 1943

Em 1943, ocorreu uma convenção que não regulamentava a ortografia como sistema de regras, mas estabelecia as bases legais para que este sistema pudesse ser alterado pelas academias.

O acordo foi aprovado pela Academia Brasileira de Letras quando o 'ph, th, rh e y' foram substituídos por 'f, t, r, i' e o 'ch' com valor de 'k' foi substituído por 'qu' antes de 'e, i' e por 'c' em qualquer outra situação. Exemplos: pharmácia: farmácia; athmosfera: atmosfera; rhádio: rádio; hydrographya: hidrografia. Chrystão: cristão. Nos ditongos abertos tônicos 'éi, éu, ói', usa-se o acento agudo. Exemplos: carretéis, chapéu, jóia.

Recebe acento circunflexo no penúltimo 'o' fechado do hiato 'oo', nas palavras paroxítonas: Exemplos: Abenção, enção, vôo. Emprega-se o acento diferencial (acerto e acêrto). Recebem acento agudo os vocábulos com mesma grafia (pára e para); emprega-se o trema (agüentar).

2.2.3. Acordo de 1945

Em 1945, as Academias do Brasil e de Portugal reuniram-se em Lisboa para um novo acordo chamado “Convenção Ortográfica Luso-Brasileira”, mas o Brasil não aceitou as diretrizes e normas apresentadas. Em Portugal, o acordo foi adotado, contudo, Brasil continuou fiel ao acordo de 1943. Segundo Tersariol (2009),

Em 1971, foi promulgadas leis no Brasil – o que diminuiu as divergências ortográficas entre os dois países. A lei nº 5.765, de 18 de dezembro de 1971, aboliu o trema nos hiatos átonos (saúde, vaide); Foi abolido o acento circunflexo diferencial na letra “e” e na letra “o” da sílaba tônica das palavras homógrafas de outras em que são abertas as letras “e” e a letra “o” (colher, enfermo), com exceção a palavra “pôde” por oposição a “pode”. Foi abolido o acento circunflexo com o qual se assinalava a sílaba subtônica dos vocábulos derivados em que possuía o sufixo “mente” (cômodamente) ou sufixos iniciados por “z” (ôvozito) (p. 45).

2.2.4. Acordo de 1975

Em 1975, a Academia de Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras reuniram-se na tentativa de uma nova reforma. Conforme Silva (2009),

Tanto o fato de Portugal ter sido uma democracia recém-criada e cheia de problemas internos, enquanto o Brasil, no tempo das negociações, ainda se encontrava em regime de ditadura militar, como também a existência, em ambos os países, de demasiados problemas de outra natureza podem ter sido decisivos para impedir naquele momento um novo empenho oficial em questões ortográficas. Sejam quais tenham sido as razões, o resultado do projeto de 1975 foi nulo, ou seja, os resultados dos trabalhos apenas foram aproveitados para servir de base para projetos posteriores (p. 33).

2.2.5. Acordo de 1986

Em 1986, foi realizado, no Rio de Janeiro, um importante encontro entre Brasil, Portugal e a comunidade lusófona que tinha como meta a unificação ortográfica. Desta vez, Portugal não se conformou com tanto radicalismo e complexidade no emprego do hífen, por conta disso, o acordo entre os países envolvidos não se efetivou.

2.2.6. Acordo de 1990

Em 1990, a academia de Lisboa promoveu um novo encontro com

a presença do Brasil e demais países que utilizam a língua portuguesa como meio de comunicação. Nesta reunião, foram apresentadas algumas modificações na redação do encontro de 1986. Essas mudanças foram aprovadas e ratificadas pelos representantes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe e posteriormente por Timor Leste – esses países constituem a comunidade lusófona – (BECHARA, 2010, p. 14).

2.2.7. Acordo de 2009

Em 2009, estabeleceu-se o “Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa”. O objetivo principal desse acordo foi a normatização gráfica. Esse acordo gerou polêmica entre gramáticos, escritores e professores de língua portuguesa. Segundo o Ministério de Educação, o Acordo Ortográfico apresenta os seguintes aspectos positivos:

A medida deve facilitar o processo de intercâmbio cultural e científico entre os países que falam Português e ampliar a divulgação do idioma e da literatura portuguesa. Dentre os aspectos positivos apontados pela nova reforma ortográfica, destacam-se ainda: redução dos custos de produção e adaptação de livros; facilitação na aprendizagem da língua pelos estrangeiros; simplificação de algumas regras ortográficas (p. 52).

Os aspectos negativos da reforma ortográfica, segundo o Ministério da Educação são: “Todos que já possuem interiorizadas as normas gramaticais, terão de aprender as novas regras; Surgimento de dúvidas; Adaptação de documentos e publicações (p. 45)”. Antônio Houaiss (1991), o principal negociador brasileiro do Acordo Ortográfico, afirma que:

Portugal, Brasil e os cinco países africanos de língua portuguesa reconhecem que a inexistência de uma única ortografia oficial traz não apenas dificuldades de natureza linguística, mas também de natureza política. Daí o esforço desses países em efetivar o novo acordo (p. 12).

2.2.8. Alfabeto

Essa reforma é marcada pela volta das letras “k, w e y” ao alfabeto, tornando a ter 26 letras, contando com a presença dos seguintes dígrafos: “rr, ss, ch, nh, gu e qu” e do “c” cedilhado (ç). O alfabeto atual, conforme o novo acordo ortográfico é o seguinte:

a A (á)	n N (ene)
b B (bê)	o O (ó)
c C (cê)	p P (pê)
d D (dê)	q Q (quê)
e E (é)	r R (erre)
f F (efe)	s S (esse)
g G (gê ou guê)	t T (tê)
h H (agá)	u U (u)
i I (i)	v V (vê)
j J (jota)	w W (dáblio)
k K (cá)	x X (xis)
l L (ele)	y Y (ípsilon)
m M (eme)	z Z (zê)

2.2.9. Trema

O trema foi eliminado, da ortografia, não interferindo na pronúncia das palavras, assim como o acento nos ditongos abertos “ei e oi” das palavras paroxítonas. Ex.: *linguiça*, *ideia*, *como*, por exemplo, na frase: “Frederico teve a ideia de passarmos no parque.”

2.2.10. Acentos

Eliminou-se o acento circunflexo da vogal tônica fechada “o” em palavras paroxítonas. Ex.: *perdoo*, *enjoo*, *abençoo*, como por exemplos em frases: “Eu *lhe perdoo* por ter posto meu *estou* no lixo, *minha irmã*.”; “A mulher que estava grávida apresentava sintomas de *enjoo*.”; “Meu filho, eu te *abençoo* todos os dias com todo o meu amor.”

O acento diferencial em palavras homógrafas paroxítonas deixa de existir. Ex.: *para* (verbo) e *para* (preposição), como exemplo em frases: “Esqueci de ligar *para* o diretor da escola.” (preposição); “*Para* de brincar que isso é assunto sério.” (verbo).

O “e” tônico fechado, em hiato com a terminação “em” da 3ª pessoa do plural do presente do indicativo ou do subjuntivo, não recebe o acento circunflexo, é o caso de: “*creem*, *leem*.”, como exemplos em frases: “Os alunos do 3º ano *leem* muito.”; “Os seguidores da igreja católica *creem* que em 2012 terá mais fé e devoção entre a humanidade”.

O acento agudo no “i” e no “u” tônicos nas palavras paroxítonas, quando precedidos de ditongo é eliminado. Exemplo: *baiuca*, *feiura*, como exemplos em frases: “Você comprou aquela *baiuca* pensando que era

nova?"; "A fisionomia daquele homem é de uma feiura indescritível".

Já o acento agudo permanece em palavras que não possuem ditongos e também nas palavras proparoxítonas. Exemplos: maiúsculas, minúsculas, como exemplos em frases: "As letras maiúsculas são usadas para escrever nomes próprios."; "As letras minúsculas são as mais usadas em textos manuscritos".

A letra minúscula inicial é usada nos pontos cardeais. Exemplos: leste, oeste, norte, sul, como exemplos em frases: "Segundo a previsão do tempo, marca chuva para toda a região leste do país."; "O oeste é onde o sol se põe".

Os nomes próprios registrados em cartório não são obrigados a se adaptarem ao novo acordo ortográfico. Exemplo: Andréia, Thiago, Alpheu, como exemplos em frases: "A nossa colega Andréia é dona do prédio em que moro."; "Minha prima escolheu o nome para seu bebê: Thiago."; "Alpheu é uma grande professor de língua portuguesa".

3. O uso do hífen

O hífen é um sinal de pontuação utilizado para ligar os elementos de palavras compostas e para unir pronomes átonos a verbos e, também, para fazer a translineação de palavras, isto é, no fim de uma linha, separar uma palavra em duas.

O hífen serve para: ligar as partes de palavras compostas: belo-horizonte, beija-mão, entra-e-sai, tira-gosto; ligar verbos e pronomes: vi-re-se, peço-lhe, beijei-a; separar sílabas: tran-sa-tlân-ti-co, or-to-gra-fi-a (TERSARIOL, 2009, p. 42). A primeira menção sobre o uso do hífen ocorreu em 1945.

O novo acordo discute: "Na Base XXVIII: o uso do hífen nas palavras compostas; na Base XXIX: o uso do hífen nas palavras compostas com prefixos de origem grega ou latina; na Base XXX: o uso do hífen nas palavras com sufixos de origem tupi-guarani; na Base XXXI: o uso do hífen nas flexões do verbo haver ligado à preposição de; na Base XXXII: o uso do hífen em encadeamentos vocabulares".

A hifenização é marcada por dúvida, incerteza, ou seja, quem não utiliza o dicionário com frequência, acaba tendo dificuldades ao usá-lo. Com o novo acordo, o emprego do hífen tornou-se mais simples.

O hífen é mantido nas palavras compostas por justaposição cujos elementos, de natureza nominal, adjetival, numeral ou verbal, constituem uma unidade semântica com acento próprio. É o caso das seguintes palavras: arco-íris, norte-americano, guarda-chuva, como exemplos em frases: “Quando chove e logo aparece o sol, o arco-íris surge lindo no céu.”; “Devido à chuva forte, comprei um guarda-chuva”.

Usa-se hífen nas palavras compostas que designam espécies botânicas e zoológicas. Como em espécies de flores, animais e hortaliças (vitória-régia, formiga-branca, couve-flor), como exemplos em frases: “Na horta de Maria tem um pé de couve-flor florescido.”; “Na Amazônia existe muita vitória-régia”.

O hífen é empregado nas formações por prefixação e recomposição de origem grega ou latina. Conforme Priberam [s/d]:

Emprega-se hífen quando o segundo elemento da formação começa por h ou pela mesma vogal ou consoante com que termina o prefixo ou pseudoprefixo (por exemplo: anti-higiénico, contra-almirante, hiper-resistente); Emprega-se o hífen quando o prefixo ou falso prefixo termina em m e o segundo elemento começa por vogal, m ou n (por exemplo: circum-murado, pan-africano). As restantes regras são formuladas em termos de unidades lexicais, como acontece com oito delas (ex-, sota- e soto-, vice- e vizo-; pós-, pré- e pró-). Noutros casos, porém, uniformiza-se o não emprego do hífen, do modo seguinte: Nos casos em que o prefixo ou o pseudoprefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por r ou s, estas consoantes dobram-se, como já acontece com os termos técnicos e científicos (por exemplo: antirreligioso, micro-sistema); Nos casos em que o prefixo ou o pseudoprefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por vogal diferente daquela, as duas formas aglutinam-se, sem hífen, como já sucede igualmente no vocabulário científico e técnico (por exemplo: antiaéreo, aeroespacial) (p. 2).

Neste aspecto, as regras de 1945 são mantidas. O hífen não é empregado nas formas conjugadas monossilábicas do verbo “haver” seguido da preposição “de” no presente do indicativo. (hei de, há de), como exemplo em frase: “Após o Acordo Ortográfico, como hei de escrever?” (BECHARA, 2010, p. 26).

O hífen é empregado em vocábulos derivados por prefixação cujo prefixo termina pela mesma vogal com que se inicia o segundo elemento. (micro-ondas, contra-ataque, anti-inflamatório). Geralmente, para memorizar essa regra, costuma-se dizer que duas vogais iguais se repelem, portanto o uso do hífen é essencial, como exemplos em frases: “Aqueça seu café no micro-ondas.”; “Após a cirurgia, o médico receitou-lhe anti-inflamatório de seis em seis horas.” (BECHARA, 2010, p. 27).

Constata-se, também, a seguinte exceção: Não se aplica essa regra aos prefixos “-co”, “-pre”, “-re”, mesmo que a segunda palavra comece com a mesma vogal que termina o prefixo. (coobrigar – coadquirido – coordenar – reeditar – preeminência – proinsulina), como por exemplos em frases: “O presidente da câmara deve coordenar a palestra”; “A editora deve reeditar o livro ainda esse ano” (BECHARA, 2010, p. 14).

O hífen não é utilizado nas palavras em que o prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por “r” ou “s”, que se duplicam, formando dígrafo. (contrarregra, cosseno, extrassolar), como exemplos em frases: “O cosseno é uma função trigonométrica.”; “Júpiter é um planeta extrassolar” (BECHARA, 2010, p. 14).

O hífen não é empregado nas palavras em que o prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por vogal diferente. (coeducação, autoajuda, extraoficial, autoaprendizagem). Neste caso, para memorização, diz-se que vogais diferentes se atraem, dispensando o uso do hífen, como exemplos em frases: “Vou convocar Vossa Senhoria para uma reunião extraoficial.”; “A autoaprendizagem depende da motivação do aluno.” (BECHARA, 2010, p. 15).

Emprega-se o hífen quando o prefixo terminar em consoante e a segunda palavra começar com a mesma consoante. (inter-regional, sub-bibliotecário, super-resistente), como por exemplos em frases: “A videira é super-resistente ao vento.”; “O sub-bibliotecário deve chegar nesta semana de viagem”.

Emprega-se o hífen quando a palavra tem o prefixo “-sub”, diante de palavras iniciadas por “r”. (sub-regional, sub-raça, sub-reino), como na frase: “No mapa encontra-se um exemplo de área sub-regional, em amarelo” (BECHARA, 2010, p. 15)

Com os prefixos “pre” e “re” não se usa o hífen, mesmo diante de palavras começadas por “e”. (preexistente, preelaborar, reescrever, reedição), como exemplos em frases: “A professora sugeriu ao aluno reescrever o texto.”; “Este livro é fruto de uma reedição” (BECHARA, 2010, p. 16).

Usa-se o hífen diante dos falsos prefixos “-além, -aquém, -bem, -ex, -pós, -recém, -sem, -vice. (além-mar, aquém-mar, recém-nascido, sem-terra, vice-diretor), como exemplos em frases: “O menino recém-nascido está se alimentando bem”; “O vice-diretor da escola foi fazer compras no supermercado.”; “O ex-prefeito faleceu em um acidente de

trânsito nesta semana” (BECHARA, 2010, p.16).

O hífen é usado diante do advérbio “mal”, quando a segunda palavra começar por vogal ou “h”. (mal-humorado, mal-intencionado, mal-educado), como por exemplos em frases: “O Marcos acordou mal-humorado hoje”; “Aquele rapaz é mal-educado, pois não obedece a sua mãe”.

O hífen não deve ser usado diante do advérbio “mal”, quando a segunda palavra começar por consoante. (malfalado, malgovernado, malpassado, maltratado, malvestido), como por exemplos em frases: “O cachorro abandonado está sendo maltratado por moradores do bairro.”; “O professor de matemática estava malvestido na festa” (BECHARA, 2010, p. 16).

Usa-se hífen nos prefixos “-circum” e “-pan”, diante de palavras iniciadas por “vogal, m, n ou h”. (circum-navegador, pan-americano, circum-hospitalar, pan-helenismo), como por exemplos em frases: “Os jogos do pan-americano acontecerá no Japão.”; “Nas férias será realizado uma circum-navegação” (BECHARA, 2010, p. 16).

Usa-se hífen nos sufixos de origem tupi-guarani, representados por “-açu”, “-guaçu”, “-mirim”. (jacaré-açu, cajá-mirim, amoré-guaçu), como na frase: “No pantanal existe jacaré-açu”.

Não se emprega o hífen quando o prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por consoante diferente de “r” ou “s”. (ante-projeto, autopeça, contracheque, extraforte, ultramoderno), como por exemplos em frases: “A autopeça mudou de endereço”. “O herbicida utilizado na plantação de soja é extraforte.”; “O professor adquiriu um computador extramoderno para a escola” (BECHARA, 2010, p. 17).

O hífen não deve ser usado quando o prefixo termina em consoante e a segunda palavra começa por vogal ou outra consoante diferente. (hipermercado, hiperacidez, intermunicipal, subemprego, superinteressante, superpopulação), como por exemplos em frases: “O hipermercado da capital estava lotado neste final de semana.”; “A reportagem de Dráuzio Varella estava superinteressante.”; “O ônibus que faz a linha intermunicipal foi assaltado por volta das dez horas” (BECHARA, 2010, p. 17).

4. Algumas alterações ocorridas na ortografia portuguesa

A primeira normatização ortográfica da língua portuguesa ocorreu

em 1911. Desde então, foram feitas várias tentativas de reformas, com a intenção de simplificar e uniformizar a escrita, entre os países da comunidade lusófona.

Ortografia antes de 1911/1943	Ortografia atual 2009
Phosphoro	Fósforo
Lyrio	Lírio
Orthographia	Ortografia
Diphthongo	Ditongo
Psalmo	Salmo
Prohibido	Proibido
Annuncios	Anúncios
Appellido	Apelido
Architectura	Arquitetura
Bibliotheca	Biblioteca
Bocca	Boca
Collecção	Coleção
Columna	Coluna

5. Metodologia

Este trabalho foi realizado por meio de levantamento bibliográfico, observando as principais alterações ocorridas na ortografia da língua portuguesa desde a primeira normatização (1911) até o Acordo Ortográfico efetivado em 2009, em que foi dado maior enfoque na hifenização das palavras.

6. Considerações finais

Com o passar do tempo, a ortografia evoluiu, isto é, houve mudanças na grafia de várias palavras com a intenção de torná-las mais fáceis e simples, distanciando-se do latim, do qual o português herdou muitos vocábulos.

O português é a sexta língua mais falada do mundo. Isso certamente justifica a preocupação em unificar a escrita entre os países lusófonos, isto é, com a unificação ortográfica, a língua escrita se torna uma só em tantos lugares diferentes e com culturas e costumes diferenciados.

O que pode ocorrer entre os países é a variação linguística, ou seja, cada povo possui características da fala do local onde mora. Porém, a grafia da língua será a mesma, havendo exceções em alguns casos como, por exemplo: nomes de pessoas e ou empresas (registrado em cartório) e

nomes estrangeiros.

Portanto, este trabalho realizado por meio de levantamento bibliográfico, buscou descrever o percurso dos muitos acordos e normatizações que instituições brasileiras e portuguesas traçaram ao longo do tempo objetivando uma unificação ortográfica. A partir dessa descrição, outro aspecto pode ser trabalhado e pesquisado, tal como a questão política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MICHAELIS, Douglas Tufano. *Guia prático da nova ortografia*. Disponível em:

<http://www.sisbin.ufop.br/download/Guia_Reforma_Ortografica_Melhoramentos.pdf>. Acesso em: 29 set. 2011.

MONTEIRO, Rosemeire; PINHEIRO, Marilene Barbosa – *Unificação ortográfica: Da proteção à Difusão*. [s/d].

OLIVEIRA, Fernão de. *Um gramático na história*. Campinas: Pontes, 2009.

PHEIFER; Avelar. *Acordo ortográfico da língua portuguesa*. Campinas: Pontes, 2009.

PORTAL da língua portuguesa. Disponível em:

<<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/acordo>>. Acesso em: 05 nov. 2011.

POSSENTI, Sírio (IEL- UNICAMP) – *Sempre a ortografia*. Campinas: UNICAMP. Disponível em:

<http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/especial_ao/04_011.php>.

REFORMA ortográfica. Disponível em:

<http://www.soportugues.com.br/secoes/acordo_ortografico>. Acesso em: 28 out. 2011.

SILVA, José Pereira da. *Um século de ortografia oficial da língua portuguesa*. XV Congresso Nacional de Linguística e Filologia, promovido pelo Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos e realizado no Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. *Cadernos do CNLF*, vol. XV, nº 03 – Livro dos minicursos. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2011, p. 9-20. Disponível em:

<http://www.filologia.org.br/xv_cnlf/minicursos/01.pdf>.

SILVA, Maurício – *Ortografia da língua portuguesa: história, discurso e representações*. São Paulo: Contexto, 2009.

TERSARIOL, Alpheu. *Como era e como fica o novo acordo ortográfico da língua portuguesa*. Belo Horizonte: Editora Fapi, 2009.

VASCONCELOS, Carolina Michaelis de. *Lições de filologia portuguesa*. Lisboa: Dinalivro, [s.d.].

ANÁLISE DE OBRA LEXICOGRÁFICA⁵

Rosana Ferreira Alves (UESB / UNICAMP)

real.uesb@yahoo.com.br

Rosângela F. F. Cardoso (UESB)

RESUMO

O presente trabalho expõe análise de obra lexicográfica (CUNHA, 1949), utilizando, para isso, critérios expostos em diversos autores, conforme se expõe nas considerações iniciais. Na análise foram escrutinados os critérios adotados na constituição de toda a obra, especialmente referentes aos aspectos linguísticos, em que se abordam diversos itens: natureza das vogais nasais; os arcaísmos lexicais; o texto crítico das cantigas, etc.. Na oportunidade, procura-se observar e descrever pontos como: presença ou ausência da lista de abreviatura utilizada nos glossários; ausência ou presença de explicitação de símbolos que aparece no corpo do verbete; critérios utilizados para a elaboração dos glossários.

Palavras Chaves: obra lexicográfica; glossário; aspectos linguísticos; lema.

1. Considerações iniciais

Esse trabalho tem por objetivo analisar a obra lexicográfica *O Cancioneiro de Joan Zorro: aspectos linguísticos – texto crítico – glossário* (CUNHA, 1949), tendo em vista os critérios básicos explícitos em Mateus (in PEREIRA, 1995), Cunha (1996) e Haensch (1982). Na oportunidade, pretende-se verificar, principalmente, os seguintes pontos:

- (i) A extensão e apresentação do glossário (se o autor especifica para quem é destinada à obra; se está claramente especificado o que o autor pretende executar);

⁵ São oportunos os meus sinceros agradecimentos ao Professor Dr. Cézár Nardelli Cambraia (UFMG) pelas orientações em ocasião de preparação deste trabalho.

- (ii) Se há explicitação dos critérios a serem adotados na preparação da obra;
- (iii) Caso os critérios estejam explícitos, é importante observar se os mesmos são coerentemente seguidos pelo autor.

2. Procedendo à análise

A obra em análise consta das seguintes partes: (a) elenco das publicações e das siglas usadas para os códices; (b) aspectos linguísticos; (c) texto crítico das cantigas; (d) elenco das cantigas; (e) glossário.

Em *aspectos linguísticos*, sob o título de *crítica filológica prévia*, o autor demonstra haver necessidade de se fazer, primeiramente, a caracterização genérica da antiga poesia lírica portuguesa e também da poesia medieval em sua primeira época. Segundo o autor, assim sendo, “poder-se iam evidenciar os ápices criados ou recriados individualmente e examiná-los em todos os seus aspectos: o poeta dentro da tradição, o poeta contra a tradição e o poeta ampliando a tradição”. (CUNHA, 1949, p. 6).

Em seguida acrescenta-se que serão tratados, de forma resumida nos glossários e na lição crítica das cantigas, os fatos linguísticos correntes que desempenham função importante na interpretação textual.

Ao tratar *da natureza das vogais nasais*, demonstra-se, mediante vários exemplos, que são descabidas ‘as alterações que se fazem nas cantigas trovadorescas quando nelas ocorre vogal oral rimando com vogal nasal’. (CUNHA, 1949, p. 20).

Demonstra-se também que a alta incidência de -e apenas em finais de versos não é um traço de arcaísmo, mas sim uma manifestação de parage de origem rítmica.

Ao abordar **os arcaísmos léxicos** a seguinte passagem se faz notória por traduzir muito em poucas palavras:

Para que reputemos castelhanismos e leonesismos os referidos vocábulos, é necessário, antes do mais, aceitarmos a hipótese improvável de que o gênero de cuja estrutura faziam parte não floresceu inicialmente em Galiza e Portugal, mas teve uma origem comum castelhano- ou leonês-galego-portuguesa. (CUNHA, 1949, p. 33).

Essas palavras fornecem, ao autor, subsídios para defender o seguinte posicionamento:

... em nosso glossário das poesias do Zorro, contrariando o ponto de vista de eruditos filólogos, consideramos arcaísmos tanto os obscuros *lez* e *treydes*, como os supostos castelhanismos *avelaneyra*, *el*, *elos*, *garquetas*, *granadas*, *salido* e *velida*. (*Idem, ibidem*)

No item denominado *Texto crítico das cantigas*, encontram-se informações básicas introdutórias aos textos. Na oportunidade o autor esclarece informações importantíssimas como: “Apenas dois manuscritos, o códice da Vaticana e o da Biblioteca Nacional de Lisboa, contêm poesias de Joan Zorro.” O autor prossegue evidenciando as semelhanças e diferenças entre os dois documentos: “Conservara-se em ambas as mesmas composições (onze cantigas de refram) (...). Entretanto, pela divergência de numeração dos códices, ocupam os n^{os} 751 a 761 no primeiro, e 1148-1158 no segundo.” (CUNHA 1949, p. 37).

O autor explicita também que, na presente edição, foram mantidas as lições do manuscrito, exceto quando as mesmas não satisfazem ao sentido e à forma das cantigas. Tendo em vista a viabilidade a interpretações razoáveis e a preservação de princípios elementares da poética trovadoresca as leituras foram mantidas. Evitando, com isso, propostas de recorrências a leituras ideais, sob o risco de não serem “autorizadas pelas variantes dos apógrafos que chegaram até nós”. (CUNHA, 1949, p. 37).

Segundo o autor, foi muito proveitoso, para o trabalho presente, o confronto com edições anteriores, a saber: Monaci (1875), Bell (1920, 1925), Nunes (1928) etc.. Assim, após transcrever cada cantiga, Cunha atribui à classificação da natureza do *refram*, tipo de estrofe, rima etc. Especifica o manuscrito (BARCAROLA, B 1153, V755) conforme se pode observar na p. 47. E, em seguida, trata das variantes dos manuscritos, demonstrando, na oportunidade, quando os Manuscritos do Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa (denominado B) e/ou os Manuscritos do Cancioneiro do Vaticano (denominado V) apresentam diferenças na escrita das palavras ou expressão. Exemplifica-se isso com a seguinte passagem, na p. 59: *Variantes dos Manuscritos: 1 e 7*. Baylemus(B e V) (...) 3...for... uelidas (B)....fior e relidas (V).

Conforme se pode observar, a obra em análise se caracteriza de muita importância, uma vez que pode muito contribuir para os estudos filológicos. Isso porque, além de desenvolver um trabalho de “glossariar” os termos dos textos, procura verificar como cada termo foi tratado em edições anteriores. Assim, enquanto em Cunha (1949, p. 59), conforme se registra *Bailemos* em documentos da Biblioteca Nacional de Lisboa e do Vaticano registram-se *Bailemus*.

Sob o argumento da falta de conhecimento exato da ortografia vigente na época trovadoresca e tendo em vista a diversidade que apresenta a ortografia do escriba do *Cancioneiro da Ajuda*, em relação à dos copistas italianos do *Cancioneiro do Vaticano* (V) e do *Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa* (B), Cunha explicita que adotou, no texto crítico das cantigas, um sistema conciliatório e uniforme, o qual se assemelha em muito com o utilizado em “Nobiling na edição das cantigas de D. Joan Garcia de Guilhade.” Em seguida, Cunha prossegue com a descrição dos procedimentos adotados.

Devido à natureza dessa análise crítica, não é conveniente, aqui, a citação de todos os procedimentos adotados pelo autor, exceto os que são relevantes para a fundamentação de oportunos e enriquecedores comentários. Assim, o autor traduz muito dos procedimentos adotados com a seguinte passagem: “2º Eliminamos todas as particularidades gráficas dos códices que não se relacionam com a pronúncia das palavras”.

Dessa forma, o autor evidencia que, tendo em vista a gramática e o sentido, foram isolados os vocábulos conglomerados e juntaram-se os elementos da mesma palavra quando os mesmos se encontravam separados. Conforme segue a demonstração.

Caracteriza-se muito elevado o nível de dificuldade, ao analisar o glossário da obra em foco. Isso porque o autor em momento algum, explicitou informações que seriam altamente necessárias para oportunizar ao leitor um melhor entendimento do glossário. Assim, *a obra em questão não apresenta as seguintes informações:*

- a. Lista de abreviaturas utilizadas no glossário;
- b. Ausência de explicitação de símbolos que aparecem no corpo do verbete;
- c. Critérios utilizados para elaboração do glossário.

Dessa forma, a obra em análise não consta de informações, de como estão organizados os verbetes, fato que compromete, e muito, o entendimento do glossário. Conforme a explicitação acima em (b), o que de fato, significa o seguinte símbolo < (será que isso evidencia que o item anterior é proveniente do posterior ex.: *dade* (<*date*). Ver o verbete *DAR* na p. 72.) Encontra-se ausente também uma especificação de para quem é indicada abra.

Em se tratando da extensão da obra, uma questão pertinente é: os

glossários deverão ser parciais ou exaustivos? A respeito disso, Mateus (1995) evidencia que uma edição crítica deverá obter um glossário exaustivo, com exceção das edições críticas especiais, como por exemplo, edições escolares ou de divulgação. A exaustão se justifica devido à subjetividade implícita a qualquer seleção, fato que vem comprometer a utilização do glossário como instrumento de trabalho. A obra em análise traz um glossário exaustivo, conforme veremos mais adiante.

Outra questão importante é saber *quais as informações que cada artigo deverá integrar*. Em geral organizam-se os artigos por ordem alfabética e apresentam como ‘cabeça do lema’, forma destacada (negrito e/ou maiúsculo), os verbos na forma infinitiva, os nomes e adjetivos no masculino singular. Em seguida, encontram-se a classificação gramatical, a localização de cada forma no texto e o termo correspondente na língua atual (caso na entrada a mesma seja registrada na forma arcaica). Na sequência, registram-se as diferentes flexões inseridas em tantos contextos quantos forem julgados necessários e suficientes em quantidade e extensão para garantir uma compreensão mais completa possível dos diversos significados e sentidos assumidos no texto pela palavra e a compreensão das construções gramaticais. Especifica-se a localização de cada contexto exemplificado.

Tendo em vista a demonstração da informação que cada artigo deverá abordar, segue uma exemplificação da disposição do artigo na obra em análise, ou seja, conforme Cunha (1949, p. 73):

(1)

DEUS – *S. m.* Ser supremo, Nosso Senhor: 100,103. || Quanto a *por Deus* (vv.115,121) e *se Deus vos perdon* (v.129), cf. *Por* e *Se*⁶, respectivamente. || Do lat. *Dēus* (*REW* 2610). Esta palavra manteve nos primeiros tempos da língua o e aberto originário, pois não ocorre, nas cantigas trovadorescas em rimas com vocábulos cujo e provém de *ẽ* latino. Cf. Nobiling, *Guilhade*, p. 7.

Conforme demonstração acima, a obra em análise apresenta os artigos dispostos da seguinte forma: “cabeça do lema” é destacada por letras maiúsculas e em negrito, separada por travessão. Atribui-se a classificação gramatical seguida dos possíveis significados, notificam-se as localizações, ou seja, linhas nas quais ocorrem no texto, antecedendo-as com os registros dos trechos nos quais as ocorrências são encontradas.

⁶ Esse pé de página é para registrar a forma tal como apareceu no artigo em análise. Certamente apareceu essa numeração para que ficasse clara a referência ao se (advérbio de modo).

Fornecem-se informações relacionadas à origem do termo, as quais poderão ser de âmbito morfológico, fonético, fonológico, semântico e/ou sintático. No caso do item exposto no exemplo acima, a informação histórica é de cunho fonético-fonológico. Evidencia-se também a bibliografia.

O autor fez o registro gráfico da ‘cabeça do lema’ conforme a forma escrita no texto e, em seguida, a caracterização gramatical, ele escreveu o vocábulo na forma atual.

Mateus (1995) evidencia que cabe ao editor julgar se ele deve indicar todas as ocorrências das palavras ou apenas aquelas que consideram suficientes para não comprometer a compreensão dos possíveis significados e sentidos. A autora salienta que:

Esta última solução é satisfatória, tendo a vantagem de não tornar o glossário demasiado extenso – e ainda a sua credibilidade assente no conhecimento de que o editor tem do texto e na competência do seu critério para selecionar os contextos pertinentes. (p. 291).

No glossário em análise, apresenta-se a última postura, ou seja, não se apresentam todas as ocorrências de lexema, apenas as que são necessárias para, a partir de então, serem apresentadas as outras dentro dos verbetes. Pode-se demonstrar isso com o seguinte exemplo: na linha 4 registra-se a ocorrência *dizia*, na linha 130, registra-se *digades*, em 131 e 137, registram-se *disser*; nas linhas 11 e 20 registra-se o gerúndio *dizendo* e em 136 registra-se a forma infinitiva *dizer*. Contudo, apenas o infinitivo (*dizer*), ou seja, a forma não flexionada aparece na entrada, ou seja, na ‘cabeça do lema’, (ver p.73). Mas, às vezes, pode aparecer como ‘cabeça de lema’, tanto o infinitivo do verbo quanto a forma flexionada, conforme se demonstra na p. 67 com a disposição dos lexemas *ADUGA* e *ADUZIR*.

Entretanto, quando a forma verbal flexionada ocorre com a letra inicial diferente da forma infinitiva, a mesma aparece registrada em outra ‘cabeça de lema’, a exemplo do que ocorreu na p.85 com *OUVE* e *OU-VESE*, onde apareceram apenas informações de natureza morfológica, tendo em vista que as outras informações já foram explícitas no lema que traz a forma verbal no infinitivo (cf. *AVER*, p.69). Como é altamente notório, pode-se evidenciar com as demonstrações acima, que há uma grande ausência de sistematização no que se realmente fez no glossário, isso, porque às vezes adota-se uma postura, às vezes outra totalmente oposta.

A categoria gramatical no verbete apresenta-se, dependendo da classe gramatical, com um nível mais elevado de detalhamento. Ex.:

Quando é pronome costuma-se especificar o tipo de pronome (pronome definido), mas quando é advérbio o mesmo não ocorre, uma vez que aparece apenas advérbio, ou seja, não se especifica se é de modo ou lugar ou tempo, etc.. Conforme se pode verificar na p.69, o lema *ANTE* traz como classificação apenas Adv., enquanto o lema *AQUESTA* traz a classificação especificada de pronome demonstrativo. Ainda, quando se refere a uma mesma classe gramatical, ora aparece detalhadamente especificada, ora não. Conforme se demonstra nos lemas *ANTE* – Adv. (ver p. 69) e *SE* – Adv. mod. (cf. p. 90).

Ainda no tocante à caracterização gramatical, quando um lexema que é de uma determinada classe gramatical, e desempenha no texto a função de outra classe, ele aparece registrado conforme a classe que é de origem e a função que ocupa no contexto. A exemplo da classificação do lexema *FREMOSA* que é registrado no glossário como um adjetivo substantivado. (Ver p. 77: Adj. subs.).

Em relação ao significado, o autor explicita da seguinte forma: explica o sentido mediante sinônimos, conforme o ex em p. 79. *IR* – deslocar-se; seguir; dirigir-se; caminhar, andar. No geral, para se explicitar a significação dos nomes, costuma-se entrar em detalhe, como, por exemplo, a explicação do significado do lema *LOADA*: Louvada (pela sua beleza) formosa. O mesmo que *velidada*, palavra com que alterna sinonimicamente nas cantigas paralelísticas. (ver p. 81).

Conforme se pode observar, não se registra o número de ocorrência de cada lexema. Mas, ao contrário, a localização das ocorrências é registrada levando em consideração as subclasses e/ou outras particularidades, sintáticas, morfológicas, fonéticas. Exemplifica-se isso na representação de lema *ME*, (p.81), em que se ilustra da seguinte forma: Pron. pes. obl.: 94; 97; 133. Antes da palavra inicial vocálica, sofre elisão tomando a forma *m'* 5, 13; 21; 56,... funciona como objeto direto nos vv. 5; 13, 21, 94, 97 e como obj. ind. nos vv 140 e 144, geralmente após a apresentação do(s) significado(s).

Com referência à abonação do vocábulo, o autor utiliza sempre exemplificação com fragmentos de outros textos, nesse caso, em seguida, identifica-se logo a localização do exemplo, com número de página e texto. Muitas vezes o autor atribui vários exemplos, tendo por base de vários autores e tece comentários importantes para que o significado da palavra seja entendido exaustivamente, assim os comentários dão espaço à informação do termo em muitos aspectos, tais como, morfológico, fonoló-

gico, sintático, semântico etc. Conforme segue a seguinte passagem na p. 71.

(2)

CABELO – (...) Mulier in capillo, filia in capillo, mancipia in capillosão designativos da moça solteira frequentes em textos latinos medievais (...). Todas as formas encontram-se por exemplo na versão ducentista do...

O autor explora, ao máximo, informações referentes à origem e à diacronia do vocábulo. Exemplificando com o verbete do lexema *DE*, (ver p. 72/73), percebe-se que o autor explica o termo desde a origem, perpassa pelo latim vulgar e depois explicita sobre os diversos significados que o termo assumiu nas línguas românicas. Na oportunidade o autor exemplifica, quase sempre, nas diversas fases. É realmente uma abordagem muito interessante e profunda, fato que justifica o tratamento monográfico que o autor dar ao glossário. Em muitos casos o autor não procede na mesma maneira, ou seja, não aborda o aspecto diacrônico de forma exaustiva. Conforme se comprova com o tratamento dado aos lemas *DE-POYS* e *DEUS* (p. 73). Como o glossário não consta de introdução evidenciando os critérios adotados para a execução do glossário, o leitor fica sem saber o porquê de atribuir tratamento desigual aos lexemas.

d. Considerações finais

Em síntese, pode-se evidenciar que, o glossário em análise se caracteriza uma obra de grande contribuição filológica, principalmente tendo em vista a época na qual foi escrita, ou seja, há mais de meio século. Entretanto, se a mesma dispusesse de um texto introdutório evidenciando claramente os critérios, procedimentos adotados, e constando da explicação de símbolos e abreviaturas utilizados, certamente seria melhor e mais compreensível ao leitor, fato que elevaria a sua excelência em qualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CUNHA, Antonio Geraldo da. *Índice analítico do vocabulário de Os Lusíadas*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1966. Vol. 1. (Dicionário da Língua Portuguesa: Textos e vocabulários, 8).

CUNHA, Celso. *O cancionero de Joan Zorro: aspectos linguísticos – texto crítico – glossário*. Rio de Janeiro: [s.n.e.], 1949, 97 p.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

HAENSCH, Günther; WOLF, Lothar; ETTINGER, Stefan; WERNER, Reinhild. *La lexicografía: de la lingüística teórica a la lingüística práctica*. Madrid: Gredos, 1982.

MATEUS, Maria Helena Mira. Elaboração de glossários: problema, métodos e técnicas. In: PEREIRA, Cilene da Cunha; PEREIRA, Paulo Roberto Dias. (Orgs.). *Miscelânea de estudos linguísticos, filológicos e literários in memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995, p. 289-298.

**AS RÃS PEDEM UM REI (FEDRO):
UMA ABORDAGEM MORAL DA FÁBULA**

Miguél Eugenio Almeida (UEMS/UCG)
mealmeida_99@yahoo.com.br

RESUMO

Em “*As rãs pedem um rei* (Fedro): uma abordagem moral da fábula”, são analisados os aspectos literários, apontando-se notoriamente elementos da moral na organização social e política do Império Romano. A princípio, apresentam-se alguns dados biográficos do autor de *Fábulas*, Fedro (*20 a.C.; †± 44 d.C.). Em seguida, os elementos teóricos das fábulas nesse autor; e, na sequência, é analisada a fábula *As rãs pedem um rei*, verificando-se os elementos da moral implícitos nela.

Palavras-chave: Literatura latina. Fábula. Moral greco-latina.

1. Considerações iniciais

Diante da necessidade acadêmica voltada ao ensino do latim, refletimos, no caso, sobre a contribuição literária de autor clássico no Império Romano. Assim, somos desafiados a buscar, por meio dessa obra de literatura, a cultura subjacente da organização social e política nesse povo. Portanto, em “*As rãs pedem um rei* (Fedro): uma abordagem moral da fábula”, verificam-se aspectos literários que expressam notoriamente um pouco da moral da organização social e política no Império Romano.

Neste artigo, seguimos a seguinte ordem de apresentação: iniciamos com o levantamento de alguns dados biográficos do autor de *Fábulas*, Fedro (*20 a.C.; †± 44 d.C.). Em seguida, apontamos os elementos teóricos das fábulas nesse autor; e, na sequência, analisamos a fábula desse autor: *As rãs pedem um rei*, pontuando os elementos da moral implícitos nesta fábula.

2. Tito Júlio Fedro e seu tempo

Fedro nasceu próximo da Macedônia – Trácia –. Enviado para Roma, foi servir de escravo⁷ para o Imperador Augusto; percebendo nele as suas capacidades intelectuais, libertou-o e lhe oportunizou o aperfeiçoamento para o domínio do latim e das letras. Assim, na morte de Augusto, o fabulista de Roma ficou órfão e foi perseguido duramente pela elite política representada por Lúcio Sejano, assessor imediato de Tibério. Assim, após um longo processo, esse assessor de Tibério decretou o exílio contra Fedro, falecendo miseravelmente aos 64 anos. Ele compilou sua única obra: *Fábulas*.

O protetor de Fedro, Otávio Augusto, fortaleceu o seu governo no Império Romano, organizando um exército de 300 mil homens; mas, após sua morte, assumem outros governantes dessa dinastia, a saber: Tibério, no período de 14 a 37 d.C.; Calígula, no interstício de 37 e 41 d.C.; Cláudio, entre 41 e 54 d.C.; e Nero, entre os anos 54 e 68 d.C. (Cf. *Almanaque Abril*: CD-ROM, 2005).

Desse modo, o Império Romano busca ardentemente a sua expansão territorial, necessitando para tal empenhar todas as suas forças para constituir um exército de homens capazes ao domínio dos povos das mais vastas regiões distantes da sede imperial romana.

Destarte, o período da escravatura da História Geral, para Marx, emerge com a criação da propriedade privada dos meios de produção, dada pela invenção dos instrumentos de produção, repassada aos compradores/proprietários. Esses submetem aos não proprietários desses instrumentos, escravos, o trabalho escravagista. Esse tempo histórico marca o registro da legitimidade da escravidão do homem pelo homem, ou seja, o homem faz-se escravo de seu semelhante. Imediatamente vem a nós a indagação, quando tratamos de Fedro: quem é o seu semelhante escravocrata? Certamente é aquele que está no poder político do Império Romano. De outra forma, na condição de “escravo liberto”, “[...] Fedro sofre as consequências da indiscrição. É exilado por ordem de Sejano. O livro [*Fabulae*] é retirado da circulação, não podendo ser lido publicamente”. (CRETELLA JR., 1953, p. 90). Levantamos, no caso, a questão: por que Sejano toma essa atitude contra Fedro? Isso ocorre mediante a denúncia,

⁷ Cf. Flores (1996, p. 193b): “Escravo, indivíduo que entre os povos da Antiguidade, era reduzido à escravidão ao ser vencido e preso. Prática existente entre os romanos e povos germânicos”.

por meio da fábula, do comportamento opressivo dessa elite governante contra a liberdade de expressão do povo, para manifestar a sua crítica contra o poder dominante, como por exemplo, em “[...] A primeira fábula *Lupus et Agnis* é alusão evidente ao tirano. A cidade toda comenta o fato – Sejano é o lobo que com falsos motivos oprime os inocentes; Fedro está entre estes”. (*Idem, ibidem*).

No caso, a repercussão da obra *Fabulae* perante o público leitor, levou esses intérpretes estabelecerem relações sociais no cenário político da época. Isso causou, conforme apontamos acima, um mal estar aos detentores do poder constituído.

3. Traços das Fábulas de Fedro

Apresentamos neste ponto algumas noções básicas sobre a fábula em geral; em seguida, enumeramos alguns elementos estilísticos ocorrentes na obra desse autor.

A forma *fábula* vem do latim *fābŭla*, -ae, significando conversação, conversa. Logo, designa o objeto ou assunto de conversação, narração (Cf. FARIA, 1956, p. 368 a). A fábula é alegórica encerrando uma lição de ética quer apresentada em prosa, quer em verso. O antropomorfismo compreende naturalmente um dos traços fundamentais das fábulas, atribuindo aos outros seres ou objetos as atividades do espírito humano manifestando o sentir, o pensar e o agir. (CRETELLA JR., 1953, p. 91). Portanto, a finalidade da fábula é orientar moralmente o comportamento social, principalmente do gênero humano.

A medida da expressão do homem sobre si mesmo e sobre o mundo ocorre pela fábula manifestando o pensamento originante, ou ainda, de acordo com a estudiosa de fábula:

A fábula veio do conto, que, por sua vez, existe desde que o homem começou expressar-se através da fábula. A diferença entre eles não é que o conto relata fatos humanos e fábula, pequenas histórias de animais. Há muitos contos populares que falam de homens e animais, enquanto a fábula, por sua vez, relata fatos acontecidos a deuses, homens, animais e objetos em geral.

A fábula diferencia-se do conto quando o seu *contador* tira do fato relatado uma lição de moral. (SMOLKA, 1994, p. 06).

Assim, a fábula apresenta um fim da pedagogia social, visando modificar o comportamento social entre as pessoas. Ainda, quanto ao nascimento,

A fábula teria nascido provavelmente na Ásia Menor e daí teria passado pelas ilhas gregas, chegando ao continente helênico. Há registros sobre fábulas egípcias e hindus, mas sua criação é atribuída à Grécia, pois é onde a fábula passa a ser considerada como um tipo específico de criatividade dentro da teoria literária.

Na Grécia, os primeiros exemplos de fábula datam do século VIII a.C. Isso nos mostra, é claro, que Esopo não foi o inventor de gênero, mas sim o mais conhecido fabulista na Antiguidade como autor e narrador dessas pequenas histórias. (*Idem, ibidem*, p.07).

Destarte, a fábula expressa o pensamento originante do homem diante da sua atitude de admiração, buscando o conhecimento dos fenômenos em geral. A expressão grega para designar *fábula* é “*mytho*”. É pela linguagem metafórica que o homem principia a busca do conhecimento de todas as coisas; pois, conforme o antropólogo,

Um mito diz respeito, sempre, a acontecimentos passados: ‘antes da criação do mundo’, ou ‘durante os primeiros tempos’, em todo caso ‘faz muito tempo’. Mas o valor intrínseco, atribuído ao mito provém de que estes acontecimentos, que decorrem supostamente em um momento do tempo, formam também uma estrutura permanente. Esta se relaciona simultaneamente ao passado, ao presente e ao futuro. (LEVI-STRUSS, 1975, p. 241).

Percebemos, no caso, além de outros elementos, o dado do tempo da duração perene do mito, transcendendo as delimitações do passado, do presente e do futuro. Este tempo expressa a essência do mito, manifestando o ser na sua magnitude.

Outro dado importante marcando as “Fábulas” (Fedro) é

o gosto da composição que é bem ordenada, da propriedade e clareza de expressão, sintetiza os mais variados conceitos em escurreita sintaxe clássica. Pela clareza e simplicidade faz lembrar o grande cômico Terêncio, seu presumível modelo. No arrojado de fórmulas morais lapidares esforçou-se por imitar o mimógrafo Públio Siro. (CRETELLA JR., *op. cit.*, p. 91).

Dessa forma, o fabulista primou pela clareza de expressão e pela sintaxe erudita, demonstrando a beleza estilística de sua obra.

Outra marca nas fábulas desse autor é a “[...] *amarga sátira* com desejo de vingança”. (*Idem, ibidem*, p. 92). Portanto, a sátira dele representa a sua revolta pela opressão causada a ele por Sejano, notoriamente.

Sob o aspecto da forma, “[...] Fedro, tendo escolhido para suas poesias o metro usado pelos cômicos, ou seja, o Senário Jâmbico, conseguiu atingir insuperável técnica no manejo desse tipo de verso”. (*Idem, ibidem*, p. 93). Todavia, a fim de ilustração, declinamos duas formas de

senário⁸:

Senário jâmbico puro. – Embora isso aconteça raramente, pode o verso senário (4) apresentar o pé jâmbico seis vezes consecutivas. Nesse caso, o senário toma o nome de *Senário Jâmbico Puro*. Exemplos:

Phāsē/ lūs īl/ lē quēm/ vīdē/ tīs hōs/ pītes (Catulo). (*Idem, ibidem*, p. 93).

Outro tipo de senário:

Exceto no 6º pé, em todos os outros pode o jâmbico ser substituído pelo: espondeu (- -) em geral no 5º pé; dátilo (- v v) em geral no 1º e 5º pés; anapes-to (v v -) em geral no 1º e 3º e tribraco (v v v) 4º pés; proceleumático (v v v v) só no 1º pé. Exemplos:

Aēsō;/ pūs aū/ actōr qu ām;/ mātērī/ām rēp/ pērīt

Hānc ĕgō;/ pōlī/ vī vēr/ sībūs;/ sēnō/ rīis. (*Idem, ibidem*, p. 94).

Assim, apontamos os elementos básicos que identificam marcando a fábula em geral e a fábula na obra de Fedro.

4. A moral em *As rãs pedem um rei* (Fedro)

Antes de procedermos à análise, propriamente dita, da fábula *As rãs pedem um rei* (Fedro), comentamos brevemente sobre a organização dessa obra; em seguida, transcrevemos a mesma quer na versão em latim, quer na versão em português; e, por último, verificamos, por meio de comentário, os elementos da moral inferidos no contexto dessa fábula.

A obra de *Fedro* é composta de um conjunto de 5 livros, de um “apêndice-perotino” e de “paráfrases medievais”. O livro I contém 31 fábulas, exemplificando: *O lobo e o cordeiro*; *As rãs pedem um rei*; *A gralha soberba e o pavão*; *A gulodice do cão*; *As rãs para o sol*; *A raposa para a máscara*; *O lobo e a grou*; *Cães famélicos*; *A rã implodida e o boi*. No livro II, há 8 fábulas e o epílogo, ilustrando: *O sucesso dos mal-dosos*; *A águia e a gralha*. No livro III, há 25 fábulas e 2 epílogos; declinamos aqui duas fábulas: *De Sócrates para os amigos*; *O frango e a pedra preciosa*. No livro IV, há uma coletânea de 16 fábulas e um epílogo; exemplificando: *Acerca dos vícios humanos*; *Hércules contra a corrupção*; *As cabras de barba*. No apêndice, há uma variedade de 30 fábulas e um epílogo. Essa obra encerra com as “paráfrases medievais” contendo

⁸Cf. Cunha (1982, p. 714b): “SENÁRIO adj. Que contém seis unidades”.

30 fábulas. Portanto, essa obra totaliza 140 fábulas.

RANAE REGEM PETENTES

Athenae cum florēnt aequis legībus.
Procax libertas civitatem miscuit,
Frenūmque solvit pristinū licentia.
Hic conspirātis factiōnum partibus.
Cum tristem servitūtem flerent Attīci
(Non quia crudēlis ille, sed quoniam grave
Omne insuētis ōnus, et coepissent queri).
Aesōpus talem Tum fabellam rettūlit.
Ranae vagantes libēris paludibus
Clamōre magno regem petiēre ab Iove,
Qui dissolūtos mores vī compescēret.
Pater deōrum risit atque illis dedit
Parvum tigillum, missum quod sūbito vadis,
Moto sonoque terrūit pavīdum genus.
Hoc mersum limo cum iacēret diutius,
Forte uma tacite profert e stagno caput
Et explorāto rege cunctas evōcat.
Illae, timōre posīto, certatim adnātant
Lignūmque supra turba petūlans insilit.
Quod cum inquināssent omni contumeliā,
Alium rogāntes regem misēre ad Iovem
Inutilis quoniam esset qui fuērat datus.
Tum misit illis hydrum, qui dente aspēro
Corripēre coepit singūlas. Frusta necem
Fugitant inērtes, vocem praeclūdīt metus.
Furtim igitur dant Mercurio mandāta ad Iovem
Afflīctis ut succūrrat. Tunc contra dues:
“Quia noluistis vestrum ferre” inquit “bonum,
Malum perferte. “Vos quōque, o civis, ait,
Hoc sustinet, maius NE veniat malum.

(CRETELLA JR., *op. cit.*, p. 122-123).

A seguir, transcrevemo-la na versão em português:

AS RÃS PEDEM UM REI

Quando Atenas florescia sob leis equitativas, uma liberdade desatinada penetrou na cidade e assim a libertinagem rompeu os grilhões tradicionais.

Então, por revolta de segmentos facciosos, Pisístrato apodera-se da cidade como tirano.

Os Atenienses lamentam aquela tétrica servidão não tanto pela crueldade e, sim, porque todo gravame fica insuportável, quando se está acostumado à quilo.

Em razão disso Esopo narrou a seguinte fábula.

As rãs, que vagueavam em pauis, sem fronteira, pediram, com intenso clamor, a Júpiter um rei que, com força, reprimisse os costumes dissolutos.

O pai dos deuses riu e deu-lhe um pedaço de pau que, arremessado, de improviso, na água, espantou as rãs medrosas com movimento e ruído.

Elas ficaram, por bom tempo, submersas no limo. Casualmente, uma em silêncio, eleva a cabeça sobre a superfície do lago. Examina, com cuidado, o rei e convoca as demais.

Aquelas, já afastado todo receio, nadam na direção do desafio. Então, o bando, com atrevimento, pula sobre o lenho que ficou coberto de insultos.

Enviaram postulantes até Júpiter a fim de pedir outro rei, pois o que lhes fora concedido era incompetente.

Ele lhes enviou uma hidra que, com dentes cruéis, começou a pilhar uma a uma. As indefesas rãs tentavam escapular, em vão, da morte. O medo lhes embarga a voz e, furtivamente, suplicam a Mercúrio para mediar socorro junto a Júpiter.

O deus do trovão replica:

“Já que não tolerastes o vosso bem, aguentai, agora, até o fim o mal.”

Vós também, ó cidadãos, diz (Esopo):

“Suportai o mal de agora para que não sobrevenha outro pior.” (FEDRO, 2006, p. 42-43).

Esta fábula retrata o seguinte:

O segundo sentido das fábulas. – Mas os rumores e comentários continuam. Em cada fábula há um sentido oculto que é preciso descobrir. *Ranae regem petentes* é dirigida ao próprio príncipe. Rei e ministros estão sendo atacados. (CRETELLA JR., *op. cit.*, p. 90).

Diante disso, vem-nos a indagação: por que o “Rei e ministros estão sendo atacados” na Atenas antiga? Que reivindicação do povo ele deixa de atender? Estas e outras questões podem ser colocadas aqui. O que podemos depreender, no caso, é que Atenas, cidade estado da Grécia, implanta a democracia com a seguinte dimensão de poder:

Na Grécia antiga o termo [democracia] tinha conotação de reivindicação política, pois ‘o poder estava concentrado nas mãos de algumas famílias aristocráticas. Da democracia direta grega estavam excluídos os plebeus, os estrangeiros e os escravos. (FLORES, 1996, p. 172b)

Assim, a noção do reivindicar politicamente compreende o fundamento da democracia ateniense. Transferindo esta noção para a fábula, verificamos que as rãs (plebeus, estrangeiros e escravos) ficaram perdidas diante da liberdade democrática, ou seja, não sabiam como lidar com essa democracia. Reportemo-nos a narrativa: “Quando Atenas florescia

sob leis equitativas, uma liberdade desatinada penetrou na cidade e assim a libertinagem rompeu os grilhões tradicionais”. (linha 1-3). Dessa forma, para conter essa “libertinagem” ocorrente em Atenas, surge o tirano Pisístrato – Rei reivindicado pelas rãs. O tirano, nessa democracia, não tem a mesma conotação que atribuímos hoje, ou conforme o latinista: “2. *Tyrannus*: tirano. Não possui o sentido de mau, de violento que hoje lhe damos. Por exemplo, o rei Édipo (de que nos deixou Sófocles a mais perfeita tragédia) era tirano”. (CRETELLA JR., *op. cit.*, p. 123).

Nesta narrativa, Pisístrato coloca-se como tirano no meio dessa democracia “desenfreada”; porém, conforme a nota do tradutor de Fedro, ele está entre os bons tiranos, vejamos: “(3) Depois da guerra de Peloponeso, os lacedônios impuseram aos atenienses trinta tiranos. Pisístrato, [...] filho de Atenas, foi político de excepcional valor, elogiado até por Aristóteles”. (FERACINE, *op. cit.*, p. 42). Diante disso, Pisístrato (Rei – hidra) corta o excesso de liberdade reivindicatória da plebe, dos estrangeiros e dos escravos (rãs), ou de acordo com esta fábula: “Ele lhes enviou uma hidra que, com dentes cruéis, começou a pilhar uma a uma. As indefesas rãs tentavam escapular, em vão, da morte”. (linha 24-25).

O ser humano tem, em certa medida, dificuldade de moralizar livremente as suas atividades em geral, porque se depara com uma complexidade moral mediante as diversidades de posições de entendimento referente ao fim último da moral. Destarte, “a) *A moral é a ciência que define as leis da atividade livre do homem*. Poder-se-ia ainda dizer [...] que *a moral é a ciência que trata do uso que o homem deve fazer de sua liberdade para atingir seu fim último*. (JOLIVET, 1961, p. 372). Assim, o moralizar o uso da liberdade humana implica o conhecer fundamentalmente a natureza humana. O homem vive não somente em uma relação para consigo mesmo, mas numa relação para com o outro e para com o Absoluto; todavia, manifestando as mais importantes dimensões antropológicas do seu ser, listando: “[...] desde a corporeidade à vida, do conhecimento à liberdade, da cultura à linguagem, da sociabilidade à arte, da técnica até a religião”. (MONDIN, 1980, p. 06).

Para tanto, cabe ao homem conhecer-se desde a sua superficialidade corpórea até a sua profundidade teleológica, ou seja, o fim último do seu ser – FELICIDADE –. O ser feliz é o ser pleno na instância do momento vivido. Na medida em que o homem indaga sobre o seu estado de vida, ele está rompendo com esse marasmo, mesmice do seu modo de viver, ou de acordo com a fábula em questão: “As rãs, que vagueavam em paus, sem fronteira, pediram com intenso clamor, a Júpiter um rei

que, com força, reprimisse os costumes dissolutos”. (linha 10-12).

Neste caso, as rãs – plebeus, estrangeiros e escravos – percebem o estado de vida social, rompendo a partir da consciência social evidenciada pelo descontentamento geral. Em seguida, reivindicam democraticamente o pedido de um novo governante – Rei –, para que desse uma orientação de vida social. Esse rei deveria responsabilizar-se pela direção moral em sociedade. Cabe aos deuses do Olimpo o envio do “Rei”. Outrossim, seguindo a tradição religiosa pagã dos gregos, verificamos uma certa aproximação ideológica com a seguinte diretriz filosófica cristã:

A obtenção da beatitude é possível a todos e obrigatória para todos.

1. **É possível a todos.** – Com efeito, todos os homens desejam a felicidade. Ora, repugna que um desejo *natural* não possa atingir seu fim, porque a *natureza vem de Deus* e produz em suas tendências profundas uma ordem desejada por Deus.

2. **É obrigatório para todos.** – O homem, como tudo que existe, é feito para Deus, e, para ele, tender para seu fim, isto é, para Deus, é conformar sua vontade ao fim necessário de toda a criação. O homem não pode, assim, renunciar a seu fim, sem violar a ordem estabelecida para Deus, quer dizer, a ordem natural das coisas, segundo a qual tudo deve estar subordinado ao princípio do ser. (JOLIVET, *op. cit.*, p.382).

Diante disso, compreendemos que o homem está destinado a felicidade eterna, determinada por Deus, porque a sua natureza lhe revela esta condição natural de transcendência. No caso dessa fábula, a condição humana está prescrita pela fala dos deuses do Olimpo: “Suportai o mal de agora, para que não sobrevenha outro pior” (linha 32), ou seja, a superação do mal menor vigente, mediante a paciência, é a condição natural de superação da mesma, ante a desobediência dessa ordem natural, possibilitando a vinda de outro mal. O homem está predestinado a ter sua condição de bem estar geral, ou seja, ele está a serviço dele mesmo, transcendendo pelo processo de evolução para o aprimoramento da sua vida, orientada pelas diretrizes da essencialidade do Ser Absoluto. A paciência, a determinação e a sabedoria, entre outras, são as virtudes necessárias ao homem para a busca da autotranscendência.

5. Considerações finais

A liberdade é a medida da democracia; mas, para verificá-la, devemos buscar os dados abrangendo notoriamente os fatores históricos, sociais e culturais de um povo, determinado pela situação do estado de-

mocrático desse povo.

Desse modo, em *As rãs pedem um rei*, Zeus e Júpiter são os responsáveis pelo encaminhamento dos governantes atenienses (Rei – Pisístrato e seus ministros), com o fim de ouvir os pedidos reivindicatórios do povo (rãs). A democracia ateniense, nesse caso, é medida pela atenção do governante escutando o povo nas suas reivindicações.

Assim, a moral da fábula encaminha-nos a reflexão do sentido da busca das virtudes necessárias para alcançar o bem em geral. O bem que separa os vícios dos hábitos socialmente compartilhados. Certamente, a maior virtude, nessa fábula, é a paciência que espera, por meio da observação atenta, os ditames da razão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMANAQUE Abril: história geral. CD-ROM 2005.

CRETELLA JR., J. *Latim para o ginásio*: 3ª e 4ª séries. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1953.

CUNHA, A. G. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

ESOPO. *Fábulas completas*. Tradução, introdução e notas por Neide Cupertino de Castro Smolka. São Paulo: Moderna, 1994.

FARIA, E. *Dicionário escolar latino-português*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material de Ensino, 1956.

FEDRO, T. J. *Fábulas*: texto integral. Tradução de Luiz Feracine. São Paulo: Escala, 2006.

FLORES, M. *Dicionário de história do Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

JOLIVET, R. *Curso de filosofia*. Tradução de Eduardo Prado de Mendonça. 5. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1961.

LEVI-STRAUSS, C. *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

MONDIN, B. *O homem*: quem é ele? Elementos de antropologia filosófica. Tradução de R. L. Ferreira e M. A. S. Ferrari. São Paulo: Paulinas, 1980.

**CARACTERÍSTICAS ORTOGRÁFICAS
DA LÍNGUA PORTUGUESA:
SÉCULOS XVIII AO XX**

Angelita Heidmann Campos (UFMT)
angeliahsi26@hotmail.com

Elias Alves de Andrade (UFMT/USP)
elias@cpd.ufmt.br

RESUMO

O presente trabalho é uma pesquisa filológica no sentido mais amplo, pois busca por meio de recortes de diferentes documentos antigos, datados entre os séculos XVIII e XX, estudar a língua em toda a sua amplitude. Tem como objetivo a observação, comparação e apresentação de ocorrências ortográficas, diferentes das atuais, semelhantes, independente do escriba, do tipo e do veículo de comunicação. Para isso, foram retirados excertos do manuscrito, “Cópia de instrução dada pelo Conde de Azambuja a Dom João Pedro da Camara” de 08 de janeiro de 1765, guardada pelo Arquivo Público de Mato Grosso (APMT), e de jornais impressos em Mato Grosso no século XIX, *A Gazeta Cuyabana*, *O Liberal* e *A Locomotiva*, tutelados pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT), e no Rio Grande do Sul, reeditados Na seção “Há um século no Correio do Povo”, pelo *O Correio do Povo*.

Palavras-chaves: Filologia. Ortografia. Manuscrito e impresso.

1. Introdução

Este trabalho está vinculado aos projetos de pesquisa: “Estudo do português em manuscritos produzidos em Mato Grosso a partir do século XVIII”, MeEL/ IL/ UFMT, “História e variedade do português paulista às margens do Anhembi” e “Edição de textos literários e não literários em língua portuguesa” FFLCH/ USP.

Os objetivos deste são os de observar as ocorrências ortográficas, diferentes das vigentes atualmente, de diversos vocábulos, encontradas

na cópia de instrução dada pelo Conde de Azambuja a Dom João Pedro da Camara (08 de janeiro de 1765), nos jornais mato-grossenses: *A Gazeta Cuyabana*, (edições de 02/06/ 1847, 31/ 07/ 1847, 12/02/ 1848 e 19/07/ 1848), *O Liberal* (21/ 12/ 1871) e *A Locomotiva* (21/10/ 1883) e no jornal gaúcho *O Correio do Povo* (01 a 31/ 12/ 2009) e compará-las para comprovar a sua semelhança.

2. Filologia

Conforme Buarque de Holanda (2009, p. 899), a filologia é o estudo da língua em toda a sua amplitude e dos documentos antigos que servem para documentá-la, concordando com Santiago-Almeida (2009, p. 224), que se baseou em Auerbach (s/d), Azevedo Filho (1987), Spina (1977), Cambraia (2005) e outros para assegurar que esta ciência tem duas direções:

No sentido mais amplo (*lato sensu*), dedica-se ao estudo da língua em toda a sua plenitude – linguístico, literário, crítico-textual, sócio-histórico etc. – no tempo e no espaço, tendo como objeto o texto escrito, literário e não literário [manuscrito e impresso].

No sentido mais restrito ou estreito (*stricto sensu*), concentra-se no texto escrito, primordialmente literário [antigo e moderno, manuscrito e impresso], para estabelecê-lo, fixá-lo ou restituí-lo à sua genuinidade e prepará-lo para ser publicado.

Segundo Spina (1977, p. 75) os objetivos da filologia variaram de acordo com a época, lugares e autores que a praticaram, mas sempre teve seu campo bem determinado já que filologia não existe sem o texto, acrescentando:

A filologia concentra-se no texto, para explicá-lo, restituí-lo à sua genuinidade e prepará-lo para ser publicado. A explicação do texto, tornando-o inteligível em toda a sua extensão e em todos os seus pormenores, apela evidentemente para as disciplinas auxiliares (a literatura, a métrica, a mitologia, a história, a gramática, a geografia, a arqueologia, etc.), a fim de elucidar todos os pontos obscuros do próprio texto. Esse conjunto de conhecimentos complicados, dando a impressão de verdadeira cultura enciclopédica de quem os pratica, constitui o caráter erudito da filologia.

3. Paleografia

É a “[...] *ciência que estuda a escrita antiga*.”, conforme acepção de Dias e Bivar (1986, p. 12), Cambraia (2005, p. 23), Spina (1977, p.

18), Buarque de Holanda (2009, p. 1471), Acioli (2003, p. 5), Spaggiari e Perugi (2004, p. 17). Surgiu na Idade Média, devido a falsificações de documentos de posse após a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) entre protestantes e católicos e possui nome originário do grego *palaio*, antigo, e *graphien*, escrita.

Muitos destes autores acrescentam ainda que cabe à Paleografia: o ensino de leitura correta de todos os tipos de documentos manuscritos ou impressos, abordando a origem e evolução da escrita (ROMÁN BLANCO, *apud* DIAS & BIVAR, p. 12-13); a decifração de manuscritos considerando as mudanças ocorridas na escrita ao longo do tempo (MUÑOZ Y RIVIERA, *apud* DIAS & BIVAR, p. 13); leitura e interpretação das formas gráficas antigas, determinação de tempo e lugar da produção dos manuscritos, anotação de erros com o intuito de fornecer subsídios à História, à Filologia, ao Direito e outras ciências em que a escrita seja fonte de conhecimento (ACIOLI, 2003, p. 5); estudo da evolução dos tipos caligráficos em materiais moles como papiro, pergaminho, pano, papel (SPINA, 1977, p. 18); constituição sócio-histórica dos sistemas de escrita e ampliação na capacidade de verificar a originalidade do documento, através da escrita, bem como interpretação adequada das escritas do passado. (CAMBRAIA, 2005, p. 23)

Para tanto, ao analisar um documento paleograficamente, especifica Cambraia (2005, p. 24), deve-se descrever sucintamente o tipo de escrita, o sistema braquigráfico, os sinais estigmológicos, os pontos de dificuldade de leitura e as soluções adotadas, assim como o tipo de escrita, localização e datação do manuscrito ou impresso antigo.

3.1. A escrita

Não se pode dizer com precisão quando e como foi que os seres humanos começaram a utilizar a escrita como um meio de comunicação para interagir com os seus semelhantes. A única certeza que se tem, de acordo com Acioli (2003, p. 17) é que esses usaram por muito tempo a linguagem verbal até desenvolverem a escrita.

Février, citado em Acioli (2003, p. 18-19), afirma que a escrita se desenvolveu em quatro etapas classificadas de forma lógica, não sucessivas, a saber: pictográfica ou figurativa (estágio mais rudimentar), mnemônica (estágio sintético), ideográfica (estágio analítico) e a fonética. Destaca-se que, além das escritas mencionadas, é importante reconhecer

as de transição que se encontravam em mais de um estágio.

Acredita-se que a escrita existe desde a América Pré-Colombiana, pois foi encontrada entre os povos maias, astecas e incas. A dos maias, assim como a dos egípcios, é classificada como de transição entre a ideografia e o fonetismo, considerada sagrada, seu uso era muito limitado e tratava de cronologia, astrologia e religião reproduzindo figuras humanas. Já a dos astecas se diferenciava apenas por representar figuras de animais ferozes. Os incas possuíam os quipos, um sistema mnemônico para gravar registros numéricos, religiosos ou históricos, pelos quais divulgavam as notícias recentes ou documentos oficiais. Também há de se destacar as inscrições pintadas pelos índios brasileiros nos sítios rupestres, classificadas de petroglíficas, pertencentes ao período embrionário, pois são assimétricas, sequenciais ou isoladas e sem tamanho padrão.

Quanto à escrita latina, há discussões que apontam para a origem grega e outras para a fenícia não havendo consenso em relação à verdadeira origem. Acredita-se que tenha originado da grega, mesmo que haja discussões que apontem para a adoção do alfabeto fenício ou do silabário cretense pelos gregos.

3.2. Ortografia da língua portuguesa

De acordo com Coutinho (1976, p. 71-80) e com Gonçalves (2003, p. 40), citados em Andrade (2007, p. 314-315), a ortografia portuguesa teve sua trajetória marcada por vários períodos. O primeiro autor estabelece: o fonético – fase arcaica do português até o século XVI; o pseudoepistemológico, do século XVI até 1904, e o simplificado, após 1904. Já o segundo autor, apresenta quatro tipos de sistemas ortográficos: etimológico, marcado pela publicação da *Orthographia ou Arte de Escrever e Pronunciar com Acerto a Língua Portuguesa*, de João de Morais Madureira Feijó, em 1734; o misto, defendido principalmente por Francisco Félix Carneiro Souto-Maior e Francisco Nunes Cardoso, o filosófico e o simplificado.

As mudanças ortográficas que ocorreram ao longo do tempo foram formalizadas, apenas em 1904, por Gonçalves Viana, com a publicação da obra *Ortografia Nacional*, oficializada pelo governo português em 1911, pois até então não havia regras oficialmente estabelecidas, na qual, no início do prefácio apresenta um esclarecimento:

Este opúsculo não é um tratado de ortografia portuguesa; é antes um in-

quérito, e a crítica minuciosa, desenvolvida e documentada da atual anarquia ortográfica, acompanhada de numerosas soluções, ao seu autor sugeridas pelo estudo sistemático e detido da questão, e que podem pôr cobro a essa anarquia, porque são de execução fácil e estão em harmonia com a tradição portuguesa, fiel e cientificamente observada. (VIANA, 1904, p. V)

No Brasil, o primeiro movimento de simplificação ortográfica aconteceu em 1907, proposto por Medeiros de Albuquerque intermediado pela Academia Brasileira de Letras – ABL. Em 1912, João Ribeiro redigiu outra regulamentação. Três anos depois (1915), Silva Ramos convenceu a Academia Brasileira de Letras a adotar a ortografia oficial do português de 1911 e em 1919, Osório Duque Estrada sugeriu que todas as mudanças fossem anuladas fazendo com que não houvesse mais nenhuma regra, o que foi aceito temporariamente.

Porém, nesse mesmo tempo, outros autores como: Mário Barreto, Jacques Raimundo, Silva Ramos e Sousa da Silveira defendiam que o Brasil adotasse as regras estabelecidas em 1911. Em 1929, a ABL retornou ao que foi proposto em 1907, mas o público não aceitou e, em 1931, foi feito um acordo com Portugal que retornou ao que havia sido escrito em 1891. Em 1937, Gustavo Capanema encarregou alguns professores para criarem um novo sistema ortográfico que ficou pronto no último dia daquele ano, mas foi engavetado. No ano seguinte, o próprio Capanema restabeleceu a proposta de 1931, fixando a acentuação gráfica sem seus reguladores.

Dez anos depois, o mesmo ministro sugeriu mais mudanças, sendo duramente criticado pela ABL, a qual ficou encarregada de resolver o impasse ortográfico e, em 1943, um acordo foi publicado em forma de decreto-lei. Quando os alfabetizados estavam assimilando este novo acordo, o governo Linhares, dois anos depois, impôs uma difícil e nova ortografia que foi ignorada até pelo *Diário Oficial*. Em 1955, o acordo, apresentado 12 anos antes, se tornou ortografia provisória e em 1967, foi solicitada a elaboração de um sistema comum de escrita entre Brasil e Portugal. (MELO, 1981, p. 163-168)

Entre 1986 e 1990 emergiu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa propondo a unificação do português, através da aprovação de um vocabulário comum, em oito países que o adotam oficialmente (Portugal, Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste). Consenso que deveria ter entrado em vigor em 1994. Entretanto as ratificações não foram enviadas e mais uma vez a mudança ortográfica foi adiada porque protocolos modificativos, que a-

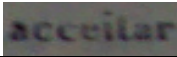
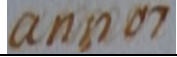
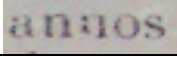
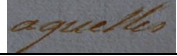
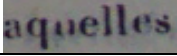
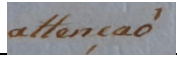
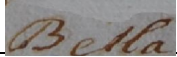
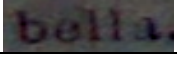
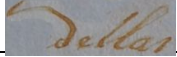
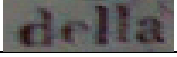
cabavam com a data limite para o início da vigência do acordo, foram assinados, bem como diminuiu para três a quantidade de países que deveriam ratificar o acordo. O Timor Leste foi incluído como participante em 2004.

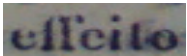
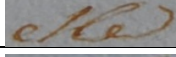
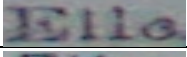
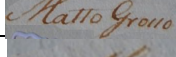
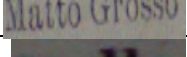
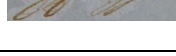
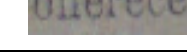
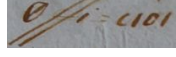
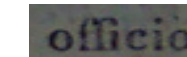
Em 2006, as discussões em relação ao novo acordo ficaram mais acirradas. Dois anos, o presidente do Brasil, Luís Inácio da Silva, no dia 29 de setembro, sancionou-o na Academia Brasileira de Letras, no qual definia que as mudanças de cerca de 0,5% do nosso vocabulário nos livros didáticos deveriam começar em 01/01/ 2009 com data limite para 2012. Contudo, Portugal que deverá mudar a grafia de aproximadamente 1,6% do seu vocabulário ainda resiste, inclusive com uma petição com milhares de assinaturas de pessoas que não aceitam as modificações gráficas.

3.3. A ortografia no manuscrito e nos jornais

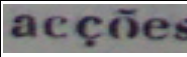
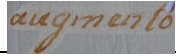
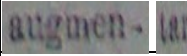
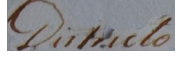
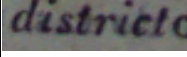
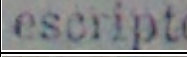
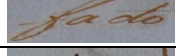
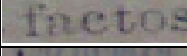
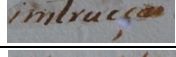
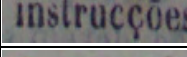
As ocorrências ortográficas serão dispostas em tabelas. A primeira coluna apresenta o fac-símile do manuscrito, a segunda do jornal matogrossense e a terceira do impresso gaúcho, disponível no site deste veículo de comunicação. Pode-se afirmar que o maior número de vocábulos com grafia diferente da atual são os que possuem consoantes duplicadas, seguido pelas ocorrências *cç*, *ct*, *gm* etc., representantes do período pseudoetimológico, que buscava a grafia correta na origem das palavras, e das paroxítonas e proparoxítonas sem diacríticos.

3.3.1. As consoantes duplicadas

Ms	MT	RS	Transcrição
		aceitar	«acceitar»
		annos	«annos»
		aquelles	«aquelles»
		atenção	«atenção»
		bella	«Bella»
		dellas	«dellas»

		efeito	«efeito»
		ella	«ella»
		Elle	«elle»
		elles	«Elles»
		Matto Grosso	«Matto Grosso»
		nelles	«nelles»
		ocasião	«ocazião»
		offereceu	«offereceu»
		officios	«officios»
		Villa	«Villa»

3.3.2. Consoantes mudas ou nulas

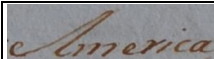
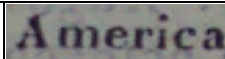
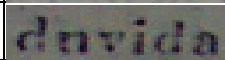
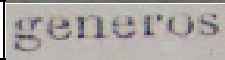
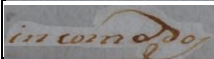
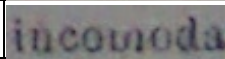
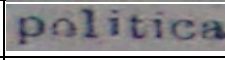
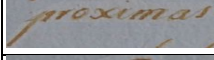
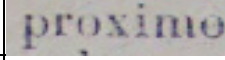
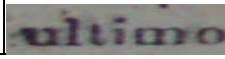
		acção	«acção»
		augmento	«augmento»
		districto	«Districto»
		escripto	«escripto»
		facto	«facto»
		instrucções	«instrucção»
		prompto	«prompto»

3.3.3. Os diacríticos

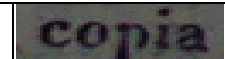
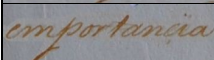
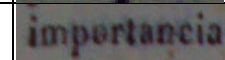
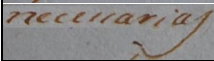
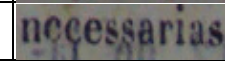
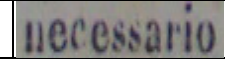
Conforme Acioli (2003, p. 53-54) os sinais diacríticos são usados nas letras ou um grupo destas para destacar um determinado traço fonológico. Já Santiago-Almeida (2003/2004, p. 76) afirma que estes tinham função muitas vezes de assinalar a quantidade da vogal, diferente da atual que é assinalar graficamente a tonicidade ou o timbre das vogais.

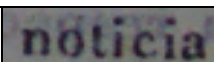
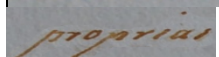
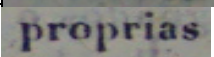
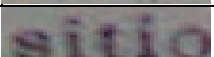
Grande parte dos vocábulos manuscritos não está acentuada. Observem-se alguns exemplos:

3.3.3.1. Proparoxítonas sem acento

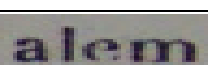
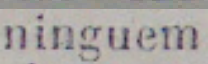
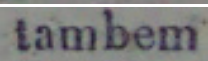
		America	«America»
		duvida	«duvida»
		generos	«generos»
		incomoda	«incomodos»
		politica	«politica»
		pratica	«pratica»
		proximo	proximas»
		ultimo	«ultimo»

3.3.3.2. Paroxítonas terminadas em ditongo ou em l, sem acento

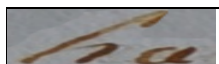
		copia	«Copia»
		importancia	«importancia»
		necessarias	«necessarias»
		necessario	«necessarios»

		noticia	«noticia»
		proprias	«proprias»
		sitio	«Sitio»
		facil	«facil»

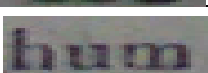
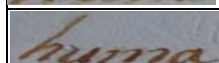
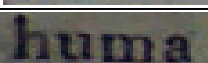
3.3.3.3. Oxítonas terminadas em m sem acento

		alem	«Alem»
		ninguem	«ninguem»
		porem	«porem»
		tambem	«tambem»

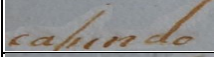
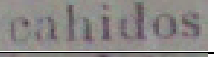
3.3.3.4. Monossílabos tônicos sem acento

		ha	«ha»
---	---	----	------

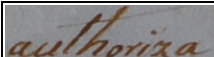
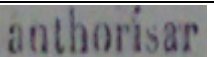
3.3.4. Uso do h na 3ª pessoa do singular do verbo ser, e nos artigos indefinidos

		he	«He»
		hum	«hum»
		huma	«huma»

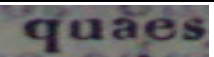
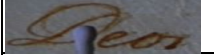
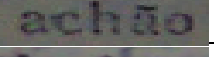
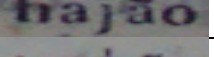
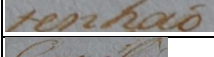
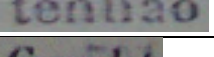
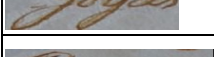
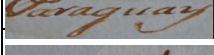
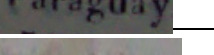
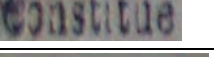
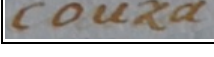
3.3.4.1. Uso de h para indicar hiato

				ahi	«ahi»
				cahindo	«cahindo»
				sahir	«sahi»

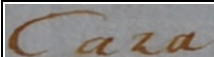
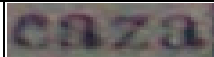
3.3.4.2. Uso de h para formar dígrafo

				authorizar	«authoriza»
---	--	---	--	------------	-------------

3.4. Ditongo com semivogal i, y, e, o e u

				quaes	«quaes»
				Deos	«Deos»
				reos	«Reo»
				Achão	«achao»
				hajão	«hajaõ»
				tenhão	«tenhaõ»
				Cuyabá	«Cuyabá»
				Goyas	«Goyas»
				Paraguay	«Paraguay»
				constitue	«constitue»
				cousa	«couza»

3.5. Uso de s e z

				caza	«caza»
				faser	«fas»
				veses	«ves»

4. Algumas considerações

Ao analisar os vocábulos, presentes no manuscrito e nos dois impressos, percebeu-se que mesmo não havendo uma regra formalmente estabelecida, fato qual Gonçalves Viana chama de anarquia ortográfica, havia certa semelhança na grafia das palavras nos três séculos: XVIII, XIX e XX e ainda que possuísssem o livre arbítrio para grafar os vocábulos, o escriba e o redator adotavam uma ortografia comum.

Baseando-se nas pesquisas sobre a ortografia, percebeu-se que o retorno às origens buscando a etimologia nas palavras latinas, gregas ou francesas trouxe os digramas rh, th, ph e ch, bem como as consoantes geminadas e mudas que aparecem nos três documentos analisados. Como também que a maioria das palavras não recebia acento, pois ainda não havia a preocupação de destacar a vogal que fazia parte de uma sílaba tônica.

Diante disso, parece claro que, até a reforma ortográfica promovida por Gonçalves Viana em 1904, e mesmo após, a ortografia da língua portuguesa foi marcada pela inexistência de um padrão homogêneo de conduta, e, mesmo havendo alguma orientação, não era completamente seguida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *A escrita no Brasil colônia: um guia para a leitura de documentos manuscritos*. 2. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2003.

ANDRADE, Elias A. *Estudo paleográfico e codicológico de manuscritos dos séculos XVIII e XIX*: edições fac-similar e semidiplomática. São Pau-

lo: USP, 2007. Tese de Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa; Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) Universidade de São Paulo, 2007.

_____. Aspectos paleográficos em manuscritos dos séculos XVIII e XIX. *Revista Filologia e Linguística Portuguesa*, FFLCH/ USP, ISSN 1517-4530, n. 10/11, 2010, p. 149-172.

_____. Cotejo de manuscritos do século XIX. *Revista Caligrama*, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, 2010, p. 161-187.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DIAS, Madalena Marques; BIVAR, Vanessa dos Santos Bodstein. Paleografia para o período colonial. *Paleografia e fontes do período colonial brasileiro*. Estudos CEDHAL- Nova Série nº 11. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 2005, p. 11-38.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Coordenação Marina Baird Ferreira, Margarida dos Anjos. 4. ed. Curitiba: Positivo, 2009.

MEGALE, Heitor; CAMBRAIA, César Nardelli. Filologia portuguesa no Brasil. *DELTA*, Vol. 15, Nº Especial, 1999, p. 1-22.

MELO, Gladstone Chaves. *Iniciação à filologia e à linguística portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1971.

SAMARA, Eni de Mesquita. Fontes coloniais. *Paleografia e fontes do período colonial brasileiro*. Estudos CEDHAL – Nova Série, n. 11. São Paulo: Humanitas/ FFLCH-USP, p. 39-85, 2005.

SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo. Os manuscritos e impressos antigos: a via filológica. In: GIL, Beatriz D.; CARDOSO, Elis de A.; CONDÉ, Valéria G. (Orgs.). *Modelos de análise linguística*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2009, v. 1, p. 223-234.

SILVA, M. *O novo acordo ortográfico da língua portuguesa: o que muda, o que não muda*. 1. ed., 3ª reimp. São Paulo: Contexto, 2008.

SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica: crítica textual*. São Paulo: Cultrix, 1977.

**FILOLOGIA:
UMA CIÊNCIA ANTIGA E UMA POLÊMICA ETERNA (II)**

Expedito Eloísio Ximenes (UECE)
eloisio22@hotmail.com

[Continuação do número anterior]

4. A tradição filológica no Brasil

Nesta seção refletiremos acerca dos estudos filológicos em nosso país, destacando algumas fases de seu profícuo desenvolvimento e os principais expoentes que contribuíram para sua divulgação.

Não sabemos ao certo quando teve início, no Brasil, a tradição filológica, pois enquanto colônia portuguesa as ideias de língua e de ensino eram muito incipientes. Apenas no século XIX houve uma conscientização mais segura a respeito da identidade brasileira, mesmo assim, podemos vislumbrar um contínuo da tradição portuguesa.

Nascentes (2003) classifica os estudos filológicos brasileiros em quatro etapas ou períodos: 1) período embrionário, 2) período empírico, 3) período gramatical e 4) período científico. Passaremos a ver cada um com maiores detalhes.

O primeiro período, denominado embrionário, vai desde o princípio da cultura brasileira até 1835, com a publicação do *Compêndio da Gramática da Língua Nacional*, de Antonio Alves Pereira Coruja. Vemos que perdura por todo o período colonial, ultrapassando a data da independência do Brasil. Caracteriza-se pela obediência às orientações portuguesas que, por sua vez, estavam aquém das perspectivas filológicas divulgadas na Alemanha por Diez, quando da aplicação do método histórico-comparativo. Nascentes questiona que tipo de cultura filológica teria o Brasil, se as ideias em pleno desenvolvimento em outros países da Eu-

ropa só foram divulgadas em Portugal 32 anos mais tarde?

O autor não especifica com precisão em que tempo começa essa cultura filológica brasileira. Sabemos do desenvolvimento tardio em se firmar uma sólida cultura no Brasil, no sentido de conhecimento acadêmico, polidez intelectual e sensibilidade de espírito investigativo, visto que nossa sociedade era predominantemente rural e atrasada no domínio das letras. As primeiras escolas implantadas na colônia foram conduzidas pelos missionários jesuítas e se sustentavam, sobretudo, na doutrina da fé cristã e no ensino de primeiras letras, com predominância da catequese e sistematização da língua tupi como fez José de Anchieta.

Quando pode ser definido o início de nossa cultura no sentido de refinamento intelectual e de domínio das artes e das ciências, especificamente, das ciências da linguagem? Que conhecimento filológico poderia existir no Brasil nos primórdios de nossa história? Faz-se jus à pergunta de Nascentes e sua resposta é contundente.

Se em Portugal, situado no continente supercivilizado, as doutrinas pregadas por Frederico Diez desde 1836 só foram introduzidas em 1868, isto é, trinta e dois anos depois, quando Adolfo Coelho publicou sua obra *A Língua Portuguesa*, como poderíamos nós, do outro lado do Atlântico, a tantos dias de viagem e com escassos meios de comunicação, ostentar pujante cultura em assuntos de filologia? (NASCENTES, 2003, p. 187).

Esse período inicial da filologia no Brasil se estende até 1835, quando já se firmavam opiniões e reivindicações para uma identidade linguística brasileira. Tradicionalmente, a data da introdução do período romântico de nossa literatura é 1836, quando a produção literária na ex-colônia decreta a independência cultural. Arroga-se a liberdade linguística e começa a se constituir as marcas do português do Brasil, sobretudo no léxico, que se enriquece com a introdução de elementos da cultura indígena na escrita dos poetas e prosadores. Até então, nossa produção literária seguia de perto os padrões portugueses. Os historiadores da literatura brasileira não são unânimes em sua classificação, dividem-na em uma fase colonial e outra nacional, passando por um período de transição, período esse anterior ao século XIX, conforme comenta Elia (2003).

Em relação ao ensino da língua portuguesa no século XIX, havia se distanciado da égide dos jesuítas, pois esses foram expulsos dos reinos de Portugal, em 1759, pelo primeiro ministro de D. José I, o conhecido Marquês de Pombal. A língua portuguesa se oficializara e o novo método de ensino havia sido implantado, mas ainda predominavam as parcas escolas de ensino de gramática latina. Somente no século XIX, no reinado

de D. João VI, foram criadas algumas cátedras isoladas para a formação de profissionais, assim surgiram os cursos de medicina na Bahia e no Rio de Janeiro, em 1808, e engenharia também no Rio de Janeiro, sob o comando da academia militar. Só em 1874 esse curso tornou-se independente dos militares. As cátedras de anatomia e cirurgia foram reunidas a outras, dando origem às academias de medicina no Rio de Janeiro e na Bahia.

Em 1827, o imperador Pedro I acrescentou os cursos de direito em Olinda e em São Paulo, constituindo a elite dos cursos superiores brasileiros: medicina, engenharia e direito. Posteriormente estas faculdades isoladas tornaram-se universidades como conhecemos hoje, mas essa história teve um longo percurso.

A educação brasileira é marcada pelo ensino dos jesuítas, até sua expulsão em 1759 e o desmantelamento da estrutura educacional montada por esses padres da Companhia de Jesus é prejudicial para o Brasil, pois não há, de imediato, a substituição por outra organização do sistema de ensino da Colônia, que os padres jesuítas praticamente monopolizavam, por meio de seus colégios e das aulas de ler, escrever e contar. (ZANON; FACCINA, 2004, p. 80).

Bem ressalta Cunha (1994) que durante o período colonial, no Brasil, existiam poucos estabelecimentos de ensino primário e médio, quando comparamos com a América espanhola onde cedo foram criados colégios e universidades. Percebemos uma grande diferença entre o Brasil e os países vizinhos de origem hispânica no quesito educação. Enquanto nas colônias espanholas americanas existiam vinte e quatro universidades já no período colonial, no Brasil, o primeiro estabelecimento superior só foi fundado no século XIX, restrito a uma pequena parcela da população.

A formação acadêmica dos jovens brasileiros ocorria na Europa, especificamente em Coimbra, por todo o período colonial sob o patrocínio do governo português que oferecia uma espécie de bolsa de estudo para que os filhos dos ricos brasileiros se formassem. Foram esses que fomentaram o desejo de liberdade e de abolição da escravidão, que se destacaram na arte da palavra e que assumiram os comandos da nação após sua independência.

[...] no Brasil colonial existiram apenas uns poucos estabelecimentos de ensino primário e médio, e isso quase por milagre de certas ordens religiosas, especialmente a dos jesuítas. Os que pretendiam uma instrução superior deviam seguir para Coimbra, onde estava sediada a universidade do império. (CUNHA, 1994, p. 19).

Conforme dados apresentados pelo autor, o auge da formação universitária dos brasileiros em Portugal ocorreu no século XVIII, em que 1752 jovens se formaram. No século XVI apenas 13 obtiveram formatura, no século XVII, 354 e no XIX, de 1801 a 1822, foram formados 339 brasileiros.

Não é de se admirar a grande distância entre as classes sociais no Brasil que intensificaram as diferenças no modo de falar dos seus habitantes. Poucos tinham conhecimento da norma padrão do português convivendo com a mistura de origem indígena e africana, e o resultado seria um português estratificado. Ainda segundo Cunha (1994), o Brasil entrou o século XIX com uma grande estratificação da língua e um vácuo enorme entre língua escrita e língua falada. Por um lado, as normas inflexíveis da gramática dos letrados eram seguidas, por outro, a língua adquirida se distanciava da transmitida.

A produção gramatical do século XIX, conforme estudos de Fávoro e Molina (2006), pode ser classificada em duas etapas: a primeira engloba as obras de orientação da gramática da língua geral, as quais não tratam de conteúdo relativo à língua portuguesa. Muito da produção gramatical com essa característica se enquadra nesse primeiro período filológico, tais como: a *Epítome da Grammatica Portuguesa* de Antonio de Moraes Silva, 1806; *Breve Compêndio de Grammatica Portuguesa* de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, de 1817, e a *Gramática* de Antonio Coruja que introduz o segundo momento histórico.

Neste contexto de pouca escolaridade, de distanciamento dos grandes centros desenvolvidos, de uma estrutura administrativa subordinada à boa vontade da metrópole, e esta, vale ressaltar, também passou por turbulências e crises de autonomia política. Diante de tudo isso, podemos perguntar que tradição nosso país pode nos legar dos seus primeiros anos de história no que diz respeito ao desenvolvimento de uma cultura filológica fixada nos modelos da milenar tradição desenvolvida pelos gregos? Vê-se, portanto, que não há muito que se falar, pelo menos nessa etapa inicial, da filologia no Brasil.

O segundo período de nossa história filológica, denominado de empírico, inicia-se em 1835 com a publicação do *Compêndio de Gramática de Língua Nacional* do brasileiro Antonio Coruja e se estende até 1881. Esse período é marcado pelas grandes discussões em torno da língua portuguesa, sendo uma delas a querela que se estabeleceu entre o cearense José de Alencar e o português Pinheiro Chagas por conta da pu-

blicação do romance *Iracema*, em 1865, em que o patricio português faz severas críticas à linguagem alencarina e a de todos os brasileiros, por pecados de erros gramaticais. No entanto, o propósito dos daqui é firmar uma nova norma brasileira liberta dos padrões europeus. Essa polêmica, afirma Elia (2003), foi denominada de questão da língua brasileira influenciada por dois importantes fatores: 1) a independência do Brasil, que permitiu aos brasileiros a liberdade dos cânones portugueses e 2) o movimento romântico, que fixava a cultura nacional na alma do povo.

O romantismo teve uma grande importância na vida do homem e das nações naquele momento do século XIX, por inflamar os sentimentos nacionalistas que formavam a base na constituição das novas nações. A manifestação desses sentimentos nas artes reflete o desejo de autonomia plena. A língua é a mais forte herança patrimonial de uma nação que fortifica a identidade de seu povo. O sentimento do romantismo acendeu o anseio de liberdade e afirmação em todos os sentidos, principalmente no linguístico.

Não se trata de simples querela entre literatos, mas de uma irrupção mais vasta, surto impetuoso de sentimentos e atitudes, algo assim como o nascimento de uma alma nova no velho corpo da civilização ocidental, que acendeu focos de outras luzes nos diferentes recantos espirituais da humanidade, o religioso, o filosófico, o científico, o literário, o político, o econômico, o social. (ELIA, 1963, p. 39).

A produção literária do Brasil atingiu grandes proporções e inaugurou-se a narrativa de numerosos romances, exaltando-se o espírito nacionalista com a presença marcante do indígena nas histórias romanescas, como também a paisagem rupestre do interior do Brasil, originando-se o romance regional com o uso de formas linguísticas dos grupos menos privilegiados.

Quanto à produção de obras sobre a língua, o período é fortemente marcado pela edição de compêndios gramaticais, e de outras obras que abordam discussões vernaculares, sobretudo em comparação com o português europeu. Surge a produção de dicionários e gramáticas tais como o *Dicionário Gramatical Português*, de José Alexandre Passos, em 1865; a *Gramática Portuguesa Filosófica*, de Ernesto Carneiro Ribeiro, a *Grammatica Portuguesa*, de Augusto Freire da Silva, para citar somente alguns exemplos.

Neste período começam a ser criadas algumas instituições culturais no país, como o colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, em 1837, com padrão de ensino humanístico e reduto da hierarquia intelectual brasileira.

ra. Funcionou como um espaço de produção e divulgação da cultura nacional em todos os sentidos. Foi esse um grande centro para onde convergiam os intelectuais do nosso país que escreviam suas teses sobre a língua, propiciando discussões em torno de assuntos filológicos, linguísticos, literários e de todas as áreas do conhecimento. Foi também no século XIX a fundação do instituto histórico e geográfico brasileiro, em 1838 e da academia brasileira de letras, em 1897, instituições de alto padrão intelectual para o desenvolvimento das artes, das letras e das ciências humanas em geral.

O terceiro período da filologia brasileira, denominado de período gramatical, tem início em 1881 com a publicação da *Grammatica Portuguesa*, de Júlio Ribeiro, a qual quebra a rotina da tradição, conforme Nascentes (2003), e instala uma nova orientação que servirá de norma para outras gramáticas de publicação posterior. Por isso o motivo de chamar-se esse período de gramatical.

A data de 1881 coincide com a introdução do realismo/naturalismo no Brasil e o desenvolvimento de uma literatura suburbana em romance como *O Cortiço* e regionalista como *A Normalista*, por exemplo. A língua ganha aspectos rústicos na boca dos personagens, distanciando-se cada vez mais dos padrões europeus.

As gramáticas produzidas são de orientação das correntes científicas que têm pretensão de rompimento da tradição greco-latina e seguem os pressupostos da linguística histórica comparativa, conforme a classificação de Fávero e Molina (2006). Destacam-se desta época, além da *Grammatica Portuguesa* de Júlio Ribeiro, de 1881, responsável pela classificação do período, a *Grammatica da Língua Portuguesa* de Manuel Pacheco da Silva Jr. e Boaventura Plácido Lameira de Andrade, 1894, a *Grammatica Portuguesa* de Alfredo Gomes, a *Grammatica Portuguesa* de João Ribeiro, de 1887, a *Grammatica Descriptiva* de Maximino Araújo Maciel, de 1887, e a *Grammatica Portuguesa Practica* de Adélia Ennes Bandeira.

A produção linguística da época é vasta, proliferam-se muitas outras gramáticas e estudos filológicos. Destacamos os *Estudos Filológicos* de João Ribeiro e vários outros que versam sobre a língua escrita e surgem como resultados de teses para o colégio Pedro II. Introdz-se o estudo de fraseologia com o *Vocabulário e Locuções da Língua Portuguesa* de Guilherme de Alcântara Bellegarde, no ano de 1887. A lexicografia se faz presente na obra *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, de An-

tonio Joaquim de Macedo Soares, 1888. Ampliou-se o interesse pelas questões da língua, surgindo vários nomes de destaque, como Heráclito Graça, que rebate o posicionamento conservadorista de Cândido de Figueiredo sobre questões de normas gramaticais. Mário Barreto é outro expoente da época com sua vasta obra discutindo várias questões linguísticas. É desse período a querela que se estabeleceu entre Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro a despeito da redação do código civil, em 1904, cujo foco girava em torno de pontos gramaticais. Surge o *Vocabulário Etimológico, Ortográfico e Prosódico das Palavras Portuguesas Derivadas da Língua Grega*, de Barão de Ramires, de 1907. Em 1908 saem as *Dificuldades da Língua Portuguesa* de Manuel Said Ali, obra importante por discutir problemas de entendimento de várias questões da língua, dentre elas, o caso dos clíticos. O autor lucidamente apresenta soluções plausíveis que ainda hoje são válidas e servem de referências sobre esse assunto.

São da mesma época os primeiros trabalhos de linguística histórica, como a *Gramática Histórica* de Carlos Eduardo Pereira, de 1916. Introduce-se a dialetologia com o *Dialeto Caipira* de Amadeu Amaral. Circulam de 1921 a 1935 a *Revista de Língua Portuguesa*, de 1924 a 1925 a *Revista de Filologia Portuguesa* e de 1931 a 1934 a *Revista de Filologia e História*.

A fundação de universidades e cursos de letras se encarrega do ensino e divulgação da filologia. Em 1934 ocorre a fundação da universidade de São Paulo com a faculdade de filosofia e letras, e o ensino de filologia portuguesa e filologia clássica se inicia no Brasil. A disciplina é ministrada por Rabelo Gonçalves, professor catedrático da universidade de Lisboa. Em 1937 foi fundada a universidade do Distrito Federal e o ensino de filologia na faculdade de letras passa a ser ministrado por professores franceses.

As pesquisas filológicas ultrapassam a língua clássica e a língua portuguesa, expandindo-se para as línguas indígenas com estudos sobre essas culturas. Vemos o grande avanço e a consolidação da filologia no Brasil com interesse em várias áreas da língua: no léxico, na sintaxe, nas variações diatópicas, na história, enfim, constituem um todo. As pesquisas e as discussões tornam-se amadurecidas e concretas.

O quarto período é denominado de científico e tem início em 1939 com a inauguração da faculdade nacional de filosofia da universidade do Brasil. Nesse período, a filologia se estrutura nas bases científicas e nos

lega um grande acervo de obras e estudos diversos sobre a língua e a literatura portuguesas que registram as várias manifestações da língua em todo o Brasil.

Elia (1963) também apresenta o percurso da filologia no Brasil com uma classificação dos estudos filológicos um pouco diferenciada da de Nascentes, quando divide a história filológica brasileira em apenas dois períodos e relaciona um número maior de estudiosos e suas obras. Segundo ele, o primeiro período se denomina vernaculista e vai de 1820 a 1880, limitando-se aproximadamente por duas datas importantes: a independência do Brasil, em 1822, e a publicação da gramática de Júlio Ribeiro, em 1881.

O segundo período denominado de científico divide-se em três fases: a primeira vai de 1880 a 1900, marcada pelas forças de renovação que prevalecem sobre as de conservação. Ainda é um período de transição, por isso conflituoso, pois a renovação se concentra na explanação gramatical, porém já procura imprimir fundamentos dos estudos linguísticos.

O autor divide esse segundo período em três gerações, nas quais se destacam conhecidos nomes até hoje citados e estudados nos cursos de letras das universidades brasileiras e fora do Brasil. A primeira geração é de 1900 a 1920. Destacam-se os nomes de João Ribeiro, Pacheco Júnior, Manuel Said Ali, Otoniel Mota e Heráclito Graça. Colocamos em destaque, sem menosprezar ninguém, a figura extraordinária de Said Ali para sustentação e maturidade nas pesquisas filológicas brasileiras. A segunda geração vai de 1920 a 1940. Os nomes mais salientes que destacamos são de Mário Barreto, Augusto Magne, Sousa da Silveira, Antenor Nascentes, José Oiticica e Clóvis Monteiro. Não podemos deixar de colocar em relevo o eminente estudioso Antenor Nascentes por sua contribuição incalculável para as pesquisas da língua portuguesa sobre as diversas nuances.

A terceira geração situa-se entre 1940 e 1960, nela estão cravados os nomes mais próximos a nós cronologicamente, como: Ismael de Lima Coutinho, Cândido Jucá Filho, Ernesto Farias, Matoso Câmara Jr., Serafim da Silva Neto, Celso Cunha, Gladstone Chaves de Mello, Rocha Lima, Silva Elia, Leodegário Amarante de Azevedo Filho, Evanildo Bechara dentre outros.

São eles estimados e competentes mestres que sistematizaram diversos estudos da nossa língua nas diferentes áreas, contribuindo enor-

memente para a consolidação do conhecimento que temos hoje do português em todos seus aspectos. Deixaram-nos vultosos estudos e uma grande bibliografia incluindo dicionários etimológicos, manuais de filologia, gramáticas normativas e gramáticas históricas que nos orientam em nossas pesquisas atuais.

Não podemos deixar de enaltecer os trabalhos de alto gabarito dos autores citados anteriormente, os quais são sempre lembrados pela grande contribuição aos estudos da língua portuguesa. Esse grupo teve atuação na cidade do Rio de Janeiro, tradicional centro de desenvolvimento e divulgação do conhecimento à época, principalmente em se tratando de filologia. Contudo, não podemos nos esquecer de tantos outros filólogos espalhados pelo Brasil também deram sua contribuição para o desenvolvimento das ciências da linguagem, não obstante seus nomes não serem citados nos livros que abordam o tema. Infelizmente muitos ficaram reservados aos seus estados menos visíveis, mas o papel que desempenharam foi de grande relevância no ensino e na produção textual.

A partir da década de 1960 quando se introduz o ensino de linguística moderna nas universidades brasileiras, o estudo da língua portuguesa se direciona por caminhos diversos voltados para perspectivas diferentes, conforme a concepção de linguagem adotada pelas correntes que se formaram. A tradição filológica se restringe a poucos estudiosos que a mantêm. No momento atual, há um renascer da filologia no Brasil caminhando lado a lado com diferentes tendências linguísticas.

5. Perspectivas atuais dos estudos filológicos no Brasil

Desde o advento da linguística moderna no Brasil, no princípio da década de 1960, o desejo de novidades peculiares ao espírito humano e a atração do novo método de fazer ciência, somando-se a isso as novas leis da educação, fizeram com que a linguística conquistasse os corações dos professores e dos alunos das universidades, destronando décadas de predominância da filologia. Esta sobreviveu silenciosamente e, na última década do século XX, ressurgiu graças, mais uma vez, ao espírito humano apaixonado pelo passado das sociedades e dos fatos revelados nos velhos códices empoeirados até então resguardados nos acervos dos arquivos.

Poderíamos classificar o momento atual, para seguirmos Nascentes, de quinto período filológico ou seria uma continuação do período denominado científico, classificado por Sílvia Elia? Se optássemos pela

última denominação, poderíamos chamar de geração século XXI? Seja como for, as gerações atuais preenchem uma lacuna deixada pelos nossos antepassados, quando se voltam para os arquivos brasileiros, em busca de textos escritos nas antigas capitanias, nos quais são revelados dados mais longínquos de nossa história registrados no período colonial. A tônica não tem sido mais os textos literários, mas os de cunho oficial das várias instâncias da administração pública preservados nos arquivos públicos, nos cartórios, nos arquivos particulares, nas cúrias das igrejas e nos jornais mais antigos impressos em terras brasileiras.

Assim, a filologia continua com o papel devotado ao objeto primeiro de seu estudo que é o texto, a leitura e a edição dos mesmos, os comentários e à crítica textual. Com o advento da informática, o filólogo utiliza recursos sofisticados por meios de programas de computadores e de outras tecnologias para facilitar a pesquisa, melhorar as técnicas editoriais e ampliar a divulgação dos resultados por meios eletrônicos, como os sítios na internet. Desse modo, a prática dos estudos filológicos mantém seu caráter conservador, porém, mesclada com metodologias renovadoras.

Como representante do atual momento filológico, convém citar o grupo para a história do português brasileiro (PHPB), que, desde 1996, quando foi fundado, reúne pesquisadores de vários estados da federação, tendo em vista o levantamento e a edição semidiplomática de textos produzidos no Brasil colônia, visando à análise dos diversos aspectos da língua para estabelecer uma história da língua portuguesa escrita em solo brasileiro.

Ressalta Mattos e Silva (2001) o desejo do coordenador do grupo de elaborar um projeto geral para a construção de uma história do português brasileiro.

Também indicou que cada grupo das áreas geográficas brasileiras em que já se está pesquisando nessa direção se concentrasse na sua área e que identificasse um momento histórico relevante para a pesquisa, tanto a referente à constituição de um *corpus* diacrônico documental, como a referente à reconstrução de aspectos significativos da história social. (MATTOS E SILVA, 2001, p. 275).

Como resultado da pesquisa no âmbito do PHPB, há trabalhos de recuperação e edição de textos, como *Cartas Baianas Setecentistas*, que compreendem textos escritos na Bahia, organizados por Lobo (2001), da Universidade Federal da Bahia. A obra *E os Preços Eram Cômodos... Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX* é uma publicação de

Marymarcia Guedes e Rosane de Andrade Berlinck e compreende um registro de mais de quatrocentas páginas de anúncios de vários jornais brasileiros (GUEDES; BERLINK, 2000). Do projeto temático filologia bandeirante, com sede no estado de São Paulo, resultou a edição de uma série de textos da língua da época das bandeiras, começando pelo século XVII. Essa edição foi organizada pelos professores Heitor Megale e Sílvio de Almeida Toledo Neto (2005). As três obras foram publicadas pela série Diachronica da editora Humanitas, da Universidade de São Paulo.

Há textos sobre correspondências e outros gêneros da administração colonial, organizados por Barbosa (2003) e editados no estado do Rio de Janeiro, que acham disponíveis eletronicamente no site <http://www.lettras.ufrj.br/phpb-rj/>, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ampliam o acervo de fontes para os estudos linguísticos e filológicos. Não podemos deixar de fora a participação do Ceará nessa história com a edição de documentos jurídicos, nomeadamente os *Autos de Que-rela e Denúncia* do século XIX, realizada por Ximenes (2006). Fachin (2008) editou documentos do século XVIII referentes ao estado de São Paulo; tais documentos compõem a coleção do projeto resgate. O autor faz uma edição semidiplomática adotando as normas estabelecidas pelo PHPB. A obra se enriquece com os comentários sobre os tipos de texto, as dificuldades de leitura e a sistematização do alfabeto selecionado dos manuscritos.

Outros trabalhos de edição de documentos da administração pública colonial surgiram no estado do Paraná, organizados por Aguilera e Vasconcelos (2007), referentes a manuscritos setecentistas da vila de Pernagoa, e por Aguilera e Baronas (2007), que compreendem manuscritos setecentistas e oitocentistas das vilas Goaratuba e Antonina. Os dois livros compõem-se, além da edição fac-similar acompanhada da edição semidiplomática, de uma contextualização histórica do estado do Paraná e das vilas onde os documentos foram escritos e, por fim, de um glossário que define termos correntes nos textos e que são desconhecidos do estado atual da língua portuguesa. É um trabalho de grande valia para o resgate da história do Brasil e, principalmente, da língua portuguesa, que amplia as pesquisas do grupo PHPB.

Fora do grupo do PHPB, destacam-se as pesquisas filológicas realizadas no estado da Bahia, tanto de edição de textos literários de autores baianos pouco conhecidos, como de textos não literários. Nesse segundo grupo, destacam-se os trabalhos da professora Rita Queiroz, da Universidade Estadual de Feira de Santana, e de seus alunos de iniciação científi-

ca que realizam estudos nos arquivos e cartórios da região, recuperando textos jurídicos, como autos de defloramento do recôncavo baiano. Relacionamos, ainda, duas obras de edição de documentos na Bahia, ambas editadas por Queiroz (2006 e 2007). Ainda desse estado, merecem destaque os textos teatrais escritos durante a ditadura militar brasileira, que vêm sendo editados e estudados por Rosa Borges dos Santos, da Universidade Federal da Bahia. Há ainda os trabalhos de recuperação e edição de textos pertencentes ao acervo do mosteiro de São Bento, coordenados pelas professoras Célia Teles e Alícia Duhá. Isso que vem sendo feito em vários estados brasileiros constitui apenas uma pequena amostragem dos estudos realizados ou em andamento no Brasil, no tocante às pesquisas filológicas. Muito outros estudos voltados para a análise linguística sobre vários olhares estão sendo desenvolvidos em formas de dissertações e de teses de doutoramento por todo o país, que demonstram o amor à filologia e confirmam seu retorno ao cenário nacional.

Outra atividade muito recente, que vem sendo aplicada pelos filólogos e estudiosos da literatura é a crítica genética, que está muito voltada para os textos literários e para os processos de produção de uma obra literária através dos vestígios deixados pelo autor: os rascunhos, as rasuras, anotações sobrepostas, riscos, substituição de palavras, enfim, tudo o que possibilita o processo de criação da escrita para se conhecer à gênese da obra. Observemos o verbete abaixo:

crítica textual aplicada a conjuntos complexos de manuscritos autógrafos (notas, esboços, versões transitórias, cópias a limpo e texto definitivo), com o objectivo de estudar e determinar o processo de gênese do texto neles escrito e reescrito, dando-se especial atenção aos aspectos materiais que a documentam (marcas de manipulação autógrafa). (GLOSSÁRIO..., 2007).

Para Brandão (2002) a crítica textual tradicional tinha como missão garantir a forma e a mensagem originais dos textos manuscritos para preservar sua integridade, visto que corria o risco de se perder por problemas naturais de conservação. A crítica genética moderna busca o mapeamento do percurso dos textos com todas as marcas para se chegar à sua gênese e ao processo criativo do escritor.

Se a crítica textual tradicional – penso especialmente no conjunto composto pela filologia e pela Edótica com suas ciências auxiliares: a Paleografia, a Diplomática, a Codicologia, a Hermenêutica, etc. –, tinha por missão principal garantir ou restituir a forma e a mensagem originais de um texto ou documento que, pelos naturais problemas de conservação, reprodução e transmissão, corriam risco de não se preservarem em sua integridade, a crítica genética moderna, embora não dispense tais recursos nem objetivos, quer principalmente “mapear” o percurso da escritura, com suas variantes, rasuras, emendas

e toda sorte de modificações que configuram a “gênese” do texto como espaço onde o escritor atesta as muitas alternativas que o processo criativo, tanto como experiência pessoal quanto como prática histórica e social da escritura, vai pondo diante de si. (BRANDÃO, 2002, p. 9).

É justo ressaltarmos, também, alguns centros de pesquisa de mais relevo na prática da pesquisa filológica no Brasil, ainda que restritos em comparação ao que poderia ser muito mais amplo. No estado da Bahia se concentram vários pesquisadores e são oferecidos cursos de mestrado e doutorado em filologia românica e linguística histórica, donde advêm muitos trabalhos publicados nessas áreas. Há publicação da revista *Scripta Philologica* editada na cidade de Feira de Santana, em suporte eletrônico, com trabalhos de vários pesquisadores. Em 2011 saiu a edição de número sete dessa revista. É ainda do estado da Bahia a organização dos *Seminários de Estudos Filológicos* (SEF), que vem ocorrendo anualmente desde 2006. Cada ano o evento é realizado em uma universidade diferente, e conta com a participação de um público cada vez mais interessado nos estudos de filologia. Os trabalhos apresentados durante os seminários são publicados em formas de anais e versam sobre os diversos aspectos filológicos.

Em São Paulo há pesquisa de pós-graduação em filologia e é de lá a *Revista Filologia e Linguística Portuguesa*, que já conta com edição de número XIII. No estado do Rio de Janeiro, centro tradicional de filologia no Brasil, permanece a tradição com o Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL), a publicação da *Revista Philologus*, com seus vários números de edição, e a Academia Brasileira de Filologia, que publica também uma revista. Há ainda o congresso anual organizado pelo CiFEFiL, realizado sempre na última semana do mês de agosto na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, que já conta com a XVI edição. São essas algumas notícias do desenvolvimento da filologia, atualmente, no Brasil, que perpassam o nosso conhecimento. Claro que não se esgotam aqui os trabalhos individuais, as publicações, os eventos, os grupos de pesquisas espalhados por nosso país. Não pretendemos apresentá-los todos, somente situar nossa matéria de estudo. De modo geral podemos dizer que estão muito bem consolidados os estudos filológicos brasileiros.

6. Conclusão

Abordamos neste trabalho questões atinentes aos conceitos e à de-

limitação da filologia e contextualizamos os estudos filológicos brasileiros. Adotamos aqui a concepção de filologia como uma ciência de larga abrangência e de caráter interdisciplinar, centrada prioritariamente no texto escrito que revela as tradições discursivas da língua e tais tradições são condicionadas pelas vivências socioculturais de comunidades que produzem os textos escritos.

Entendemos que a leitura e a compreensão de um texto ocorrem de forma integral e, para que essa integralidade seja de fato efetivada, necessário é adentrarmos nas profundezas do texto, através das pistas apresentadas que apontam os caminhos para se esclarecer os fatos, discutir os dados citados e compreender o contexto em que o texto materializou-se. As informações atinentes ao léxico, à etimologia e demais áreas como também aos acontecimentos e fatos históricos podem ser esclarecidas por meio dos textos bem editados. Não prescindimos da historicidade dos textos quando estudamos a língua em qualquer que seja o seu aspecto.

Apresentamos a delimitação dos estudos filológicos no Brasil, alguns devotados estudiosos da língua portuguesa na perspectiva filológica e indicamos alguns centros de estudos filológicos brasileiros que mantêm a cultura milenar e a tradição e interpretar um texto com todas as suas idiossincrasias.

Julgamos muito pertinentes as reflexões sobre o tema, apresentadas aqui por diversos pensadores, por trazer informações e reflexões que ampliam as discussões e os conhecimentos o tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILERA, Vanderci de Andrade; BARONAS, Joyce Elaine de Almeida (Org.). *Scripturae nas Villas de São Luiz de Goaratuba e Antonina*: Manuscritos setecentistas e oitocentistas. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2007.

AGUILERA, Vanderci de Andrade; VASCONCELOS, Celciane Alves (Org.). *Scripturae na Villa de Pernagoa*: Manuscritos setecentistas. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2007.

BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de filologia românica*. Vol. I: história externa das línguas. São Paulo: Edusp, 2001.

_____. *Elementos de filologia românica*. Vol. II: história interna das línguas. São Paulo: Edusp, 2010.

BARBOSA, Afrânio Gonçalves. O contexto dos textos coloniais. In: ALKMIM, Tânia Maria (Org.). *Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas, 2002, v. 3, p. 421-431

_____. *et al. Corpus diacrônico do Rio de Janeiro: cartas pessoais – séculos XVIII-XIX*. Rio de Janeiro: Labor-Histórico, 2003. Disponível em: <<http://www.letras.ufrj.br/phpb-rj/>>. Acesso em: 30 out. 2007.

BALDWIN, Elisabeth. A edição genética de *A Festa*, um episódio da obra de Jorge Amado *O Sumiço da Santa*, uma história de feitiçaria. In: TEIXEIRA, Maria da Conceição R.; QUEIROZ, Rita de Cássia R. de; SANTOS, Rosa Borges dos (Org.). *Diferentes perspectivas dos estudos filológicos*. Salvador: Quarteto, 2006, p. 117-140.

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franlin. *Noções de paleografia e de diplomática*. 3. ed. Santa Maria: UFSM, 2008.

BRANDÃO, Roberto de Oliveira. Apresentação. In: ZULAR, Roberto. *Criação em processo: ensaios de crítica genética*. São Paulo: Iluminuras, 2002, p. 9-12.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CARRETER, Fernando Lázaro. *Diccionario de términos filológicos*. 3. ed. Madrid: Gredos, 1990.

CEIA, Carlos; MARQUILHAS, Maria Rita Braga. Edição Crítica. In: CEIA, Carlos (Org.). *E-Dicionário de termos literários*. Disponível em: <<http://www2.fcsh.unl.pt/edtl/>>. Acesso em: 12 nov. 2008.

CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. 10. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

ELIA, Sílvio. *Ensaio de filologia*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1963.

_____. *Fundamentos histórico-linguísticos do português do Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

FACHIN, Phablo Roberto Marchis. *Descaminhos e dificuldades: leitura de manuscritos do século XVIII*. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2008.

FÁVERO, Leonor Lopes; MOLINA, Márcia A. G. *As concepções lin-*

guísticas no século XIX: a gramática no Brasil. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

GLOSSÁRIO de crítica textual. Mestrado em edição de textos. Disponível em <<http://www.fcsh.unl.pt/cursos/etexto/glossario/intro.htm>>. Acesso em: 10 out. 2007.

GUEDES, Marymarcia; BERLINK, Rosane de Andrade (Org.). *E os preços eram commodos... Anúncios de jornais brasileiros no século XIX.* São Paulo: Humanitas, 2000.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário eletrônico da língua portuguesa.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. Verbete filologia Disponível em:

<<http://dic.busca.uol.com.br/result.html?t=10&ref=homeuol&ad=on&q=filologia&group=0&x=37&y=12>>. Acesso em: 20 abr. 2008.

LAMAS, Óscar Loureda. Bolonia, la filología y Venus ante el espejo. *Revista Electrónica de Estudios Filológicos.* 2009, p. 19-31. Disponível em: <<http://www.tonosdigital.es/ojs/index.php/tonos/article/view/297/206>>. Acesso em: 9 mar. 2009.

LAUSBERG, Heinrich. *Linguística românica.* 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1963.

LEROY, Maurice. *As grandes correntes da linguística moderna.* Tradução de Izidoro Blikstein, José Paulo Paes e Frederico Pessoa de Barros. São Paulo: Cultrix, 1977.

LOBO, Tânia. *Cartas baianas setecentistas* (Org.). São Paulo: Humanistas, 2001.

MARQUILHAS, Maria Rita Braga. Filologia. In: CEIA, Carlos (Org.). *E-Dicionário de termos literários.* Disponível em: <<http://www2.fcsh.unl.pt/edtl/>>. Acesso em: 12 nov. 2008.

_____. Diplomática. In: CEIA, Carlos (Org.). *E-Dicionário de termos literários.* Disponível em: <<http://www2.fcsh.unl.pt/edtl/>>. Acesso em: 12 nov. 2008.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Normas para transcrição de documentos manuscritos para a história do português do Brasil. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (Org.). *Para a história do português brasileiro.* São Paulo: Humanitas, 2001, vol. I, tomo II.

MEGALE, Heitor; CAMBRAIA, César Nardelli. Filologia portuguesa no Brasil. *Revista de Documentos de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 15, n. especial, p. 1-22, 1999.

MEGALE, Heitor; TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida (Org.). *Por minha letra e sinal: documentos do ouro do século XVII*. Cotia: Ateliê, 2005.

MELO, Gladstone Chaves de. *Iniciação à filologia e à linguística portuguesa*. 5. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1975.

NASCENTES, Antenor. *Estudos filológicos*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2003.

PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática histórica*. 7. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1932.

QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. *A escrita autobiográfica de doutor Remédios Monteiro: edição de suas memórias*. Salvador: Quarteto, 2006.

_____. (Org.). *Documentos do acervo de Monsenhor Galvão*: Edição semidiplomática. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2007.

RIGHI, Gaetano. *História de la filología clásica*. Barcelona: Labor, 1967.

SILVA, José Pereira da. Edição crítica. In: _____. (Org.). *Livro dos minicursos do XI CNLF*. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2007, p. 169-180.

SILVA NETO, Serafim da. *Língua, cultura e civilização: estudo de filologia portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1960.

SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica: crítica textual*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1994.

SWIGGERS, Pierre. Filologia e linguística: enlace, divórcio, reconciliação. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, v. 2, p. 4-15, 1998.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de. *Lições de filologia portuguesa*. Lisboa: Dinalivro, 1912.

XIMENES, Expedito Elóisio. *Os clíticos nos autos de querrela do século XIX, no Ceará*: edição filológica e análise linguística. 2004, 2v. 442 f. Dissertação de Mestrado em Linguística. Departamento de Letras Vernáculas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza: 2004.

ZANON, Marilena e FACCINA, Rosimeire Leão da Silva. A arte da gramática da língua portuguesa, de Reis Lobato, e sua contribuição para o ensino do português no Brasil do século XVIII. In: BASTOS, Neusa M. O. Barbosa; PALMA, Dieli Vesaro (Orgs.). *História entrelaçada: a construção de gramática e o ensino de língua portuguesa do século XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004, p. 75-89.

**FOLHETOS DE FRANKLIN MAXADO:
CRIAÇÃO NEOLÓGICA E LITERATURA DE CORDEL**

Érica Azevedo Santos (UEFS)

ericazevedo_ba@hotmail.com

Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz (UEFS)

rcrqueiroz@uol.com.br

Neologismo

Beijo pouco, falo menos ainda.

Mas invento palavras

que traduzem a ternura mais funda

E mais cotidiana.

inventei, por exemplo, o verbo teadorar.

Intransitivo

Teadoro, Teodora.

(BANDEIRA, 2001)

RESUMO

Os neologismos proporcionam a renovação da língua através de novas unidades lexicais (neologismo léxico) ou da utilização de um termo já existente com outro valor semântico (neologismo semântico), expressam o modo como as transformações ocorridas na sociedade são refletidas no léxico, demonstrando como a estrutura sociocultural é delineada através da língua. Os neologismos podem ser originados de um comportamento espontâneo, próprio do ser humano e da linguagem, ou de um comportamento artificial. A vivacidade de uma dada língua está relacionada à capacidade que os seus falantes têm de criar novas palavras, ampliando assim o vocabulário. Seguindo-se nessa direção, os autores de textos literários muito têm contribuído para a criação de neologismos. A literatura de cordel expressa a linguagem popular e, deste modo, os folhetos descrevem, em boa parte dos casos, todos os fenômenos de cultura da sociedade na qual está inserido o autor, bem como os aspectos da língua não poderiam estar ausentes. Analisando-se a obra do cordelista Franklin Maxado, baiano de Feira de Santana (Bahia), constatou-se a presença de muitos neologismos, tais como “urubusservando”, por exemplo. Objetiva-se, então, analisar as criações neológicas de Franklin Maxado, a fim de verificar como o autor utiliza tal recurso em seus textos.

Palavras-chave:

Léxico. Vocabulário. Neologismo. Literatura de cordel. Franklin Maxado.

1. Considerações iniciais

O léxico representa o patrimônio vocabular de quaisquer línguas e, neste sentido, é o conjunto de todas as palavras, sejam estas antigas, novas, longas, breves, agradáveis ou desagradáveis. Sendo um sistema aberto, o léxico está suscetível a mudanças constantes, pois isso atende às demandas sociais, culturais e históricas do homem. Neste sentido, faz-se necessária a criação de novas palavras a fim de que o léxico se renove e com isso satisfaça às demandas comunicativas de uma determinada comunidade ou grupos sociais. Chama-se de neologia o processo de criação lexical, sendo o produto denominado de neologismo.

Ligado às correntes atuais da política, economia, da cultura, da tecnologia e da sociedade em geral, vivendo um papel sobretudo social, o neologismo é inseparável da evolução das tendências que têm necessidade de ser nomeadas do ponto de vista linguístico. (CARVALHO, 2006, p. 192)

Entretanto, a nomeação é o primeiro passo dado pelo homem em sua tentativa de reconhecimento do mundo circundante. Segundo Biderman (1998), é a nomeação que possibilita a apropriação de uma determinada realidade. “É a partir da *palavra* que as entidades da realidade podem ser nomeadas e identificadas. A denominação dessas realidades cria um universo significativo revelado pela linguagem.” (BIDERMAN, 1998, p. 88, grifo da autora).

A vida contemporânea forçosamente faz com que a humanidade imprima novas palavras para darem conta das diversas revoluções pelas quais vem passando, sejam aquelas tecnológicas, científicas, religiosas, econômicas, dentre outras. Contudo, como toda palavra sempre surge como nova, é preciso que seja maturada, a princípio no âmbito da fala e, em seguida, quando se dá o seu reconhecimento, no âmbito da língua. De acordo com Mario Vilela (1994, p. 12-14)

[...] o léxico é o subsistema da língua mais dinâmico, porque é o elemento mais diretamente chamado a configurar linguisticamente o que há de novo, e por isso é nele que se refletem mais clara e imediatamente todas as mudanças ou inovações políticas, econômicas, sociais, culturais ou científicas.

Sendo assim, estudar a criação de novas palavras na língua portuguesa revela que aquelas se fazem mais conhecidas e difundidas através dos meios de comunicação e de obras literárias, veja-se o exemplo de “piriguetes”, surgida na sociedade baiana e que hoje ocupa o cenário nacional brasileiro, divulgada pelas telenovelas e demais programas televisivos e que caiu no gosto popular. O exemplo citado já está dicionarizado, pois, segundo Alves (2007, p. 84):

Não basta a criação do neologismo para que ele se torne membro integrante do acervo lexical de uma língua. É, na verdade, a comunidade linguística, pelo uso do elemento neológico ou pela sua não difusão, que decide sobre a integração dessa nova formação no idioma.

Ao utilizar a língua escrita como instrumento de trabalho o artista da palavra possui uma infinidade de possibilidades de expressar sua criatividade, revelando aspectos da cultura e do tempo social ao qual está inserido. Assim, a criação neológica é um dos caminhos pelos quais o falante percorre para exercitar sua inventividade lexical, tanto quanto para expressar “as novidades” observadas na sociedade. Carvalho (2006) informa-nos que os neologismos criados no meio artístico, científico e tecnológico possuem o objetivo de oferecer novos conceitos a respeito do universo e, desta forma, acompanhar a evolução humana. Para Barbosa (1981, p. 77-78):

[...] a criação lexical deve ser situada, por um lado, numa determinada época, em virtude de sua pertinência à história do léxico, ligada à história da sociedade, e por outro, vista em função da *individualização* das criações feitas por locutores identificados na comunidade linguística.

Na literatura de cordel, assim como em outros sistemas culturais nos quais a língua exerce influência, os neologismos permitem que o autor exercite sua criatividade linguística e, com isso, refletem o momento sócio-histórico. Diante do exposto, objetivamos com este artigo trazer à tona as criações lexicais do cordelista baiano Franklin Maxado, autor que se encontra em plena atividade intelectual e em cujos cordéis se encontram muitas criações neológicas. Faz-se *mister*, no entanto, que aquele seja apresentado, bem como sua obra.

2. Franklin Maxado e sua produção cordelista

O cordelista Franklin Maxado, ou Maxado Nordestino, nasceu em 15 de março de 1943, em Feira de Santana (Bahia). É graduado em Direito (Universidade Católica do Salvador – UCSal) e Jornalismo (Universidade Federal da Bahia – UFBA), profissões às quais abdicou, bem como de três empregos fixos, para, na década de 1970, dedicar-se exclusivamente ao cordel. Franklin Maxado é poeta, dramaturgo, xilógrafo, ator, estudioso de cordel, dentre outras artes, sendo considerado um divisor de águas na literatura de cordel, pois seus folhetos e xilogravuras foram vendidos em todo o Brasil. Teorizando sobre o cordel, Franklin Maxado publicou dois livros que são referências no gênero, embora esgotados: *O que é literatura de cordel* (1980) e *Cordel, xilogravura e ilustrações*

(1982). Para ele o cordel é uma espécie de arte total, pois “[...] é poesia; é gráfica; é canto; é artes plásticas; é música, é teatro; é jornalismo; e é comércio. E ainda é até esporte, pois o poeta carrega sua mala para a feira, e em viagens exercitando os músculos” (MAXADO, 1980, p. 124).

Em 1971 Franklin Maxado vai para São Paulo, onde trabalhou na redação de alguns jornais, como Folha de São Paulo, Diário Popular, sucursal de A Tribuna, de Santos, e no Diário do Grande ABC, neste último foi testemunha do início da carreira do sindicalista Luís Inácio Lula da Silva. Mas, antes disso, trabalhou em Salvador no Jornal da Bahia, sendo responsável pela criação da primeira sucursal deste jornal no interior da Bahia. Fundou em Feira de Santana (Bahia) a sucursal das Emissoras e Diários Associados. Colaborou com o Jornal Pasquim ainda quando estava em Salvador. De volta à Bahia em 1985, Franklin Maxado, a convite de Edvaldo Boaventura, então secretário de governo, foi trabalhar na TV Educativa, recém-inaugurada pelo secretário, onde criou o Comentário em Cordel, apresentado no jornal diário.

Desde 1975 Franklin Maxado se dedica exclusivamente ao cordel, contando mais de quarenta anos de profissão. Sua obra gira em torno da marca de 300 publicações cordelistas, que versam sobre os mais diversos assuntos e aspectos da sociedade, atendendo desde ao universo infanto-juvenil ao campo do erotismo, nos quais se podem listar romances, lendas, casos, peças teatrais, sendo que destes constam os seguintes títulos: O Sapo que Desgraça o Corinthians; O que Luiz Gonzaga é, O Japonês que Ficou Roxo pela Mulata; O Crioulo Doido que Era um Poeta Popular; O Jumento que Virou Gente; Vaquejada de Sete Peões pra Derrubar uma Mineira; O Romance do Vaqueiro Marciano da Égua; Carta dum Pau-de-arara Apaixonado pra sua Noiva; Maria Quitéria, Heroína Baiana que Foi Homem; Profecias de Antonio Conselheiro – O Sertão já Virou Mar; A Alma de Lampião Faz Misérias no Nordeste; A Volta do Pavão Misterioso; Papagaio e as Macacas que não Estão na Mata (uma fábula urbana de bichos); o Pulo do Gato-Mestre; os romances Feministas de Gracinha Corneteira, a Malazartes de Minissaia; Horóscopo das Bichas; Querem Tomar a Amazônia; Brasília: 50 Anos de Esperança Candanga; Metrô – Jabuti só anda quando Exu receber o seu despacho devidamente na Bahia; Laroíê, dentre outros.

Além da produção dos cordéis, Maxado participou de antologias de poetas e publicou livros de poemas “eruditos”, como *Protesto à desumanidade* (1970), *Profissão de poeta* (1988) e *Negramafricamente*

(publicado em 1995, embora tenha sido escrito na década de 1970). Seus versos são críticos e provocantes, como se pode perceber no trecho a seguir:

LOBIFÊMEA

sinto-me urrar como dragão
mas apenas sou um lobishomem
que só solto fogo pelas ventas
quando caço e não acho sangue
de uma fêmea em menstruação.

é sexta-feira, é lua cheia !
lembro que numa dessas noites
fui mordido por vampira
a quem me dei hipnotizado
pelo seu poder de sedução.

como hoje, uivo pelas sombras,
escondido à procura do ente
dessa lobimulher ou lobifêmea
que me fez insatisfeito, viciado,
concentrando mais minha tesão.

quem procura, sempre acha
e, numa daquelas noites lupanares,
iremos beber um ao outro inteiros
até virarmos essência substancial
que porá termo à nossa geração.

podemos não ir para os quintos
dos infernos e quedarmos vacantes,
varando noites por bosques de trevas
disfarçados no ar, na água, na terra
e no fogo para ter maior fundição.

(MAXADO, 2008)

2.1. Os cordéis de Franklin Maxado e os neologismos

No universo criativo de Franklin Maxado transbordam palavras saídas de sua imaginação, as quais representam a sua necessidade de nomear, sendo o reflexo das transformações políticas, econômicas, culturais, dentre outras, pelas quais passam a sociedade da qual faz parte. Os novos termos saídos da imaginação do poeta trazem consigo novos conceitos, os quais acompanham a evolução da humanidade. Deste modo, os neologismos franklianos refletem as mudanças sociais e com isso revitalizam o léxico da língua portuguesa. Assim corrobora Carvalho (2006, p.

196): “Como o neologismo é sobretudo criação individual, os falantes criativos, privilegiados e sensíveis, que são os escritores e poetas, são também os maiores inovadores do sistema.”

Ao lidar com as palavras e com as emoções que embalam a vida, Franklin Maxado cria e recria, não apenas no universo lexical, mas também grafemático, usando até seu nome como mote. Vejam-se os versos a seguir:

M – aneirei até demais
A sua vida de verdade.
X – amo atenção para a letra
A, de arte, artesidade.
D – o criador, esperamos
O poder da eternidade.

Para a classificação dos neologismos, tomou-se aquela proposta por Alves ([1990] 2007). Alves ([1990] 2007) classifica os neologismos em fonológicos, sintáticos, semânticos, por composição, por empréstimos, além de outros processos como truncação e palavra-valise, por exemplo. O primeiro ocorre quando surge um item lexical cujo significante seja inédito na língua. Os neologismos sintáticos surgem da combinação de elementos já existentes no sistema linguístico e podem ser formados por derivação prefixal, sufixal ou por transferência de significado para prefixos. Os neologismos formados pela junção de unidades lexicais que funcionam, morfológica e sintaticamente como um único elemento, são classificados como neologismos por composição.

O neologismo semântico caracteriza-se por uma mudança no sentido da unidade lexical já existente na língua. O neologismo por empréstimo diz respeito à introdução de termo lexical de outros idiomas na língua. A truncação é formada por um tipo de abreviação na qual uma parte da sequência lexical é eliminada, geralmente a parte final. E a palavra-valise é um tipo de redução em que duas bases (ou apenas uma) perdem parte de seus elementos para formar um novo item.

Para o presente trabalho foram selecionadas quinze criações neológicas produzidas por Franklin Maxado em nove folhetos. Pode-se dizer que seja um número muito reduzido dado ao volume da produção cordelista do autor: em torno de 300 (trezentos) cordéis. No entanto, aqueles que são trazidos aqui são bem representativos. Os processos de formação neológica mais frequentes no universo dos quinze neologismos é o da derivação sufixal, constando os seguintes sufixos: -mente, -ura, -ice, -ença, -idade, -ção, nas seguintes construções: tuarmente, sempremente, apertu-

ra, quadraticice, redondice, filatudaperamente, sabença, encantabilidade, frustração e artesidade, isto é, dez palavras. Dos outros cinco neologismos, há um formado por composição – criaprazer; dois por palavra-valise: enconchembrança (enconchar + lembrança, sendo que de enconchar se perdeu **-ar** e de lembrança, **l-**) e urubusservando (urubu + observando, sendo perdida a sílaba inicial **ob-**, havendo a geminação de **-s-**; um por empréstimo do francês, com mudança da vogal final – madamo; e vupo, formado por truncção, porque é uma redução de vapt vupt.

Na sequência apresenta-se o quadro com: neologismo, processo de criação, significado, contexto e folheto em que aparece o novo item lexical.

Neologismo	Processo de Criação	Significado	Contexto	Folheto
Tuarmente	Derivação Sufixal TU-AR + MENTE /	Regularmente	Todo ano, tuarmente / Eu morro para o prazer/ Da humanidade perversa/ Que de mim quer desfazer/ Mas estou certo sempremente/ De atenção merecer	Testamento de Judas pela Semana Santa
Sempremente	Derivação Sufixal SEMPRE + MENTE	Eternamente	Todo ano, tuarmente/ Eu morro para o prazer/ Da humanidade perversa / Que de mim quer desfazer/ Mas estou certo sempremente / De atenção merecer	Testamento de Judas pela Semana Santa
Urubusservando	Palavra-valise	Urubu que observa	Urubu, quando acordou,/ Abriu olho desconfiado./ Apanhou o violão/ E achou bem pesado./ Ficou urubusservando / E fez nele um balançado/ [...] Cumpadre urubu, faça/ Sua casa na fartura. / Pois quando vier a chuva,/ Você fica na amargura./ Não abuse dessa sorte/ Pra não ficar na abertura.	O Urubu e o Cágado com seus Dois Casos
Apertura	Derivação Sufixal	Falta, necessidade	Urubu, quando acordou,/ Abriu olho desconfiado./ Apanhou o violão/ E achou bem pesado./ Ficou urubusservando/ E fez nele um balançado/ [...] Cumpadre urubu, faça/ Sua casa na fartura. / Pois quando vier a chuva,/	O Urubu e o Cágado com seus Dois Casos

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

			Você fica na amargura. / Não abuse dessa sorte / Pra não ficar na apertura .	
Quadratrice	Derivação Sufixal	Característica do que é quadrado	Colombo com o Cabral/ Brigam pela quadratrice / Da terra, ovo e mares./ Pro Primeiro é redondice./ Intercedo pra acalmar / As asneiras da burrice.	Um Marco feito a Ma-xado Nor-destino
Redondice	Derivação Sufixal	Característica do que é redondo	Colombo com o Cabral/ Brigam pela quadratrice/ Da terra, ovo e mares./ Pro Primeiro é redondice ./ Intercedo pra acalmar / As asneiras da burrice.	Um Marco feito a Ma-xado Nor-destino
Filatudaperamente	Derivação Sufixal	Prender, un- nir rapida- mente	- Tudo isso em 100 segundos/ Filatudaperamente / Como era moda no ano/ Em que apareceu crente./ Depois tomava o metrô./ Lá semeava a semente.	O Criolo Doido que era um Poe-ta Popular
Sabença	Derivação Sufixal	Sabedoria	Afonso hoje é viúvo/ E vive dando assistência/ Aos seus filhos e pessoas/ Que procuram suas sabença / Já teve seus seis infartes/ Mas continua na crença.	
Encantabilidade	Derivação Sufixal	Característica de encan-tado	Pela ilusão, sucumbe/ No desejo e na vontade/ Sendo difícil escapar/ Da encantabilidade ./ Tem de ficar cego e surdo/ Pra não ver realidade.	A Lenda da Iara é a mesma de Iemanjá e das Sereias
Encon-chembrança	Palavra-valise	Trazer para o aconchego a lembrança	Feita esta encon-chembrança ./ Vamos contar nossa prosa/ Passada no Maranhão./ Que é terra dadivosa./ Perto de Bacabal./ Cidade muito formosa.	O Bode Subversivo que deu no Diabo
Criaprazer	Composição por subordi-nação	Aquele que cria algo (arte) capaz de deleitar quem apre-cia o objeto criado	Todo artista que é artista/ É um deus bem criador./ Mas João Barreiro é mais/ Porque ele é paridor/ É mais um criaprazer / Quando está a fazer/ Suas obras de valor	O Homem que cria Deuses no Barro
Frutação	Derivação Sufixal	Frutificar / Criar	É um artista divino/ Que tem os dois pés no chão./ Por isso, os faz tão grandes./ Base de sustentação./ Estão ligados à terra/ Como pedras numa serra/ Pra mente dar frutação .	O Homem que cria Deuses no Barro

Artesidade	Derivação sufixal	Relativo à arte	M – aneirei até demais/ A sua vida de verdade./ X – amo atenção para a letra/ A, de arte, artesinde ./ D – o criador, esperamos/ O poder da eternidade.	O Homem que cria Deuses no Barro
Vupo	Trucação	Rápido / De imediato	Lampião não quis mais léria/ E voltou para o seu grupo./ Chegando lá no seu coito./ Mandou arrumar de vupo ./ E seguiu com seu bando./ Embora estivesse puto.	Lampião veio à Feira de Santana Disfarçado
Madamo	Empréstimo, do francês <i>mada-me</i> , com mudança da vogal final -e para -o	Homem que se torna dono de casa sustentado pela mulher	Pois, não quero gritar contra./ O que quero é ser madamo !/ Ficar em casa mandando/ E me tornar um bom amo./ E, se a patroa me bater./ Aí então é que gamo!	Eu Quero ser Madamo e Casar com Feminista

3. Considerações finais

Por meio da seleção das palavras, pode-se perceber tanto a visão de mundo do sujeito enunciativo quanto o tempo histórico ao qual está inserido. O processo de criação neológica nos folhetos de Franklin Maxado está intrinsecamente relacionado ao momento histórico de suas narrativas, bem como às regras de escritura dos folhetos. Constata-se, por exemplo, que as novas palavras obedecem ao sistema de rima da sextilha ao qual pertencem. Assim, o cordelista se utiliza dos mecanismos de formação de palavras da língua e forma novas palavras, pois, “Ao criar um neologismo o emissor tem, muitas vezes, plena consciência de que está inovando, gerando novas unidades léxicas, quer pelos processos de formação vernaculares, quer pelo emprego de estrangeirismos” (ALVES, 2007, p. 83).

Além disso, o escritor criou seus neologismos com o objetivo de criticar a sociedade, mesmo estando inserido nela, haja vista os exemplos: urubusservando, madamo, quadratice, redondice, dentre outros. Trata-se, portanto, da apropriação das inúmeras possibilidades de criação da língua a serviço da criatividade e da criticidade do escritor, pois este teve uma intenção ao fazer suas escolhas lexicais. Com isso, pode-se perceber a visão de mundo de Franklin Maxado, bem como o lugar de onde fala e para quem fala. A criatividade lexical que expressa nos folhetos cordelísticos alarga o sistema linguístico da língua portuguesa, na qual pode ter havido a consciência ou não do autor, no entanto, os novos itens

lexicais foram motivados e criados por meio de princípios de abstração e comparação. Segundo Cardoso (2010, p. 214): “Essa forma de criação está ligada à originalidade de expressão do indivíduo criador, à sua facilidade para criar, à sua liberdade de expressão”.

E, desse modo, o léxico vai se ampliando, seguindo os fluxos sociais, históricos e culturais, permitindo aos usuários da língua perceber o seu dinamismo, a sua flutuação, indo ao sabor dos ventos que sopram na direção das mudanças, as quais não são mais do que aquelas provocadas pelos integrantes das sociedades em geral, com vistas a atender às necessidades de comunicação e de interação. Assim, as criações lexicais promovidas pelos escritores trazem em seu bojo essa tendência e, com isso, enriquecem o acervo vocabular de qualquer língua natural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Ieda Maria. *Neologismo: criação lexical*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2007.

ASA FILHO; MAXADO, Franklin. *Lampião veio à Feira de Santana disfarçado*. Feira de Santana: 1998.

BANDEIRA, Manuel [1886-1968]. *Antologia poética*. 12. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

BARBOSA, Maria Aparecida. *Léxico, produção e criatividade: processos de neologismos*. São Paulo: Global, 1981.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Dimensões da palavra. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo: USP, n. 2, p. 81-118, 1998.

CARDOSO, Elis de Almeida. Cruzamentos lexicais no discurso literário. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 1, n. 39, p. 214-222, maio-ago. 2010.

CARVALHO, Nelly Medeiros de. A criação neológica. *Revista Trama*, v. 2, n. 4, p. 191-203, 2º semestre 2006.

MAXADO, Franklin. *A lenda da Iara é a mesma de Iemanjá e das sereias*. Amazonas: 2007.

_____. *O homem que cria deuses no barro*. Vale das Pedrinhas, Majé, Rio de Janeiro: 1984.

_____. *Eu quero ser madama e casar com feminista*. Rio de Janeiro:

1982.

_____. *Testamento de Judas pela Semana Santa*. São Paulo: 1980.

_____. *O bode subversivo que deu no Diabo*. Mundo Novo, Bahia: 1979.

_____. *O urubu e o cágado com seus dois casos*. São Paulo: 1978.

_____. *Um marco feito a Maxado Nordestino*. São Paulo: 1978.

_____. *O crioulo doido que era um poeta popular*. São Paulo: 1976.

VILELA, Mario. *Estudos de lexicologia do português*. Coimbra: Almeida, 1994.

INTERGENERICIDADE: QUAL O NOME DAR AO GÊNERO?

Gisele de Freitas Paula Oliveira (UFES)

gisele.ipb@hotmail.com

RESUMO

Esse trabalho analisa o fenômeno da intergenericidade na publicidade brasileira, concordando com Marcuschi (2008) que, mesmo os gêneros sendo compostos de uma estrutura (forma) e de um propósito, esse é o fator preponderante em relação àquele na definição de gênero de discurso. Para isso o artigo foi dividido em três partes, sendo elas: conceituação de gênero do discurso, definição de intergenericidade e análise do *corpus*.

Palavras-chave: Gênero textual. Intergenericidade. Publicidade.

1. Introdução

A análise dos gêneros textuais, desde Platão e Aristóteles, é temática para aqueles que se interessam pelo estudo da linguagem. Na tradição Ocidental o termo *gênero* referia-se especialmente aos gêneros literários (lírico, épico e dramático). Em Aristóteles, surge a sistematização sobre os gêneros e a natureza do discurso. Nessa análise retórica, classificam-se os gêneros em: *gênero deliberativo* (destinado ao espectador com intuito de aconselhar ou dissuadir), *gênero judiciário* (no qual o orador acusa ou defende) e *gênero epidítico* (discurso de repreensão ou elogio a atos do cidadão), afirma Lara (2007).

Inicialmente, a reflexão sobre os gêneros foi preocupação da retórica e poética, não da linguística, devido ao surgimento recente dessa ciência da linguagem (início do século XX). Isso se deu também pelo fato de que, nos primórdios dos estudos linguísticos, os esforços se concentraram nas unidades menores do texto (fonema, palavra e frase). Somente a partir da década de 60 que os textos/discursos se tornaram objetos de análise linguística. Desde então, a noção de gênero é a esses correlata, afi-

nal, todo texto se insere em um ou mais gêneros.

Marcuschi (2008, p. 155), nos estudos linguísticos sobre o tema, declara que

Os gêneros textuais são os textos que encontramos em nossa vida e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na interação de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas. (...) Como tal, os gêneros são formas textuais escritas ou orais estáveis, histórica e socialmente situadas.

A partir dessa premissa, fundamentamos nossa discussão sobre os gêneros apoiando-nos na hipótese sociointerativa da língua. Portanto, entendemos que os discursos se realizam através de textos e esses se concretizam em gêneros. Para nós, a questão a ser discutida se coloca no fenômeno da intergenericidade, concordando com Marcuschi (2008) que o principal fator que determina um gênero nessa situação é a sua função.

O presente trabalho, que não é de grande fôlego devido às poucas linhas nas quais deve ser redigido, é dividido em partes que se inter-relacionam e se desenvolvem da seguinte maneira: 1) Noção de gênero; 2) A intergenericidade e 3) Análise do *corpus*. Para tanto linguistas como Koch e Elias (2008), Marcuschi (2008), Bakhtin (1992) e outros serão visitados para conferir sustentação teórica para a análise ora desenvolvida.

2. Noção de gênero

Todas as atividades da vida humana há uma relação com o uso da língua. As maneiras de utilização são tão variadas quanto as atividades. O homem é capaz de transmitir conhecimentos, fornecer informações, expressar sentimentos e convicções. Isso se dá porque “toda linguagem é dialógica, ou seja, todo enunciado é sempre um enunciado de alguém para alguém. Se assim não fosse, seria como uma ponte sem um dos lados para sustentação, o que levaria à sua derrocada.” (MARCUSCHI, 2005, p. 7)

Essa dialogia não se dá através de frases isoladas ou palavras soltas, mas acontece por unidades de sentido, chamadas textos, sejam orais ou escritos. O uso autêntico da língua é feito através dos textos que são produzidos por sujeitos históricos e sociais que mantêm entre si algum tipo de relação e visam algum objetivo comum. Eles são, portanto, de acordo com Beaugrande (*apud* MARCUSCHI, 2008, p. 72) “um evento

comunicativo em que convergem ações linguísticas e cognitivas”.

Atualmente, os estudos sobre texto e discurso não distinguem rigidamente *texto* de *discurso* uma vez que há relações intercambiáveis entre eles. Mas, por questões metodológicas, ao discurso cabe o plano do dizer, da enunciação e ao texto a esquematização, a configuração. Entre esses, situa-se o gênero que condiciona a atividade enunciativa.

Nesse ponto Marcuschi (2008, p. 48) declara que

é impossível não se comunicar verbalmente por algum gênero, assim como é impossível não se comunicar verbalmente por algum texto. Isso porque toda a manifestação verbal se dá sempre por meio de textos realizados em algum gênero.

Sobre os gêneros Bakhtin (1992, p. 179) considera:

Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão relacionadas com a utilização da língua. Não é de surpreender que o caráter e os modos dessa utilização sejam tão variados como as próprias esferas da atividade humana (...). O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo temático e seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais – mas também, e sobretudo, por sua construção composicional.

Dialogando com Bakhtin, Bazermam (2006, p. 23) diz

Gêneros não são apenas formas. Gêneros são formas de vida, modos de ser. São *frames* para ação social. São ambientes para aprendizagem. São lugares onde o sentido é construído. Os gêneros moldam os pensamentos que formamos e as comunicações através das quais interagimos.

Desse modo, os enunciados se baseiam em formas padronizadas e razoavelmente estáveis de construção. Essas formas constituem os gêneros. Tipos relativamente estáveis de enunciados, marcados sócio-historicamente.

A definição de gêneros apresentada, baseada no parecer de Bakhtin, mostra certa estabilidade/normatividade nas produções verbais dos falantes. Porém, sobre esse ponto Koch (2004, p.161) argumenta que

É importante assinalar, contudo, que a concepção de gênero de Bakhtin, não é estática, como poderia parecer a primeira vista. Pelo contrário, como qualquer outro produto social, ele reconhece que os gêneros estão sujeitos a mudanças, decorrentes não só das transformações sociais, como devidas ao surgimento de novos procedimentos de organização e acabamento da arquitetura verbal, em função de novas práticas sociais, que os determinam (...)

Em outros termos, os gêneros, enquanto entidades sociodiscursivas, contribuem para organizar e estabilizar as atividades comunicativas diárias, porém, eles não são instrumentos enrijecedores da ação criativa. Pelo contrário, são acima de tudo maleáveis e dinâmicos e surgem, modificam-se e até desaparecem em função das necessidades comunicacionais.

Diante do exposto, podemos notar que os gêneros situam-se entre as regularidades/restrições e um horizonte de possibilidades/variações. Podendo o sujeito operar com o convencional, previamente instituído, assumindo-o ou subvertendo-o, visando a construção de outros – até novos – efeitos de sentido. É nesse ponto que se interessa mais de perto o presente trabalho.

3. A intergenericidade

A detecção de um texto como adequado ou não para determinada situação comunicativa, bem como a diferenciação de determinados gêneros, é possível, segundo Koch (2006, p. 53), pela competência sociocomunicativa. É essa competência que nos permite saber se estamos diante de uma receita, um horóscopo ou poema.

A respeito, Bakhtin (1992, p. 301-302) declara que

Para falar, utilizamo-nos sempre dos gêneros do discurso, em outras palavras, todos nossos enunciados dispõem de uma *forma padrão* e relativamente estável de *estruturação de um todo*. Possuímos um rico repertório dos gêneros do discurso orais (e escritos). Na *prática*, usamo-los com segurança e destreza, mas podemos ignorar totalmente a sua existência *teórica* [...]

Há situações, no entanto, que a identificação de um gênero é altamente complexa, pois o autor usa duas formas composicionais para que uma sobreponha a outra. Nessa quebra do cânon do gênero estabelece-se uma mescla de forma e funções.

Remetendo-nos à linguista Ulla Fix, Marcuschi (2008, p. 167) nomeia a mescla de gêneros (situação em que um gênero assume a função de outro) como *intergenericidade*. Comunicando com ele, Koch e Elias (2008, p. 114) conceituam a intergenericidade como “fenômeno segundo o qual um gênero pode assumir a forma de outro gênero tendo em vista o propósito comunicativo”.

A intergenericidade comprova a plasticidade dos gêneros textuais que, submetidos aos movimentos dinâmicos da sociedade em que circu-

lam e dos sujeitos, estão em constante transformação. Nesse ponto Koch (2006, p. 55) declara que

A escolha do gênero deverá levar em conta os objetivos visados, o lugar social e os papéis dos participantes. Além disso, o agente deverá adaptar o modelo do gênero aos seus valores particulares, adotando um estilo próprio, ou mesmo contribuindo para a constante transformação dos modelos.

O que se nota é que alguns gêneros são mais propensos à intergenericidade do que outros. O uso desse recurso, a princípio, não traz dificuldade para interpretabilidade uma vez que “imperava o predomínio da função sobre a forma na determinação interpretativa do gênero, o que evidencia a plasticidade e dinamicidade dos gêneros”, Marcuschi (2007, p. 32).

A publicidade brasileira se vale produtivamente dessa maleabilidade dos gêneros subvertendo a convenção do uso de um dado gênero para chamar a atenção sobre produto. Ao desenquadrar o produto de seu enquadre normal é uma forma de reenquadrá-lo em no enfoque para que o vejamos de forma mais nítida no mar de ofertas de produtos, afirma Marcuschi (2008, p. 167).

Esse é um dos domínios discursivos que mais se verifica a intergenericidade: nota-se frequentemente, textos híbridos que, buscando criar efeitos de sentido de inovação, humor, surpresa “transformam” o anúncio publicitário num outro gênero, recorrendo, sobretudo, a alteração da forma, já que, como veremos, a função primeira (por exemplo, a de convencer o outro a consumir dado produto ou utilizar determinado serviço) tende a se manter.

É do domínio publicitário que vem o texto que analisaremos, trata-se de uma publicidade. Ele primeiro publicado na *Veja*, revista de grande prestígio entre os brasileiros, no dia 18/12/2002, dias antecedentes à grande festa religiosa comemorada pelos brasileiros cristãos, o Natal.

Para classificar os *corpora* como publicidade, tomamos a distinção feita por Machado (2006, p. 27) para quem

A propaganda é algo ligado a uma campanha que tenta influenciar comportamentos no seio de uma coletividade ou de um grupo social; ela não visa especificamente vender ou fazer conhecer um determinado produto de uma determinada marca, como é o caso da *publicidade*; a *propaganda* visa alertar, chamar a atenção para uma ação a ser empreendida no âmbito social. (grifo nosso)

Através de uma breve análise mostraremos que o propósito/ função é que caracteriza o gênero textual no fenômeno da intergenericidade.

4. Análise do corpus

Conforme informado, o texto acima foi publicado no suporte revista *Veja* em dezembro de 2002. E, se considerada a sua forma, podemos nomeá-lo como carta. Designamos esse gênero quase exclusivamente quando se trata de mensagem, manuscrita ou impressa, a uma pessoa ou a uma organização para comunicar-lhe algo e, por extensão, tal mensagem, fechada num envelope, geralmente endereçado e frequentemente selado, declara Villa-Bôas (2008, p. 2).

Comumente as cartas são compostas por: nome do local e data, saudação, corpo, despedida e assinatura. Esse texto, no entanto, não segue essa rigidamente essa forma, ratificando o caráter relativamente estável dos gêneros textuais.

No entanto, ao analisarmos quanto à função, perceberemos com clareza o caráter de “anúncio publicitário”. Nessa ótica nota-se que se trata de uma publicidade do Mini System Titanium da Gradiente e tem como alvo um público economicamente favorecido, haja vista o prestígio que possui o suporte no qual é feita a publicação e o produto anunciado.

Através desse texto, sugere-se que os leitores usem esse modelo de carta para fazer seu pedido ao Papai Noel já que há espaço em branco para colocar o nome. Observando o léxico nele presente (belê, para, minha), algumas construções sintáticas “Quebra essa pra mim, mano” e a finalidade de ganhar o aparelho (conquistar uma namorada), nota-se que os jovens são o alvo desse anúncio.

Diante do exposto, o gênero em questão assumiu, portanto, a forma de outro: a carta. Mantém-se, no entanto, a função do gênero primeiro: convencer o leitor a se valer do modelo da carta para conseguir o Mini System com os pais, representado pelo Papai Noel.

Essa é uma estratégia do enunciador no seu fazer persuasivo-discursivo: é como se a Gradiente deixasse de lado, por alguns instantes, seus interesses financeiros mais mediatos e se colocasse na posição de um jovem que tem necessidade de um Mini System para desenvolver suas relações interpessoais.

Interessante é observar que essa estratégia foi utilizada em um pe-

ríodo festivo do ano, Natal, em que as pessoas se mostram mais propensas a demonstrar seus afetos ao mesmo tempo em que se renovam a esperanças para o Ano Novo que em breve chegará.

O segundo texto, publicado no suporte revista *Capricho*, em junho de 2003, também possui como alvo o público juvenil, nesse caso quase exclusivamente feminino, bastante elitizado.

À primeira vista, considerando-se a forma, trata-se de uma história em quadrinhos (HQ). Esse gênero textual é caracterizado por possuir dois códigos de signos gráficos: imagem e linguagem escrita. Entre os elementos que entram na composição dos quadrinhos o que mais caracteriza e dá dinamicidade á leitura são os balões. O balão é a marca registrada dos quadrinhos. Na sua forma bastante comportada, indica a fala coloquial de seus personagens. No entanto, quando estes mudam de humor, expressando emoções diversas (surpresas, alegrias, ódio, medo e outros), os balões acompanham tipologicamente, participando também de imagem, declara Luyten (1987, p. 12).

Porém, se levarmos em consideração a função, notaremos que se trata de uma publicidade do cursinho pré-vestibular Intergraus. Não se trata de uma HQ que visa gerar humor, caricaturar, veicular mensagens ideológicas ou críticas sociais implícita ou explicitamente. No texto, três alunas que as protagonistas da série de HQs publicadas, estava assistindo a aula e saem para o intervalo. Uma delas, que se mostra interessada por um colega de turma, se oferece para passar a matéria que ele perdeu já que chegou atrasado. No final da história, essa menina, Michelle, diz: “Se dê essa chance”. No contexto, nota-se que a chance é estudar no Intergraus. Através dessa estratégia os leitores são conduzidos a verem o Intergraus como um cursinho que te prepara para as oportunidades da vida, especialmente o vestibular.

5. Considerações finais

Os gêneros textuais são formas relativamente estáveis nas quais nos baseamos para produzir os textos cotidianos. O fenômeno da intergenericidade revela a capacidade criativa humana de usar o que é previamente instituído e transgredi-lo para atender aos propósitos comunicativos no momento da interação.

Fica claro na intergenericidade, caso que uma forma assume a função de outra, que a identificação do gênero se dá pela função que e-

xerce, não pela forma. O fenômeno da intergenericidade comprova que os gêneros textuais, embora sejam *frames* da atividade humana, não são formas estanques e enrijecedoras, pelo contrário, podem ser transformados e adaptados aos interesses comunicativos do produtor que os utiliza.

Esse pequeno estudo não pretendeu fazer conclusões a respeito dos gêneros e do fenômeno da intergenericidade. Apenas mostrar aos interessados pelos estudos dos gêneros uma faceta que julgamos muito interessante. Fica, portanto, pontos que merecem investigação, como: a influência do suporte na definição do gênero e o comportamento da intergenericidade em outros domínios discursivos.

Acreditamos, porém, que o objetivo traçado tenha sido alcançado e que, de alguma forma, esse trabalho seja enriquecedor para aqueles que se interessam pela linguística textual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Michael. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BAZERMAN, C. *Gênero, agência e escrita*. São Paulo: Cortez, 2006.

LARA, Gláucia Muniz Proença. Transgressão de gêneros em textos de publicidade e propaganda no Brasil. Artigo publicado em 02/11/2007 pela *Stockholm review of latin american studies*.

LUYTEN, Sonia Maria Bibe. *O que é história em quadrinhos*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

KOCH, Ingedore Villaça. *Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2006.

_____; ELIAS, Vanda Maria Elias. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2008.

MACHADO, Ida Lúcia. Análise do discurso & texto paródico: um encontro marcado. In: MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato (Orgs.). *Gêneros: reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: NAD/POS-LIN/FALE-UFMG.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. *Produção textual, análise de gêneros e*

compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. Recife: Departamento de Letras, UFPE, 3ª versão, 2005.

_____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Org.). *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

VILLA-BÔAS, Juliana. *Língua portuguesa: ensino fundamental*. Belo Horizonte: Educacional, 2008.

LINGUAGEM DE TRADIÇÕES E COSTUMES NO VALE DO ACRE, JURUÁ E PURUS

Luísa Galvão Lessa (UFAC)
lessaluisa@yahoo.com.br

RESUMO

Este estudo é uma contribuição aos estudos dialetológicos do Brasil e, em particular, ao *Atlas Etnolinguístico do Acre – ALAC*. Tem por finalidade fornecer dados acerca do vocabulário dos seringueiros acrianos, no que diz respeito aos costumes e as tradições na atividade extrativista, as crenças, cultura medicinal de chás e ervas da floresta. Para a realização deste estudo utilizam-se dezoito inquiridos do corpus do CEDAC, com o propósito de demonstrar a linguagem falada pelo seringueiro acriano nos três Vales delimitados e em nove zonas de pesquisa: Vale do Acre – Rio Branco, Plácido de Castro e Xapuri; Vale do Purus – Sena Madureira, Manuel Urbano e Assis Brasil; Vale do Juruá – Cruzeiro do Sul, Tarauacá e Feijó. Os informantes são homens e mulheres na faixa etária B (26-35 anos) e C (35-80 anos). Para a análise das palavras delimitaram-se os seguintes campos semânticos: 1) palavras relativas aos meses, estações do ano e fases da lua; 2) remédio e doenças; 3) religião, fé e crença; 4) grupo familiar; 5) costumes e hábitos alimentares. O método utilizado foi o da Cartografia e o da geolinguística, amplamente utilizados nos trabalhos dos Atlas linguísticos regionais brasileiros. A feitura do glossário resultou na elaboração de cinco cartas léxicas relacionadas aos campos semânticos da pesquisa. Na análise dos dados observa-se que os falantes do sexo feminino possuem um vocabulário mais amplo no que diz respeito aos afazeres domésticos e às ervas medicinais. Conhecem, também, o léxico referente ao trabalho com o corte da seringa e os processos de defumação e comercialização. Enquanto os informantes masculinos dominam um vocabulário relacionado aos utensílios de trabalhos, às atividades de extração do látex, caça e pesca. Observa-se, ainda, que as classes de palavras mais utilizadas são os substantivos e depois os verbos. Os adjetivos e os advérbios em -mente são empregados raramente. Dentre as várias conclusões pode-se afirmar que a linguagem do seringueiro acriano possui forte teor conservador e as palavras estão intimamente ligadas à vida social que levam no interior da floresta. Daí decorre a importância do estudo dialetológico com a possibilidade do registro de forma que podem cair em desuso. Observa-se, ainda, que o vocabulário feminino é mais amplo do que o masculino, com destaque para a figura feminina responsável pelos ensinamentos aos filhos.

Palavras-chave:

Dialetologia. Geografia Linguística. Lexicologia. Lexicografia, Tradições. Costumes.

1. Introdução

O presente estudo é uma contribuição aos estudos dialetológicos do Brasil e, em particular, ao *Atlas Etnolinguístico do Acre – ALAC*. Tem por finalidade fornecer dados acerca do vocabulário do seringueiro acriano no que diz respeito aos costumes e tradições da atividade extrativista, as crenças, a cultura medicinal de chás e ervas da floresta, bem como fazer um registro de uma linguagem que pode se perder com o passar do tempo sem que dela não se deixe registros para às gerações futuras.

Esta pesquisa foi desenvolvida no campo da dialetologia social, lexicologia, lexicografia, geografia linguística e semântica. E sobre a dialetologia social é como diz Carlota Ferreira (1994, p. 86):

(...) a língua acumula e pereniza dados para os quais as mudanças estruturais da sociedade gradativamente determinam também mudanças no plano linguístico. Assim ocorre na constituição do léxico de uma língua; e Cunha (1988, p. 32) ao dizer que Toda língua é um ‘museu histórico e cultural’, um documento do relevante ou do modesto papel que desempenharam os povos que a falam na vida do mundo.

O estudo demonstra o modo de vida do seringueiro, seus hábitos alimentares, suas crenças e seus costumes. Este último pode ser definido como prática ou hábito repetidamente adotado; maneira habitual de agir, falar, alimentar-se. A respeito disso Carlota Ferreira (1994, p. 10) assim se pronuncia: “Com o homem rural se aprendem não apenas os fatos linguísticos, porém muito mais, aprende-se sobre uma vida que nunca lhe foi ensinada, mas prendida de dentro da própria vida”.

Em Lessa (1992, p. 79), fundamenta-se o conceito de língua, quando diz que

a língua, como produto social, é um reflexo da cultura e da sociedade em que vive o homem. E sendo o homem um reflexo da cultura e da sociedade, não é a língua uma coisa estática, pelo contrário, há na língua uma grande dinâmica que gera mudanças e alterações. (Projeto ALAC, p. 21, 1990)

Infere-se, então, que a língua não é estática, pelo contrário, a língua demonstra ser dinâmica e inovadora, conforme o mundo vai se modificando a linguagem também se modifica, pois ela acompanha a história de um povo, nesse caso, a história de vida do seringueiro acriano.

2. Objetivos

2.1. Geral

Contribuir com a feitura do *Atlas Etnolinguístico do Acre – ALAC* e com a descrição da oralidade brasileira.

2.2. Específico

- Assegurar a aprendizagem de técnicas e métodos científicos vivenciados na pesquisa ALAC;
- Verificar o comportamento linguístico dos falantes dos Vales do Acre, Juruá e Purus.
- Elaborar um glossário intitulado “Linguagem de tradições e costumes nos vales do Acre, Juruá e Purus”;
- Elaborar cartas léxicas relativas aos campos semânticos da pesquisa;
- Apresentar resultados em Seminário PIBIC.

3. Justificativa

O estudo tem como aporte teórico ciências como a dialetologia social, geografia linguística, lexicologia, lexicografia, semântica. É com base nas teorias dessas ciências que se tornou possível o estudo *Linguagem de tradições e costumes no Vale do Acre, Juruá e Purus*.

A pesquisa se justifica, principalmente, pela necessidade de se registrar a linguagem do seringueiro acriano, já que com o passar do tempo às palavras tendem a modificar-se e caso não sejam registradas desaparecerão e com elas a história da comunidade, pois é possível afirmar que a história de uma comunidade pode ser refletida no seu vocabulário. E, portanto, se não houver um estudo que resguarde o falar do seringueiro acriano, parte da história do Brasil será perdida. A esse respeito assim se expressa Brandão (1991, p. 05) “É por meio da língua que o homem expressa suas ideias as ideias de sua geração, as ideias da comunidade a que pertence, as ideias de seu tempo”.

4. Metodologia

Para a realização deste trabalho utilizou-se dezoito inquéritos pertencentes ao *corpus* do CEDAC – Centro de Estudos Dialetológicos do Acre: RB129BF, RB068CM, PC037BM, PC184CF, XA169BF, XA040CM, AB138CM, AB137CF, MU150BM, MU151CF, SM127BM, SM123CF, CS110BM, CS083CF, FE092CM, FE093CF, TA194BF, TA087CM, distribuídos entre o Vale do Acre, Juruá e Purus, sendo, no total, seis inquéritos para cada Vale. Fez-se um levantamento lexical nos inquéritos, tomando-se por base os informantes das faixas-etárias B (26-35) e C (35-80), com nove informantes do sexo feminino e nove do sexo masculino. Deles retiraram-se: palavras relativas à estrada de seringa; palavras relativas ao trabalho do seringueiro com a borracha; palavras relativas ao corte da seringa; palavras relativas aos utensílios utilizados pelo seringueiro para o corte da seringa; palavras relativas à comercialização da borracha; palavras relativas às pessoas envolvidas com o trabalho da seringa; palavras relativas aos locais onde se realizam as atividades do látex.

O estudo foi aprofundado, ainda, em outros campos semânticos: palavras relativas aos meses, estações do ano e fases da lua propícias para a extração do látex e para a plantação; palavras relativas aos meses, estações do ano e fases da lua não propícias para a extração do látex e para a plantação; palavras referentes a remédios e doenças comuns aos seringueiros; palavras relativas à religião, fé e crença do seringueiro; palavras relativas aos hábitos alimentares do seringueiro; palavras relativas aos costumes do seringueiro; palavras relativas à plantação, à caça e à pesca.

Para o estudo dos adjetivos, trabalha-se com palavras relativas à qualificação e os advérbios terminados em *-mente*, podendo o estudo ser aprofundado posteriormente.

Fez-se, ainda, o levantamento das palavras, tomando por base quatro classes gramaticais: substantivos, verbos, adjetivos e advérbios terminados em *-mente*. E, com base nesses levantamentos, elaborou-se o glossário intitulado *Linguagem de Tradições e Costumes nos Vales do Acre, Juruá e Purus*.

5. Pressupostos teóricos

Na elaboração deste trabalho, seguiu-se o caminho trilhado pela dialetologia social, geografia linguística, bem como os ensinamentos da

lexicologia, da lexicografia, da semântica e da linguística geral. Dos conceitos de alguns teóricos como Coseriu (1988), Lessa (1992) e Cunha (1974), se sustentam às fundamentações que servem ao fazer científico da presente pesquisa.

Partindo dos conceitos desses teóricos, busca-se, com base na linguagem regional, resgatar a história do seringueiro, por meio da linguagem. Pode-se confirmar, no dizer de Brandão (1991, p. 06), que

Ao falar, um indivíduo transmite, além da mensagem contida em seu discurso, uma série de dados que permite a um interlocutor atento não só apreender seu estilo pessoal – seu *idioleto* –, mas também filiá-lo a um determinado grupo.

Percebe-se que é por meio da língua que o homem traduz o seu modo de vida, o espaço geográfico que ocupa, as crenças, sonhos etc. E, por isso, para se conhecer o homem regional, faz, aqui, uma recolha da sua linguagem, pois é como diz Leite & Callou (2002, p. 07):

É através da linguagem que uma sociedade se comunica e retrata o conhecimento e entendimento de si própria e do mundo que a cerca. É na linguagem que se refletem a identificação e a diferenciação de cada comunidade e também a inserção do indivíduo em diferentes agrupamentos, estratos sociais, faixas etárias, gêneros, graus de escolaridade.

O estudo busca, no seu todo, traduzir a riqueza lexical presente na linguagem falada no Acre, objetivando fornecer uma visão da vida, da cultura e do léxico do seringueiro, como forma de descrever e registrar a expressividade regional. Isto pode ser confirmado no dizer de Carlota Ferreira (1994, p. 10): “Com o homem rural se aprendem não apenas os fatos linguísticos, porém muito mais, aprende-se sobre uma vida que nunca lhe foi ensinada, mas aprendida de dentro da própria vida”.

6. Resultados e discussões

O cumprimento desta pesquisa permitiu mostrar a unidade e a diversidade existente na fala do seringueiro acriano, bem como expandir os conhecimentos relativos à dialetologia social, lexicologia, lexicografia, semântica e português do Brasil. Afirma-se, por meio deste estudo, em consonância com o pensamento dos teóricos, que a língua, sendo um organismo vivo, está em constante transformação. Com isso, observa-se, nos inquéritos trabalhados, que a linguagem é o reflexo do fazer do seringueiro, pois ela traduz o universo desses homens e mulheres moradores do Vale do Acre, Juruá e Purus.

Observando o comportamento linguístico dos informantes, percebe-se que eles relacionam a influência das estações do ano sobre a produção e extração do látex. Por isso alegam que o verão não é bom período para a atividade extrativista, por trata-se de um período seco, que interfere na quantidade do leite. Os informantes também alegam que agosto e setembro são os piores meses para a atividade extrativista, pois nestes meses há menor produção por parte da seringueira, consequentemente o seringueiro produz menos borracha.

Por outro lado, há a relação entre as fases da lua e os resultados na plantação. Vejam-se os exemplos:

(...) é... agosto ... *setembo* ... é ruim pa leite (SM123CF:17)

(...) não ... *setembo* é ruim de leite ... agosto e *setembo* num presta ... FE093CF:08

(...) quando bate o *verão*... agosto... *setembo* devido a quentura afacassa o leite (AB138CM:16)

(...) três dia antes por enxempo dela sê *nova* é bom de plantá né ... (TA087CM:22).

Observa-se, no inventário das palavras, o conhecimento sobre os espíritos da floresta, nos três Vales trabalhados como, por exemplo: “Mapinguari”, “Mãe da Mata”, “Mãe da Seringueira”, “Caboclinho da Mata”, “Pai da Mata” e “Caipora”. Tal conhecimento está mais presente nos informantes das faixas etária B e C, talvez por eles terem conhecimento de várias histórias lendárias. Porém, a maior parte dos informantes afirma que nunca ter visto alguma entidade da floresta, somente ouviram falar.

(...) tem a *Mãe da Seringuêra* ... Caipora diz que é ... é a dona dos bicho né ... das caça assim do mato (MU150BM:12).

(...) o *Caboquim*... eu num sei lhe dize né porque nós nunca vimo né assim e o que contavo pra nós era só assim... (AB137CF:74).

(...) eu já vi que diz que o *Caboquim* açoita o cara ... (SM127BM:20).

No que diz respeito à alimentação pode-se perceber que é baseada na caça, pesca e cultura de algumas plantas alimentícias como a mandioca, é uma alimentação deficiente no que diz respeito a legumes e verduras, pode-se dizer que a base da alimentação do seringueiro é a farinha. Os exemplos abaixo demonstram isso.

(...) farofa ... banana ... condo tiNa coco nar mata a gente levava só a *fariNa* (SM123CF:04).

(...) aí nós levava uma *farofa* ... aí quando darra aquela hora que a rente tava com fome né ... (MU151CF:05).

(...) ente fazia aquela *farofa* ... comia ... (TA087CM:12).

(...) e fazia a *farofa* da carne (RB129BF:05).

(...) em casa leva *fariNa* e leva o sal (CS110BM:05).

Quanto às palavras relativas a nomes de remédios e doenças, verifica-se, que nos três Vales, as ocorrências das doenças mais comuns: febre, malária, quebrante, vento caído e hepatite. Vale lembrar que pela deficiência alimentar a ocorrência de hepatite é maior e pelo fato de o seringueiro morar na floresta há muitos casos de malária.

(...) não ... eu adoecia assim ... é c'uma febrizinha ... alguNa *febre* né ... (RB068CM:30).

(...) o seringal é bom que é difice essas doença... se num fô alguma *gripe*... (MU151CF:25).

(...) a malária num coNieço não... agora pra... pra *hapatite* tem... a erva do mato tem cura (AB138CM:26).

(...) cesão ... agora que dissero essa *malária* NE é perigosa ... mata munta gente (MU151CF:25).

(...) é *quebrante* ... vento caído ... sþ que eu sei só (FE093CF:20).

(...) as doença maise que comprica mais ... sempre é a *malária* né ... (MU150BM:10).

(...) tiNa ... quano o menino tarra cum *quebrante* ... (PC184CF:21).

(...) morreu ... é... de *hapatite* (SM123CF:02).

(...) munta *malára* ... peguei munta malára no cento (SM127BM:14).

(...) nem *quebrante* ... nada ... nada ... então se já os meu ... é do mermo jeito (SM123CF:12).

Quanto às ervas e chás, vejamos os exemplos mais comuns:

(...) nós chama... nós chama... uns chama *capim de agulha*... ôtos de picão (AB138CM:26).

(...) *cesão* ... agora que dissero essa malária né (MU151CF:25).

(...) fazia um *chá de boldo*... (PC184CF:23).

(...) é o *chá de laranja* ... e às vez algum gópe que pegava assim na perna ... (RB068CM:31).

(...) viNa pa Vila ... fazia um chá de boldo ... *chá de quina-quina* ... que é um ... (PC184CF:23).

(...) prantava o hortelã... o *malvarisco* né... (MU151CF:24).

(...) é eles fazia um chá assim do *mastruiz* (MU150:10)

No que diz respeito à diversão no seringal, verifica-se que as pessoas que vivem nessas comunidades se identificam com festas e apreciam os instrumentos musicais, como violão, sanfona, pandeiro.

(...) tem no seringal ... *feira* de ... batuque mermo de ... violão ... sofona ... (PC184CF:13)

(...) aí quano era de tarde as mulhé ia né pa aquela casa... aí juntarra e passarra a noite dançano... era as *feira* de lá... ((risos)) (AB137CF:35).

(...) tiNa sempre... tiNa muita *feira*... (AB138CM:20).

(...) eu saía mais de casa quando tiNa meus filho ... minhas filha ... que nós ía pra *feira* ... eu levava elas ... mas agora nós vêi né (FE093CF:18).

(...) nesse tempo era tocadô de *violão*... (MU151CF:15).

(...) tiNa violão... tiNa banjo... cavaquim... *safoa* (AB138CM:20).

(...) é ... aí batiam num *pandêro* lá né ... essas coisa assim (MU150BM:15).

Pode-se inferir, a respeito da linguagem, que para o real conhecimento de um grupo humano, não basta pesquisar sua história, seus costumes ou o ambiente em que vive, é necessário observar de forma particular e registrar a linguagem, para que possamos compreender um pouco mais os fatos históricos e a cultura do lugar, que hoje em dia é tão desprezada e, muitas vezes, motivo de riso, preconceito. Então, é recomendável que todos se conscientizem e respeitem a linguagem e a cultura do seringueiro acriano.

Na verdade, uma língua histórica, de cultura – como a língua portuguesa –, é um supersistema (conjunto de sistemas e subsistemas) que

apresenta enorme complexidade, o que torna, por sua vez, complexo o trabalho dos que se dedicam a analisá-la global ou parcialmente, como aqui se faz na descrição da oralidade acriana.

Assim, ao concluir, por agora, pode-se dizer que a investigação aqui realizada abre horizontes para pesquisadores interessados nesse vocabulário tão rico que é a linguagem acriana no aspecto de tradições e costumes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Silvia Figueiredo. *A geografia linguística no Brasil*. São Paulo: Ática, 1991.

CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. 10. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.

COSERIU, Eugenio. *Princípios de semântica estrutural*. México: Universidade Nacional Autónoma de México, 1986.

_____. *Tradição e novidade na ciência da linguagem*. Rio de Janeiro: Presença. Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

_____. *Sincronia, diacronia e história*. Rio de Janeiro: Presença, Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

_____. *Sentido y tareas de la dialectología*. México: Instituto de Investigaciones Filológicas, Centro de Lingüística Hispánica, 1982.

_____. *Tradición y novedad en la ciencia del lenguaje*. Estudios de historia de la lingüística, Madrid: Gredos, 1977.

_____. *O homem e sua linguagem*. 2. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1987.

_____. A geografia linguística. In: ____ *O homem e sua linguagem*. Rio de Janeiro: Presença, 1982.

CARLOTA FERREIRA, Suzana Alice Cardoso. *A dialetologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.

LESSA, Luíza Galvão. *Termos e expressões populares do Acre*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense, 1985. Niterói.

_____. *A linguagem falada no Vale do Acre* – Materiais para estudo.

Centro de Estudos Dialetológicos do Acre – CEDAC, Rio de Janeiro: 2002.

_____. *A linguagem falada no Vale do Juruá – Materiais para estudo*. Centro de Estudos Dialetológicos do Acre – CEDAC, Rio de Janeiro: 2002.

_____. *A linguagem falada no Vale do Purus – Materiais para estudo*. Centro de Estudos Dialetológicos do Acre – CEDAC, Rio de Janeiro: 2002.

_____. *Atlas etnolinguístico do Acre – ALAC*. Revista de Linguística e Filologia, nº 10. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

_____. *Glossário do Vale do Acre: látex e agricultura de subsistência*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

_____. *Projeto Atlas Etnolinguístico do Acre-ALAC*. Comunicação apresentada na Semana de Letras na UFMT. Cuiabá: 1992.

_____. *Projeto Centro de Estudos Dialetológicos do Acre – CEDAC*. Comunicação apresentada no IV Congresso Internacional de Linguística e Filologia da América Latina (ALFAL), Campinas: 1990.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, 1932.

_____. *Bases para a elaboração de um atlas linguístico do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, parte 1, 1958, parte 2, 1961.

_____. Divisão dialetológica do território brasileiro. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, 1955.

NETO, Serafim da Silva. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1977.

_____. *Guia para estudos dialetológicos*. Faculdade Catarinense de Filologia, Centro de Estudos Filológicos, Florianópolis: 1955.

RECURSOS MIDIÁTICOS PARA O ENSINO DA GRAMÁTICA NOS ASPECTOS FUNCIONAIS E NORMATIVOS DA LÍNGUA

Elisabeth Ramos da Silva (UNITAU)

lis.ramos@uol.com.br

Maria José Milharezi Abud (UNITAU)

m.jose.abud@uol.com.br

RESUMO

Este texto apresenta uma pesquisa cujo objetivo foi investigar se a utilização de recursos audiovisuais para a compreensão de aspectos gramaticais é uma estratégia considerada prazerosa e eficiente, uma vez que pode favorecer o entendimento de construções gramaticais referentes à norma-padrão e ao uso. Para tanto, elaboramos vários *slides* com *gifs* animados que dialogavam entre si, priorizando o emprego dos pronomes em situações formais e informais de uso. Em seguida, pedimos a 22 professores de língua portuguesa que dissessem “Qual é a sua opinião sobre o uso de multimídia para o ensino da língua?” Constatamos que o recurso utilizado foi considerado de forma positiva por todos os professores, variando a valoração entre os que o consideram fundamental e os que o julgam prescindível, embora atraente.

Palavras-chave:

Ensino de gramática. Recursos audiovisuais. Estratégias de ensino.

1. Introdução

A apropriação dos conteúdos gramaticais se efetiva de forma mais significativa se o professor valer-se de estratégias que priorizem a função comunicativa da língua. A aprendizagem da gramática não é resultante da repetição de regras, pois tal prática não permite a reflexão sobre a estrutura da língua, tampouco propicia o confronto entre norma e uso. É preciso que o professor organize e desenvolva estratégias que possibilitem ao aluno atividades de observação da língua, a fim de que ele venha a perceber as regras e os recursos linguísticos na modalidade escrita e na oral. Nesse sentido, Neves (2003) afirma que a compartimentação da gramática como disciplina desvinculada do uso tem sido um grande obs-

táculo inclusive à legitimação da gramática como disciplina. A autora defende que seja ensinada a língua em funcionamento, e que se levem em conta os níveis semântico e pragmático-discursivo. Segundo a autora, “Ora, é a própria consideração da funcionalidade da língua que leva à consideração de que a noção de norma [...] é inerente à noção de uso linguístico” (p. 50).

A observação das diferenças entre norma-padrão e uso é importante porque contempla um ensino que abriga os usos, sem desprezar a necessidade de o aluno conhecer o padrão exigido pela sociedade. Em conformidade com Silva, Pilati e Dias (2010, p. 979), acreditamos que:

A língua(gem), além de se prestar ao ato comunicativo, configura a expressão do pensamento, sendo, sobretudo, uma forma de interação humana, política e social. É sob essa ótica que defendemos que as atividades de ensino devem oportunizar aos alunos o domínio de um sistema valorizado, ou seja, da norma padrão, sem que isso signifique depreciação da variante linguística de seu grupo social e regional de origem. [...] A nova questão que se coloca nesse momento é a necessidade urgente de se viabilizar esse ensino em sala de aula. Em outras palavras, como auxiliar professores a implementar em sala de aula o trabalho com diversas variedades linguísticas e como auxiliar o professor nessa nova missão?

Nessa mesma direção, Castilho (2010, p. 90), ao explicitar no que consiste a “Gramática Normativa”, também denominada de “Gramática Escolar”, evidencia a necessidade de um ensino que encare o padrão culto como uma variedade linguística entre outras, a qual é exigida em determinadas situações sociais. Essa seria uma forma de ensinar a norma sem acirrar o preconceito. Cremos que isso exige que o professor abrigue, em suas explicações acerca da estrutura da língua portuguesa, outras variantes, tratando as diferenças segundo o critério da adequação da linguagem, e não do ponto de vista do “certo” ou “errado” segundo a Gramática Normativa.

A necessidade de abrigar essas diversas variedades e de, ao mesmo tempo, garantir a aprendizagem da norma-padrão justifica a tentativa de criar estratégias que corroborem um ensino com tal objetivo. Daí acreditarmos que a utilização de recursos audiovisuais que permitam empregar variantes podem ser úteis para atender a essa nova concepção sobre o ensino da gramática em seus aspectos descritivos e normativos, sem valorizar estes últimos em detrimento dos primeiros, mas evidenciando a necessidade de adequação da linguagem ao contexto.

Isso certamente requer do professor um conhecimento linguístico consistente (TRAVAGLIA, 2003), a fim de que possa organizar estraté-

gias que acolham, ao mesmo tempo, forma, sentido e uso. Para tanto, a reflexão sobre as regras e usos deve partir de situações que incluam ainda os aspectos pragmáticos da linguagem cotidiana.

Por isso, o ensino de gramática que preconizamos traz implícita a ideia de que a apreensão das estruturas gramaticais concernentes à norma-padrão só é possível se os novos conhecimentos encontrarem conexão com as estruturas da gramática internalizada, a qual, segundo Travaglia (2000), consiste no conjunto de regras que o falante domina, o qual lhe permite empregar espontaneamente a língua.

A ideia de que o sucesso na aprendizagem da gramática pressupõe uma metodologia em que o professor trabalhe concomitantemente os usos e a norma encontra respaldo nas concepções de Vigotski (2001) acerca do desenvolvimento dos conceitos científicos. Aliás, é justamente nessa abordagem que Vigotski defende o ensino da gramática na escola. Por isso, neste texto, abordaremos as ideias desse autor, pois elas nos oferecem esclarecimentos que corroboram essa metodologia.

2. As ideias de Vigotski acerca do ensino de gramática

Silva (2010), ao discorrer sobre a argumentação de Vigotski (2001) acerca da importância do ensino da gramática, traça um paralelo entre o movimento agramático da União Soviética ocorrido no início do século XX e o recente movimento contrário à gramática em nosso contexto educacional. Na época, também havia quem alegasse que o ensino de gramática era inútil, uma vez que a criança, ao entrar na escola, já possui o conhecimento de sua língua.

Vigotski (2001), por acreditar no papel da escola para o desenvolvimento humano, opôs-se a esse movimento. Para o autor, “a análise do aprendizado da gramática, como a análise da escrita, mostra a imensa importância da gramática em termos de desenvolvimento geral do pensamento infantil” (p. 319). De fato, a criança conhece gramática de sua língua ao ingressar na escola, mas esse conhecimento é espontâneo, isto é, a criança sabe conjugar verbos e construir frases, mas realiza essas operações linguísticas de forma inconsciente, sem se dar conta do que está fazendo. Por isso, se pedirmos que ela modifique propositalmente o tempo do verbo que acabou de utilizar em uma frase, ela não saberá fazê-lo. Segundo Vigotski (2001, p. 320), isso significa que, embora saiba falar, “ela está limitada, é limitada para aplicar suas habilidades”. Ela ainda

não tomou consciência das operações que realiza, por isso não tem o domínio sobre elas. Isso só ocorrerá quando ela compreender, por exemplo, que a língua constitui um sistema, e que é possível compreender de forma consciente e deliberada as operações linguísticas que ela realiza ao falar e ao escrever. As regras que domina de forma espontânea passarão a ser estudadas de forma sistemática e hierarquicamente organizada, tal como ocorre na instrução oferecida pela escola, propiciando a formação dos conceitos científicos. O desenvolvimento dos conceitos científicos é, segundo o autor, a grande contribuição da escola para o intelecto humano.

A criança de fato já sabe falar,

Mas na escola a criança aprende, particularmente graças à escrita e à gramática, a tomar consciência do que faz e a operar voluntariamente com as suas próprias habilidades. Suas próprias habilidades se transferem do plano inconsciente e automático para o plano arbitrário, intencional e consciente. (VIGOTSKI, 2001, p. 320)

No entanto, embora o aprendizado escolar seja o principal responsável pelo desenvolvimento dos conceitos científicos, isso não significa que os conceitos espontâneos não sejam importantes para a aprendizagem que ocorre no interior da escola. Sabe-se que estes últimos são formados no cotidiano, de forma assistemática, à medida que a criança interage com o seu meio. Os conceitos científicos, ao contrário, apresentam uma relação inteiramente distinta com o objeto. Não dependem das experiências cotidianas, e são mediados por outros conceitos, além de apresentarem um sistema hierárquico, lógico e coerente, tornando-se, segundo Vigotski (2001), o campo em que ocorre a tomada de consciência.

Porém, para desenvolver-se, o conceito científico necessita de um conceito espontâneo correlato já suficientemente desenvolvido; caso contrário, o conceito científico pode tornar-se apenas uma memorização mecânica, vazia de significado. Por isso, um dos principais aspectos do estudo de Vigotski sobre a formação de conceitos é o fato de os processos de desenvolvimento dos conceitos espontâneos e dos conceitos científicos estarem intimamente ligados (OLIVEIRA, 1992). O conceito espontâneo abre caminho para o conceito científico, e ambos mantêm uma relação estreita, influenciando-se mutuamente. Os conceitos científicos desenvolvem-se para baixo, por meio dos conceitos espontâneos, e estes últimos desenvolvem-se para cima, por meio dos conceitos científicos. O processo de desenvolvimento dos conceitos espontâneos e o processo de desenvolvimento dos conceitos científicos formam, desta forma, um único processo: o desenvolvimento da formação de conceitos. É o conceito

espontâneo que oferece suporte concreto ao conceito científico para que este se desenvolva. Em contrapartida, é o conceito científico que organiza o conceito espontâneo, estendendo-o em um sistema devido à nova aprendizagem. Segundo Vigotski (2001), a sistematização inicia-se por meio dos conceitos científicos e posteriormente esse processo é transferido para os conceitos cotidianos.

O ensino de gramática na escola deve ser entendido da mesma forma, ou seja, trata-se da sistematização de um conhecimento que já está suficientemente desenvolvido, porém de forma espontânea e assistemática. Para ser possível a sistematização e a tomada de consciência dos aspectos formais da língua, é necessário que os conteúdos gramaticais teóricos encontrem respaldo no conhecimento espontâneo, isto é, na língua que a criança usa cotidianamente. Caso não haja essa relação entre o conhecimento espontâneo da língua e os novos conteúdos gramaticais aprendidos de forma lógica e hierárquica, o professor corre o risco de apenas favorecer a memorização de nomenclaturas que pouco auxiliarão em futuras tarefas linguísticas. De nada adianta, por exemplo, ensinar a classificação do sujeito se o aluno não entender que as flexões verbais que realiza ao falar e ao escrever trazem uma intrínseca relação com o tipo do sujeito utilizado nos enunciados.

Há, por exemplo, regras da gramática prescritiva que não são obedecidas na linguagem informal. São perfeitamente aceitas e utilizadas no cotidiano por pessoas escolarizadas, mas não são adequadas quando se trata de um texto escrito. É o caso do emprego dos pronomes pessoais do caso reto como objetos de verbos, como: "Eu vi ele ontem". Outro exemplo, é o emprego do verbo *ter* como impessoal, no lugar do verbo *haver*. Nesse sentido, grandes nomes da literatura já o utilizaram dessa forma, tal como ocorre no conhecido poema de Drummond: "Tinha uma pedra no meio do caminho". Conhecer a língua e ter domínio sobre ela significa conhecer quais as formas mais adequadas a uma determinada situação. Não se trata, portanto, de corroborar preconceitos, mas de tornar o aluno, como bem afirmou Bechara (2006), um poliglota dentro de sua própria língua.

Cremos que o ensino da língua portuguesa precisa abrigar os diversos usos, a linguagem informal e a variante padrão (os conceitos espontâneos e os científicos), a fim de que possa haver uma aprendizagem significativa e útil ao aluno para seu desempenho linguístico. Daí propormos uma metodologia que abrigasse, de forma atraente e motivadora, os aspectos normativos da escrita e os aspectos informais da fala cotidiana.

3. O papel da emoção na aprendizagem

Vigotski (2004, p. 146) afirma que “O aspecto emocional do indivíduo não tem menos importância do que outros aspectos e é objeto de preocupação da educação nas mesmas proporções em que o são a inteligência e a vontade”. cremos que a mesma preocupação pode ser aplicada ao ensino da língua materna. De fato, ainda segundo o autor, “O momento da emoção e do interesse deve necessariamente servir de ponto de partida a qualquer trabalho educativo” (p. 145).

O autor acredita que a ação pedagógica que alija a emoção do processo de aprendizagem mutila-se a si mesma, já que “todo o conhecimento deve ser antecipado de uma sensação de sede” (p. 145). Não pode haver aprendizagem quando não há interesse, quando a atenção não for dirigida voluntariamente ao objeto que se deseja investigar. Vigotski (2004) reporta-se à Filosofia, aludindo ao que os gregos chamavam de *o dom do assombro*, que era a capacidade de maravilhar-se. Tratava-se do envolvimento emocional do sujeito com o que se tornou seu objeto de interesse e de conhecimento. Esse era o ponto de partida para o ato de conhecer, ou seja, era o olhar de interesse que despertava a curiosidade epistemológica.

Vigotski (2004) adverte-nos sobre o perigo de uma educação que cultiva a apatia, encarando o conhecimento de forma desapaixonada. Como exemplo de uma educação emocionalmente estéril, o autor relata um conto de Tchékhov, em que o protagonista era um velho funcionário que jamais havia estudado, mas que conhecia, por experiência, os sinais de pontuação. No entanto, ele jamais havia visto o ponto de exclamação. Sua mulher explicou-lhe que era justamente esse sinal diacrítico que marcava as expressões de êxtase, admiração, alegria, espanto, entre outras. A constatação de que nunca havia se deparado com esses sentimentos deixou o funcionário profundamente amargurado. O autor conclui o conto com a seguinte advertência:

Se não quisermos que nossos educandos repitam a vida mesquinha do funcionário de Tchékhov, devemos nos preocupar com que o êxtase, a indignação e outros sentimentos não passem à margem de sua vida e que nela haja mais sinais de pontuação. (VIGOTSKI, 2004, p. 145)

Acreditamos que o ensino da língua materna deve abrigar esses tons emocionais que despertem nos alunos a curiosidade sobre os inúmeros recursos formais que a língua nos oferece. cremos que trabalhar com *slides* que apresentam personagens que se movimentam e dialogam em

situações do cotidiano desperta o interesse e simpatia do aluno, seja qual for a faixa etária. Nesse sentido, Vigotski (2004, p. 144) também acredita que “a emoção não é agente menor do que o pensamento. O trabalho pedagógico deve consistir não só em fazer com que os alunos pensem a assimilem geografia, mas também a sintam”. cremos que a mesma ideia pode ser aplicada ao ensino da língua materna. Os conteúdos gramaticais aprendidos devem expandir os sentidos do texto, evidenciar os recursos linguísticos utilizados, ampliar a capacidade de expressão das ideias e dos sentimentos dos alunos. É preciso que o aluno perceba a sua própria linguagem cotidiana no diálogo dos personagens, mas também é preciso que ele pense sobre as formas ali utilizadas. Desse modo, pensamento e emoção atuam juntos para o êxito da aprendizagem.

Por fim, cabe esclarecer que, para Vigotski, o afeto e a cognição estão relacionados íntima e dialeticamente, por isso só é possível compreender a natureza do pensamento humano se considerarmos sua base afetivo-volitiva. Isso significa que a vida emocional está profundamente vinculada a outros processos psicológicos e, por conseguinte, ao desenvolvimento da consciência de modo geral. Pelo prisma da psicologia histórico-cultural, o sujeito forma-se mediante o desenvolvimento de processos físicos e mentais, cognitivos e afetivos (OLIVEIRA; REGO, 2003).

4. A pesquisa

A fim de investigarmos o valor dos recursos midiáticos para um ensino que abrigasse concomitantemente norma e uso, elaboramos diversos *slides* com *gifs* animados que dialogavam entre si. Escolhemos como tópico gramatical o emprego dos pronomes pessoais. Nas falas dos personagens, havia exemplos de empregos informais dos pronomes pessoais. Em seguida, esses enunciados eram transcritos segundo a norma padrão e eram esclarecidos os critérios (as regras gramaticais) que determinavam tal uso, exercitando, ao mesmo tempo, o discernimento necessário para a devida adequação da linguagem.

Esses *slides* foram apresentados em um curso de formação continuada destinado a professores de língua portuguesa do ensino fundamental ou do ensino médio, em uma cidade do interior paulista. A utilização desses recursos midiáticos nas atividades de ensino de língua materna no curso favoreceria o objetivo de investigarmos quais as opiniões de professores sobre essa metodologia, já que eles seriam capazes de avaliar

tais recursos pelo papel didático que desempenhariam para a própria aprendizagem. Os *slides* apresentavam simultaneamente o conhecimento espontâneo da língua e o conhecimento teórico gramatical. Além disso, despertavam curiosidade e simpatia, pois continham personagens de gibis, de histórias de fadas ou de desenhos animados.

Após mostrarmos e trabalharmos vários *slides* com personagens que simulavam conversas usuais e cotidianas, solicitamos aos 22 professores do curso e que se dispuseram a participar da pesquisa que respondessem, por escrito, a seguinte questão: Qual é a sua opinião sobre o uso de multimídia para o ensino da língua?

Para analisarmos as respostas de nossos sujeitos de pesquisa, utilizamos como procedimento metodológico as técnicas de análise de conteúdo proposta por Bardin (2010, p. 44), as quais podem ser denominadas como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações”, sendo que em tais técnicas tem-se como meta buscar, por intermédio de procedimentos sistemáticos de descrição do conteúdo dos enunciados, “indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção [...] destas mensagens”. Parece-nos importante destacar ainda que o fator comum dessas técnicas, desde a codificação do texto até à extração de uma proposição implícita no sentido literal, é, no dizer da autora, “uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência” (p. 11).

Desse modo, tomando a mensagem como objeto de estudo, os processos de análise de conteúdo têm como intenção a inferência de conhecimentos relacionados às condições de sua produção, a qual é proveniente de indicadores quantitativos e/ou qualitativos levantados. A par disso, a análise pretendida deve buscar no conteúdo das mensagens o que está por trás do sentido explícito, e este deve ser deduzido levando-se em conta também as condições do contexto e da realidade subjacente. O objetivo é a análise do sentido latente, do não dito, implícito no sentido literal expresso de qualquer mensagem, que eclode nas interpretações resultantes consideradas mais profundas, definitivas ou mais plausíveis.

Em outros termos, a análise de conteúdo (BARDIN, 2010) é um tipo de instrumento metodológico aplicável ao discurso que possibilita tecer inferências específicas ou interpretações causais mediante a apreensão de temas recorrentes ou pressupostos contidos nas respostas dos sujeitos da pesquisa. E isso implica o tratamento dispensado ao material do corpus para que todas as unidades de significação pertinentes do texto

possam ser observadas, percebidas, compreendidas e interpretadas. Para tanto, é preciso buscar no conteúdo e na expressão desse conteúdo da mensagem o que as palavras significam e sugerem, para alcançar o sentido mais coerente. Sendo assim, a análise de conteúdo procura captar, mediante processos inferenciais, as variáveis de ordem psicológica, sociológica, cultural etc., envolvidas no contexto em que um enunciado é produzido.

Consideramos que esse conjunto de instrumentos metodológicos é pertinente à elaboração de trabalhos investigativos realizados em Linguística Aplicada (doravante LA), porque seus argumentos estão alicerçados em uma concepção crítica e dinâmica da linguagem. Entendemos ainda que o emprego concomitantemente de procedimentos qualitativos e quantitativos na análise de conteúdo não invalida a sua utilização em pesquisas em LA, uma vez que a LA também pode valer-se de métodos quantitativos e positivistas, se assim for necessário ao objeto e objetivo da pesquisa. Conforme afirma Bardin (2010, p. 34), “Em última análise, qualquer comunicação, isto é, qualquer veículo de significados de um emissor para um receptor, controlado ou não por este, deveria poder ser escrito, decifrado pelas técnicas de análise de conteúdo”.

Assim considerando, para analisarmos as respostas, utilizamos os constructos da Análise de conteúdo de Bardin (2010). A leitura atenta do material de análise, com anotações dos indicadores qualitativos e quantitativos levantados, possibilitou que chegássemos à interpretação mais profunda dos dados, bem como favoreceu a realização das inferências mediante o cruzamento das respostas, levando-se em conta o contexto da realidade concreta em que elas foram produzidas. Para tanto, buscamos os sentidos dados por eles, ou seja, o sentido literal e o sentido implícito, o que nos possibilitou verificar tanto diferenças de significação entre eles, como também pontos comuns. Assim, elegemos os temas recorrentes e as respectivas frequências nas respostas, acompanhadas dos percentuais que tais frequências representam.

Dessa forma pudemos estabelecer como categorias de análise os seguintes temas recorrentes e seus respectivos percentuais: O multimídia como um recurso realmente motivador da aprendizagem (50%); O multimídia como um recurso fundamental para a aprendizagem (31,8%); O multimídia como um recurso prescindível, embora atraente (18,2 %).

É necessário esclarecer que, além de ser um recurso motivador por despertar atenção e interesse devido aos *gifs* animados, os *slides* fa-

voreciam a articulação entre o conhecimento científico e o conhecimento espontâneo da língua, e essa articulação favorecia a aprendizagem dos aspectos formais da língua, caso contrário poderiam ser apenas *slides* ilustrativos de empregos de pronomes.

Para visualizarmos as respostas dos sujeitos de pesquisa, foi organizado um quadro que apresenta, na primeira coluna, as categorias de análise, na segunda coluna, a frequência com que cada categoria foi citada pelos sujeitos da pesquisa e, na terceira coluna, o percentual correspondente. Por fim, na quarta coluna, em correspondência com cada uma das categorias, frequência e percentual, foram transcritos os exemplos do discurso que as ilustram e justificam as classificações feitas. Dessa forma, temos o seguinte quadro:

Quadro 1: Opinião sobre o uso de multimídia para o ensino de língua

Categorias de análise	Frequência	Percentual	Exemplos
O multimídia como um recurso realmente motivador da aprendizagem.	11	50%	Gostei muito, a aula fica diferenciada, pois chama mais atenção, devido aos recursos utilizados, como figuras, por exemplo. É um recurso que torna a aula mais atrativa, gera expectativa e retém a atenção. Acho bastante interessante e empresta ao encontro um dinamismo importante. Um ótimo recurso de aprendizagem que tornou as aulas mais interessantes. ...acrescentou um interesse maior, pois a atenção se volta, além da explicação, para os desenhos, a música, etc. Torna a aula mais dinâmica, além de ser um ótimo recurso visual para estimular o interesse e a aprendizagem. Deixaram as aulas mais atrativas e interessantes. Foi ótimo, isso fez com que nos despertasse o interesse de como conduzir o educando para as novas tendências pedagógicas. ...recurso que dinamiza e atrai mais atenção dos alunos, do que só a lousa e giz, pois eles estão inseridos num mundo que valoriza a imagem.

			Acho bem interessante, enriquece bastante as aulas, porém nem todos sabem manuseá-lo. É preciso obter conhecimentos de informática.
O multimídia como um recurso fundamental para a aprendizagem.	7	31,8%	Fundamental. Com auxílio e rapidez envolve o aluno (receptor) a um campo visual da memória. ...ferramenta fundamental que agiliza. Fundamental para o processo ensino-aprendizado, pois além de facilitar as aulas do professor, ajuda os alunos a terem maior assimilação do conteúdo exposto. ...recurso ótimo, estimulante que prende a atenção, principalmente dos alunos considerados visuais... Excelente recurso atrativo. ...excelente recurso que em muito favorece o aprendizado.
O multimídia como um recurso prescindível, embora atraente.	4	18,2%	Bom, mas não é de suma importância. Muito interessante (em alguns casos), mas em minha opinião deve ser apenas um complemento. Acho interessante o uso de multimídia – entretém, relaxa e atrai a atenção. Porém é prescindível. As demais estratégias podem suprir a técnica em questão. ...sou favorável ao uso da multimídia, entretanto é necessária a presença do professor para fazer a mediação.

5. Análise do quadro

Como se pode verificar no quadro acima, o recurso utilizado foi considerado de forma positiva para o ensino da língua por todos os professores, variando a valoração entre os que o consideram fundamental e os que o julgam prescindível, embora atraente.

Inferimos que a opção pela resposta escrita à questão da pesquisa suscitou nos professores uma reflexão sobre o seu papel de aprendiz, ou seja, sobre o seu próprio processo de aprendizagem, ao produzir o seu relato, embora não tivéssemos inquerido a respeito de suas considerações

quanto à avaliação da utilidade de tais recursos para a sua própria aprendizagem. No entanto, há nas respostas/exemplos correspondentes às duas primeiras categorias algumas pistas na manifestação do conjunto desses professores que guardam relação com a situação de aprendiz, e isso ocorre porque, ao julgarem a utilidade desse recurso para a aprendizagem, estavam certamente avaliando o seu próprio processo de conhecimento, já que naquele instante eram eles os aprendizes.

Para ilustrar o exposto acima, destacamos o que foi evidenciado nos exemplos que seguem:

Um ótimo recurso de aprendizagem que *tornou* as aulas mais interessantes; ...*acrescentou um interesse maior*, pois a atenção se volta, além da explicação, para os desenhos, a música, etc.; *Deixaram* as aulas mais atrativas e interessantes; Foi ótimo, isso *fez com que nos despertasse o interesse* de como conduzir o educando para as novas tendências pedagógicas; ...*ajuda os alunos a terem maior assimilação do conteúdo exposto*; ...excelente recurso que *em muito favorece o aprendizado*. (grifo nosso)

Assim, tais exemplos deixam transparecer que os recursos/meios empregados nas interações sociais de caráter intencional organizadas e mediadas pelo professor incidiram sobre a pessoa do aprendiz, incentivando a sua atividade cognitiva individual, o que possibilita a aprendizagem. Além disso, a articulação entre o conhecimento espontâneo e o conhecimento científico possibilitou a “maior assimilação do conteúdo exposto”, uma vez que, segundo Vigotski (2001), o processo de desenvolvimento dos conceitos espontâneos e o dos conceitos científicos ocorre de forma integrada, formando um único processo. Se assim não fosse, teríamos apenas exposições de *gifes* que, embora atraentes, não facilitariam a apreensão da gramática teórica, apenas ilustrariam a linguagem informal ou a linguagem formal, sem integrar as duas. cremos que é justamente a compreensão das diferenças e/ou similitudes entre norma e uso que promove a tomada de consciência, vence o preconceito linguístico e torna o aluno um poliglota em sua própria língua, como bem diz Bechara (2006).

Além disso, o recurso audiovisual utilizado parece ter entretido e mobilizado os professores por integrar imagem, movimento, palavra, etc., que imitam ou simulam contextos comunicativos. Acreditamos que eles se envolveram nas cenas, sentindo-se motivados para interagir com os conteúdos expostos e explicados.

Nos exemplos dos professores que opinaram ser o multimídia um recurso realmente motivador da aprendizagem (50%), a palavra “aten-

ção” é mencionada 4 vezes, a palavra “interesse” 3 vezes, bem como aparecem as considerações a respeito da aula ficar diferenciada, mais dinâmica e atrativa, da valorização da imagem, além do fato de tal recurso gerar expectativas quanto aos próximos slides.

Tais menções parecem evidenciar que precisamos de incentivos e de recursos apropriados, que sejam eficazes para mobilizar os alunos, ou seja, para colocá-los em ação com disposição e entusiasmo. Para tanto, podemos incentivá-los mediante a criação de situações externas a eles, mas que, ao mesmo tempo, lhe sejam familiares, despertando, com isso, a motivação que pode assegurar e manter o processo de novas aprendizagens.

Para que o foco de interesse seja a aprendizagem, o aluno precisa desenvolver a intenção de aprender, o que inclui, dentre outros fatores, a atenção e o esforço conscientes dispensados à interação com o objeto de estudo. Por isso, conforme afirma Masetto (2001, p. 88), “Trabalhar com a motivação de aprendizes em qualquer idade e tempo é exigência básica para que a formação continuada possa se efetivar, inclusive com nós mesmos”. Ainda segundo o autor, “Só aprendemos coisas novas quando nos apercebemos que elas têm um interesse especial para nós mesmos” (p. 88).

Vale lembrar que se trata de professores empenhados na sua própria formação profissional, por isso compreendem o papel motivador de recursos que possam ser empregados nas estratégias didáticas adotadas, como meios auxiliares no processo de ensino e aprendizagem, com vistas tanto à construção de um conhecimento da língua em toda sua diversidade, como também ao aprimoramento de sua prática profissional futura.

Assim, para esses professores, o multimídia como um recurso externo pode incentivar o aluno de modo a despertar-lhe a motivação necessária para a sua ação/interação com o objeto de estudo e de aprendizagem.

De forma semelhante, nos exemplos dos professores que disseram ser o multimídia um recurso fundamental para a aprendizagem, constam a palavra *atenção*, bem como as considerações sobre o envolvimento do aluno com “rapidez” e sobre a agilidade do recurso, qualificando-o como “atrativo” e “estimulante”. Diante do exposto, inferimos que, nesse contexto, é manifestada a potencialidade do recurso para promover o aprendizado.

Quanto aos exemplos dos professores que destacaram ser o multímídia como um recurso prescindível, embora atraente, pode-se notar que há considerações a respeito do uso do recurso como “bom”, “interessante”, bem como capaz de entreter, relaxar e atrair a atenção.

De modo geral, percorrendo os exemplos, podemos inferir que o recurso aplicado ao ensino da língua materna pode ser considerado como um ganho para os aprendizes, pelos prováveis efeitos positivos no desenvolvimento do seu processo de apropriação de conhecimentos à estrutura cognitiva. E isso foi inferido levando-se em conta a valoração atribuída ao recurso pelos professores. Ou seja, embora prescindível para 4 professores, os demais evidenciam nos seus relatos uma relação mais próxima com o processo de aprendizagem, provavelmente pelas situações de interações específicas que o recurso propiciou a eles na sua condição de sujeitos/atores de seu próprio processo de aprender.

É interessante observar que alguns professores aludiram à dificuldade que sentiam para elaborar esses *slides*. Talvez fosse esse um dos motivos de o considerarem prescindíveis. A mediação docente também foi destacada como fator fundamental para garantir a aprendizagem, pois é a atuação do professor que promove a articulação dos conteúdos formais com os enunciados presentes nos *slides*. A inserção da linguagem audiovisual empregada nos processos de ensino constituiu, portanto, um recurso não só facilitador, mas também mediador de aprendizagem, bem como ponto de partida para outras atividades a serem executadas pelos alunos.

Nesse sentido, tais recursos são meios que fazem parte de uma sequência de estratégias didáticas que propiciam condições para que possam ocorrer experiências de aprendizagem diversificadas acerca de determinados conteúdos de língua materna. Em última análise, trata-se de uma forma de ensinar gramática cujo objetivo seja não só motivar o aluno, mas também promover articulações entre os conhecimentos espontâneos e científicos da língua, favorecendo, assim, a tomada de consciência e o controle deliberado das operações linguísticas realizadas.

6. Considerações finais

Iniciamos este texto apontando a necessidade de um ensino de gramática que abrigasse concomitantemente norma e uso, a fim de tornar o aluno capaz de adequar sua produção linguística às especificidades dos

diversos contextos sociais que irá encontrar. A necessidade de haver essa articulação entre norma e uso, além de ser enfatizada pelos pesquisadores atuais, como Neves (2003), também encontra respaldo nas ideias de Vigotski, quando esclarece a correlação entre o desenvolvimento dos conceitos espontâneos e o desenvolvimento dos conceitos científicos. Vimos que é preciso haver um conceito espontâneo correlato ao conceito científico para que este possa se desenvolver, caso contrário o resultado poderá ser a simples memorização de palavras e definições vazias de sentido. Do mesmo modo, para fazer sentido, os conteúdos gramaticais apresentados na escola precisam estar ancorados na gramática intuitiva, aprendida de forma espontânea durante as interações do sujeito com os demais.

Além de levarmos em conta esses aspectos, julgamos também importante engendrar recursos que cativassem emocionalmente o aluno, a fim de que ele se envolvesse nas atividades. Essa é uma questão importante quando, tal como Vigotski (2004), acreditamos que o ato que impulsiona o indivíduo ao conhecimento tem sempre uma base afetivo-volitiva. Assim considerando, o aluno não pode ser concebido como um ser apático e inexpressivo diante do que o professor lhe ensina. É tarefa docente imprimir emoção à aprendizagem, daí a nossa tentativa de suscitar a simpatia dos alunos por meio de personagens que utilizam a linguagem cotidiana.

Os resultados de nossa pesquisa evidenciaram que esses objetivos foram alcançados mediante o recurso midiático utilizado. E, ainda que os professores participantes não tenham de início compreendido que nossa intenção era apresentar-lhes norma e uso, todos evidenciaram que o recurso utilizado tinha sido útil e interessante à aprendizagem, bem como prazeroso e motivador. É claro que a mediação do professor de modo algum deve ser dispensada. Ao contrário, é o docente quem deve garantir a ancoragem do conhecimento científico no conhecimento espontâneo, bem como provocar o gosto pela aprendizagem dos aspectos gramaticais da língua. Dessa forma, o ensino de gramática legitima seu lugar nas aulas de língua portuguesa e se torna um conhecimento realmente útil para o desempenho linguístico dos alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2010.
- BECHARA, Evanildo. *Ensino de gramática: opressão? liberdade?* 11. ed. São Paulo: Ática, 2006.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

MASETTO, Marcos Tarciso. Atividades pedagógicas no cotidiano da sala de aula universitária: reflexões e sugestões práticas. In: CASTANHO, Sérgio; CASTANHO, Maria Eugênia (Org.). *Temas e textos em metodologia do ensino superior*. Campinas: Papirus, 2001, p. 83-102.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Que gramática estudar na escola?* Norma e uso na língua portuguesa. São Paulo: Contexto, 2003.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotsky e o processo de formação de conceitos. In: LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa. *Piaget, Vygotsky e Wallon: teorias psicogenéticas em discussão*. 16. ed. São Paulo: Summus, 1992, p. 23-34.

OLIVEIRA, Marta Kohl de; REGO, Teresa Cristina. Vygotsky e as complexas relações entre cognição e afeto. In: ARANTES, Valéria Amorim (Org.). *Afetividade na escola*. São Paulo: Summus, 2003, p. 13-34.

SILVA, Elisabeth Ramos da. A defesa de Vigotski ao ensino da gramática. *Revista Philologus*, ano 16, n. 47. Rio de Janeiro: CiFEFiL, maio/ago. 2010, p. 7-20. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/revista/47.html>>. Acesso em: 16 ago. 2011.

SILVA, Kleber Aparecido da; PILATI, Eloisa; DIAS, Juliana de Freitas. O ensino de gramática na contemporaneidade: delimitando e atravessando as fronteiras na formação inicial de professores de língua portuguesa. *Revista brasileira de linguística aplicada*, Belo Horizonte, MG, v. 10, n. 4, 2010, p. 975-994. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-63982010000400008 &lng= pt&nrm=iso>. Acesso em: 16-ago.-2011. <<http://dx.doi.org/10.1590/S1984-63982010000400008>>.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º Graus*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. *Gramática ensino plural*. São Paulo: Cortez, 2003.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. *Psicologia pedagógica*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

UMA LEITURA CRÍTICO-LITERÁRIA ACERCA DO “FALAR EM LÍNGUAS” EM ATOS 2, 1-13

Celso Kallarrari (UNEB)
celsokallarrari@terra.com.br

RESUMO

Este artigo pretende fazer uma leitura crítica textual e literária acerca da narrativa de Atos 2, 1-11, a partir de uma análise comparativa entre duas realidades distantes no tempo e espaço, isto é, o contexto bíblico de Pentecostes e o atual contexto do pentecostalismo católico. Em outras palavras, buscar-se-á, nesse trabalho, trazer a discussão sobre o “dom das línguas”, ao apresentar a compreensão crítico-textual acerca da vinda do Espírito Santo e a atual compreensão no contexto carismático do pentecostalismo católico. Trata-se, pois, de “falar línguas” estrangeiras ou de “falar línguas” desconhecidas? Com base nesse questionamento, apresentaremos, *a priori*, alguns princípios hermenêuticos para compreensão dessa perícope e sua compreensão nos dias atuais.

Palavras-chave:

Pentecostes, pentecostalismo, falar em línguas, leitura crítica, Atos 2, 1-13, etc.

1. Introdução

Este artigo pretende fazer uma leitura crítico-literária do texto de Atos dos Apóstolos, capítulo 2, 1-11, acerca do fenômeno das línguas que, enquanto duas realidades distantes no tempo e espaço, influencia a visão de mundo de grupos religiosos no contexto pentecostal e neopentecostal da sociedade brasileira. Em outras palavras, buscar-se-á trazer a discussão sobre o “falar em línguas”, principalmente quando o universo religioso do pentecostalismo atual e o universo religioso tradicional divergem exegética e hermenêuticamente acerca do dom das línguas.

Trata-se, pois, de “falar línguas” estrangeiras ou de “falar línguas” desconhecidas? Com base nesse questionamento, buscaremos apresentar alguns princípios hermenêuticos de compreensão da perícope de Atos 2, 1-13, bem como a discussão acerca da temática do “falar em línguas” no

pentecostalismo contemporâneo. Em se tratando do texto bíblico, partimos do pressuposto de que há um cruzamento entre a crítica textual e literária, numa perspectiva mútua de encontros e desencontros com a verdade de cada uma delas. Dessa forma, como lidar com a questão da expressão “falar em línguas estranhas” da análise da perícopes Atos 2, 1-13? Quais as possíveis interpretações, sob o ponto de vista do texto mais próximo ao original, dos teólogos e dos participantes do movimento da RCC?

2. Análise crítico-textual

Sabemos que a análise textual de uma perícopes bíblica é de suma importância para o estudo exegético, principalmente quando nos desaproximamos do tempo e espaço da “*editio princeps*” neotestamentária grega. Diferentes hermenêuticas surgem justamente quando se procura dar ao texto um sentido mais atual que pretenda justificar determinadas práticas religiosas e sociais. Desse modo, a literatura, por conta da sua capacidade intrínseca de representação, exprime tudo o que existe nesse mundo e nos permite ter acesso à experiência de vida de uma época ou à interioridade do seu tempo histórico, sociocultural e religioso. Por isso, segundo Martins,

Esta dimensão fascinante do literário impõe a prioridade inescapável da vinculação do texto a uma realidade que, ao lhe preexistir, estabelece as condições de inteligibilidade solidária através da qual o texto literário oferece o seu dizer no seio de uma cultura. E é exatamente por essa mesma dimensão que o gesto crítico também ganha relevo intelectual e significado cultural. Ao se constituir inevitavelmente em interpretação de um texto literário, a crítica outra coisa não faz que reconhecer a construção e a permanência da literatura como interpretação (interpelação) de estratos do conflito humano nela representado. (MARTINS, 2001, s/p).

Em tempos não tão remotos, a tradição neotestamentária não permitia nenhuma espécie de crítica conjectural ao cânon bíblico estabelecido e esse precedente trouxe um problema básico que era “a escolha entre as inumeráveis variantes como a avaliação dos manuscritos mais dignos de confiança” (SPAGGIARI; PERUGI, 2004, p. 29), relegando as questões interpelativas, baseadas num trabalho crítico-textual, simplesmente ao âmbito da discussão dos teólogos. Nesse sentido, podemos definir crítica textual como o “campo do conhecimento que trata basicamente da *restituição da forma genuína dos textos*, i. e, de sua *fixação* ou *estabelecimento* [...]” (CAMBRAIA, 2005, p. 13).

Nossa intenção é buscar verificar internamente no texto bíblico de Atos 2, 1-13 elementos contextuais (sociopolíticos) da cultura imprescindíveis à própria tecitura textual que nos possibilitam uma melhor visibilidade acerca do falar em línguas nos dias atuais. Por essa razão, em nossa leitura, tanto a literatura quanto a crítica textual são imprescindíveis, pois buscam, conjuntamente, interagir num diálogo intelectual nem sempre pacífico, mas inexoravelmente tão dinâmico e tão ativo quanto às exigências circunstanciais que os contextos cultural e histórico desencadeiam e que o texto literário bíblico possibilita enxergar.

Em se tratando do texto bíblico em questão (Atos 2, 1-13), não encontramos, a princípio nele nenhuma variante que pudesse comprometer a sua interpretação no que se refere a questão abordada por nós acerca do “falar em línguas”, com exceção da expressão grega *ἄνδρες εὐλαβείς* (“homens piedosos”, v. 5), da bíblia de Jerusalém, conforme o texto sinaitico⁹. No texto ocidental¹⁰, esta construção reduz-se a *ἄνδρες* (“homens”) sem o adjetivo, enquanto que em algumas traduções combinam *ἄνδρες εὐλαβείς* (“homens piedosos”) e *Ἰουδαῖοι* (“judeus”) (Jerusalém, p. 1423).

Nos demais manuscritos, há certas variações. Por exemplo: A (século V – *Ἰουδαῖοι, ἄνδρες εὐλαβείς*: “judeus, homens piedosos”), B (século IV – *Ἰουδαῖοι, ἄνδρες εὐλαβείς*: “judeus, homens piedosos”), C (século V – *κατοικουντες Ἱερουσαλημ*: “residindo em Jerusalém”) e C* (século V – *ἄνδρες Ἰουδαῖοι*: “homens e judeus”), D (século V – *εὐλαβείς ἄνδρες*: “piedosos homens”) e, por último, E (século VI – *Ἰουδαῖοι κατοικουντες*: “judeus residindo”). Levando em consideração esses pressupostos, podemos a princípio aceitar a narrativa de Atos 2, 1-13 como texto seguro, sem possíveis modificações, o que nos possibilita dizer que ele pode se encontrar de acordo ou muito próximo ao texto original, segundo a vontade do seu autor.

Apesar do texto em questão não apresentar em seus manuscritos problemas a serem enfrentados, buscaremos, pois, com base nos estudos exegéticos, abordar os aspectos críticos-literários de Atos 2, 1-11, tais como autoria, data e fontes, gênero, estrutura e composição, destinatário

⁹ Mainville (1999, p. 31-32) diz que o *Sinaiticus* faz parte dos chamados manuscritos unciais, isto é, uma escrita romana do século IV de forma arredondada e em maiúscula, descoberto por Constantin von Tischendorf, em 1859, no mosteiro do Monte Sinai.

¹⁰ Paroschi (1993, p. 84) diz que o texto ocidental apresenta alterações bastante radicais nos evangelhos e principalmente em Atos, onde é quase 10 % mais longo que a forma original.

do texto, contexto ou o *sitz im leben*, uma vez que a perícope pertence ao cânon sagrado. Com base nesses critérios, discorreremos sobre essa questão acerca do “falar em línguas”, a partir do contexto sócio-cultural-religioso da época em que o texto bíblico fora escrito, sobre cada um desses elementos, procurando elucidar se essa perícopa, em sua abordagem literária, trata-se do “falar línguas” estrangeiras ou do “falar línguas” desconhecidas?

3. Crítica literária

3.1. Autoria, data e fontes

O autor de *Atos dos Apóstolos* é uma pessoa culta, provavelmente rica e estudada, um pesquisador e, por conta de seus escritos revela-se, conhecedor do mundo da sua época. Pelo que tudo indica, trata-se de um pagão convertido, um prosélito, isto é, adorador de Deus.

Ao escrever o segundo livro¹¹, provavelmente entre os anos 80 e 90 do primeiro século, o autor buscou (como ele mesmo afirma no seu primeiro livro) “fontes seguras”¹² “depois de diligentemente haver investigado tudo desde o princípio”, a fim de escrever conforme havia proposto. Nesse período, várias comunidades cristãs estavam se organizando e estruturando, pois se tratava de um período crítico, difícil, mas muito fecundo na fé. Todavia, alguns escritores insistem em afirmar que o Lucas escritor não é o Lucas descrito nas cartas paulinas como seguidor de Paulo¹³.

¹¹ O primeiro livro é o evangelho de Lucas que segue sequencialmente a história dos feitos de Jesus sendo continuado pelo segundo livro (*Atos dos Apóstolos*) cuja pretensão é narrar sobre a história dos feitos dos apóstolos.

¹² Konings (1998, p. 155) diz que essas fontes utilizadas tanto no evangelho de São Lucas quanto nos *Atos dos Apóstolos* são o evangelho de Marcos e a *Quelle*. Esta última trata-se de “uma coleção de sentenças de Jesus, possivelmente conservada na comunidade cristã de Jerusalém antes da guerra judaica (66-73dC)”.

¹³ Na mesma obra (p. 153), diz que “o autor do livro de *Atos* é o mesmo Lucas que acompanhou o apóstolo Paulo e ajudou-o a evangelizar as igrejas do mundo grego, e, por essa razão, há ocorrências nos atos de algumas indicações de cronologia mundial (1, 5; 2, 1; 3, 1-2 etc.), diálogos, cenas de simpósios, de viagem, etc., como se faz também nas obras literárias helenísticas”; Comblin (1988, p. 59-60) diz que há erros históricos nos *Atos* (9, 26-29; 22, 17; 26, 20) em relação às viagens de Paulo à Jerusalém após sua conversão e a carta ao Gálatas (1, 15-20), e, por isso, afirma que provavelmente o autor de *Atos* não acompanhou Paulo em suas viagens.

Segundo Mosconi (2001), alguns afirmam que o escritor de *Atos* “foi Lucas, companheiro de missão de Paulo, conforme lembrado em algumas cartas (Cl 4, 14; Fm 24; 2 Tm 4, 11). Entretanto, ao relatar as andanças e o trabalho de Paulo por que o autor nunca cita, por exemplo, as cartas dele”? (p. 68). Para Mosconi (2001), o Paulo dos *Atos dos Apóstolos* apresenta-se bastante diferente do Paulo das cartas. Um Paulo diferente daquele milagreiro e poderoso dos *Atos*, símbolo de um verdadeiro missionário cheio da força do Espírito Santo, enquanto as cartas mostram um Paulo “cheio de fraqueza, receio e temor” (I Cor 2, 2-4).

Seja Lucas ou não, o autor de *Atos* é uma pessoa culta, o que faz dele um exímio pesquisador e conhecedor do mundo da sua época. Ao utilizar das “fontes seguras”, não deixa, contudo, de adaptá-las à sua forma de escrita, com certa liberdade, preocupado, sobretudo, com as situações das pequenas comunidades de Jerusalém (espécie de comunidade-mãe) e aos seus arredores, principalmente as comunidades helênicas.

A preocupação com as informações e a versátil habilidade do escritor vão, certamente, destacá-lo entre os demais escritores do Novo Testamento, pois o seu texto, em relação aos outros escritos, é o que mais apresenta um acabamento rigoroso com a escrita e com a forma literária. Sua preocupação é, portanto, de rememorar a atividade de Jesus da primeira história (o evangelho). Ao acentuar que o novo tempo, um novo céu e uma nova terra deveriam ser inaugurados na comunidade-igreja com suas dificuldades reais e não mais centrada na *Parusia*, mas, sobretudo, na “prática cristã no mundo”. É desse modo que Lucas anima as comunidades; sua preocupação era “ensinar a viver a longo prazo” (KONINGS, 1998, p. 132-153, grifos nossos).

3.2. Gênero, estrutura e composição

A construção textual dos *Atos dos Apóstolos* por Lucas se deu, necessariamente, a partir de um resgate memorial (no primeiro momento oral) daquilo que se contava sobre a história do passado de alguns relatos cristãos, na intenção de “fazer agir” os fatos ocorridos outrora, sobre a história do presente. Apesar das influências literárias da época, Lucas manteve um estilo próprio, valendo-se de múltiplas narrações, a exemplo dos variados discursos (pregação missionária e querigmática, catequética

cas e instrutivas, litúrgicas e celebrativas, apologéticas e doutrinárias)¹⁴.

É preciso, pois, levar em consideração que nenhum autor conta uma história por contar. Sempre há por detrás de toda história uma intenção de quem escreve. Por isso, ao abrir a escrita dos *Atos*, Lucas utiliza, intencionalmente, a dedicatória a “Teófilo”, a fim de “ocultar” as suas verdadeiras intenções.

Não nos resta dúvida de que o nome “Teófilo”, descrito como destinatário do texto, aliás dos dois livros, é certamente um “nome simbólico”. Como qualquer hábil escritor, essa simbologia presente no termo “Teófilo”, apresenta, em sua tradução etimológica “amigos de Deus”, representados pelas “comunidades da época do autor, com suas lideranças e seus missionários. É com eles que o autor quer conversar” (MOSCONI, 2001, p. 64). Lucas não só conhecia bem as angústias e as situações não tão favoráveis das comunidades daquela época, mas, sobretudo, preocupou-se em apontá-las nas experiências que, hipoteticamente, ele fez na companhia do apóstolo Paulo. É, nesse período, que, em se tratando de um homem convertido ao cristianismo, a pedido ou não das comunidades, resolveu registrar suas impressões.

Os *Atos* não foram escritos, em absoluto, de “maneira genérica” (MOSCONI, 2001, p. 65). Precisamos questionar nele, qual é a sua mensagem, analisando, primeiramente, as situações concretas que as primeiras comunidades estavam vivendo. Dessa forma, o segundo livro de Lucas está marcadamente estruturado por temáticas plurais, tais como: missão, vida comunitária e de comunhão, a partir da vivência experimental do Espírito Santo como dom emergente de Deus. Se, de fato, são essas as temáticas propostas pelo autor, podemos pressupor que, conforme nos sinaliza o *sitz im leben*, eram exatamente elas que precisavam ser resgatadas e, por isso, vividas pelas comunidades receptoras do texto de *Atos*.

A partir dessa hipótese, podemos prever que os receptores do texto deveriam ser “comunidades com membros vindos do judaísmo e de outras religiões”¹⁵ que apresentavam situações conflituosas e problemas

¹⁴ Fabris (1991, p. 18) diz que Lucas usa como modelo literário a “história religiosa”, seguindo os mesmos paradigmas dos livros históricos, tais como Macabeus, literatura religiosa judaica e os escritos de Flávio Josefo.

¹⁵ Comblin (1988) assinala que Lucas escreve a partir dos problemas concretos das comunidades cristãs, isto é, a partir dos três problemas: a) comunidade mesa; b) judeus e cristãos ao mesmo tempo?; c) cristãos e fiéis ao Império Romano?

oriundos dessas mesmas comunidades, pois se refere às cidades onde Paulo fundou muitas comunidades, da presença do Império Romano, representando a instituição repressora do cristianismo, e de muitas pessoas que abraçavam a missão evangelizadora da qual os apóstolos eram testemunhas oculares. Eram comunidades plurais, a sua maioria localizada fora da palestina, dentro do vasto Império Romano e que sofriam, certamente, pressões das mais variadas possíveis por conta das culturas e religiões diferentes que dificultavam a convivência harmoniosa entre elas.

Em meio a tantas diversidades e divergências cultural e religiosa, os *Atos dos Apóstolos* surgem como proposta de apresentar acontecimentos que mostram, como nos tempos anteriores, que é possível ser um seguidor de Jesus e cumpridor das tradições judaicas, sem levar em conta o lugar e o contexto. E, por isso, instruir as comunidades que a boa notícia de Jesus deve ser levada a todos os povos e nações, independentemente das contradições e das diferenças das outras religiões e culturas. Em suma, torna-se possível viver o seguimento de Cristo, apesar das contradições da vida, vivendo uma vida em comum seja entre pobres e ricos, dentro da mesma comunidade cristã. Apesar dos conflitos e tensões, era preciso manter viva a memória de Jesus, seu exemplo e sua proposta evangelizadora por um mundo melhor, mesmo que, para isso, lhe custasse a própria vida.

Para esse intento, ao escrever os *Atos dos Apóstolos*, o autor provavelmente buscou, nas fontes Marcos e *Quelle*¹⁶, informações importantíssimas e reelaborou esse material, imprimindo nele, de modo significativo, sua impressão pessoal. Ao fazer isso, impossibilitou, muitas vezes, a identificação dos seus escritos com as fontes primárias. Há, certamente, um verdadeiro trabalho de reescrita e cuidado especial com o texto. Isto faz de Lucas, entre os outros autores do Novo Testamento, não só um pesquisador dos fatos e acontecimentos que marcaram a época áurea do início do cristianismo, mas, sobretudo, um habilidoso artista da palavra. É preciso levar em consideração que em algumas perícopes do evangelho, Lucas utiliza fontes próprias aceitas por muitos exegetas. Todavia, não é tão simples assim definir quais são as fontes usadas pelo autor na composição dos *Atos dos Apóstolos* (CASALEGNO, 2005, p. 11).

¹⁶ O documento Q ou fonte Q é um texto perdido hipotético postulado para explicar a existência de material em comum entre os evangelhos cristãos canônicos de Lucas e Mateus, e não presente no de Marcos. A letra Q vem de *Quelle*, palavra alemã para "fonte". J. Hawkins e A. Harnack, foram os responsáveis por esta ideia.

De fato, ao escrever a história, o autor não se preocupou, meramente, em narrar uma história dos *Atos dos Apóstolos*. Sua intenção, embora o texto seja tão bem trabalhado, não fora “simplesmente de narrar as façanhas dos apóstolos” (COMBLIN, 1988, p. 8). Comblin acredita que, naquela época, o título de *Atos dos Apóstolos* não fora dado pelo autor. Talvez a própria comunidade cristã assim atribuiu esse título, uma vez que já circulavam outros escritos apócrifos cuja temática versava exatamente sobre as diversas experiências dos apóstolos. Daí, a preocupação da igreja primitiva, na segunda metade do século II, em reunir os cânones do Novo Testamento. É a partir deste período que o primeiro livro de Lucas (evangelho) será separado do seu segundo livro (*Atos dos Apóstolos*).

Faltou, portanto, nos escritos de Lucas, as atividades ou os atos dos demais apóstolos. Seu segundo livro não buscou detalhadamente como havia proposto ou como o título inicialmente sugere descrever a missão e atividades de todos os apóstolos. Irão se destacar, dentre os 12 apóstolos, as viagens e comunidades fundadas a partir da missão de Paulo. Ao relatar, desde o início de atos, algumas atividades de Pedro e, por eventualidade de João, dedica a maior parte do livro a missão apostólica de Paulo. Comblin sugere, portanto, outro título ao livro, a exemplo de “Atos de Paulo”¹⁷, porque, como se pode ver, a temática do livro foge completamente daquilo que se desenrola durante a narração.

Como nossa intenção, nesse artigo, é analisar uma perícopes do livro, passamos a focar nossa atenção na narrativa, entre tantas outras, sobre a abertura ao Espírito Santo da comunidade dos apóstolos, reunida em Jerusalém, na festa de Pentecostes.

4. Crítica da redação

4.1. O texto: A vinda do Espírito Santo (At. 2, 1-11)

Lucas preocupa-se em apresentar, no enxerto de *Atos* 2, 1-13, o surgimento da Igreja justamente na festa do evento de Pentecostes. Pretensiosamente, o autor assinala este dia extraordinário para os judeus como o dia esperado pela comunidade cristã. Há, neste fato, uma expect-

¹⁷ Comblin (1988, p. 9) diz que “Pedro ocupa um lugar importante, mas consta que intervém fundamentalmente como precursor de Paulo na evangelização das nações, ou então como porta-voz dos Doze na fase inicial da missão enviada por Jesus ressuscitado”.

tativa anunciada pelo autor no início de *Atos*, pois “*descerá sobre vós o Espírito Santo e vos dará força; e sereis minhas testemunhas em Jerusalém, em toda a Judéia e Samaria e até os confins do mundo*” (At. 1, 8).

Este recurso estilístico do autor em preparar, no introito do livro, uma expectativa para aquilo que se ia, no desenrolar da narrativa, acontecer, mostra-nos seguramente que, de antemão, a continuidade da missão evangelizadora de Jesus, a perpetuação da boa nova só deveria, de fato, se tornar realidade, a partir de uma “presença espiritual de Jesus” (DE-LARUE, 1970, p. 48) no seio das novas comunidades. E esta presença espiritual que marcou significativamente o surgimento e o desenvolvimento da Igreja, deveria, somente pela força do Espírito, trazer um novo ardor missionário da presença de Cristo, agora espiritual, para toda a missão da Igreja.

Ao escolher a festa de Pentecostes, já chamada pelos judeus das festas das Semanas, celebrada 50 dias após a Páscoa (comemoração da saída do Egito e da Aliança do Sinai), o autor não desvincula os acontecimentos cristológicos dos acontecimentos vétero-testamentário da tradição judaica; mas, pelo contrário, recorre a eles a fim de dar maior valor interpretativo¹⁸ (2 Cr 15, 10-13; Jubileus, 6, 20; Qumrã) à nova seita¹⁹ que crescia em Jerusalém e demais comunidades cristãs das diversas cidades do vasto Império Romano fundadas pelo apóstolo Paulo.

Lucas queria, na verdade, dizer algo àquelas comunidades destinatárias de *Atos*. Se este livro é marcado, em suas entrelinhas, pelas temáticas de missão, comunhão, comunidade e abertura ao Espírito Santo, só podemos que ele fora inspirado nas situações concretas daquelas comunidades cujos membros vinham do judaísmo e de outras religiões e esta convivência não deveria ser tão harmoniosa.

A presença de judeus e de outros povos nessas comunidades cristãs é apresentada em *Atos* 2, 1-11, quando estavam reunidas em Jerusalém, no dia de Pentecostes. O livro de *Atos* quer nos mostrar que, a prin-

¹⁸ *BÍBLIA de Jerusalém* (1981, p. 1422) diz que antes da festa da colheita (*Ex* 23, 14), o Pentecostes tornara-se também festa da renovação da aliança (cf. 2 Cr 15, 10-13; JUBILEUS, 6, 20; QUMRÃ). Este novo valor litúrgico pôde inspirar a encenação de Lucas, que evoca o dom da Lei no Sinai.

¹⁹ Comblin (1988, p. 48), conforme a distinção de E. Troeltsch, seita, em seu sentido sociológico, diz que “é uma associação de elites, de pessoas que buscam uma perfeição em todos os sentidos” e, em se tratando de um grupo cristão, “forma-se pela livre adesão de convertidos”, ao ponto de viver em tensão escatológica pelo simples fato de não adaptar-se ao mundo.

cípio, a presença desses povos quer, por sua vez, mostrar que é possível ser seguidor de Jesus sem desvincular-se às tradições judaicas. A partir do batismo no Espírito é possível testemunhar a Boa Nova de Jesus a todas as nações e povos, independente das diferentes culturas e religiões. E, por fim, mostrar que é possível a convivência entre ricos e pobres, entre homens e mulheres e até mesmo entre as comunidades cristãs e o Império Romano.

Nesses versículos (1-11), o autor resgata as imagens simbólicas do Antigo Testamento. Trata-se, portanto, de uma analogia e aperfeiçoamento de algumas figuras do Antigo Testamento, a exemplo da celebração da colheita, de grande valor religioso à tradição judaica. Lucas apresenta a Igreja como o Povo da Nova Aliança. O Pentecostes do Monte Sinai passa a ser, na linguagem dos Atos, o novo Sinai, onde a Lei já não é mais uma lei imposta e dura de se cumprir, mas uma lei espiritual, isto é, o próprio Espírito de Deus dado a todos os fiéis como uma linguagem nova; capaz de falar a língua de todas as nações, pois, no Novo Pentecostes, esta linguagem torna-se, para todos, conhecidas. Trata-se da linguagem do Amor. “Ao receber este Espírito, a Igreja começa a realizar em si mesma e no mundo a Nova Aliança, preconizada por Jeremias e Ezequiel (cf. Jr. 31, 31-34; Ez 11, 19-20)” (FERREIRA, s/d, p.1).

Procuramos dividir a narrativa de Atos 2, 1-11 em dois momentos, conforme fez Ferreira (s.d.) em seu comentário. No primeiro momento, entre os versículos 1-4, trataremos de interpretar a vinda do Espírito Santo como o dom prometido por Jesus (At. 1, 8; Lc 24, 29; Jo 15, 26; 16, 7. 13). E, no segundo momento, tentaremos apresentar o fenômeno das línguas como a linguagem do Espírito, onde todos podem, universalmente, compreender-se e, por isso, maravilhar-se das experiências com a dimensão sobrenatural e a convivência com o outro, a partir da experiência da linguagem do amor.

4.1.1. O fenômeno do Espírito (vv. 1-4)

Os sinais hierofânicos apresentados por Lucas são inspirados nos relatos do Sinai. Percebe-se, pois, uma forte ligação com a narração de Ex. 19, 2,8; 20,2. Em Pentecostes, a presença do Espírito, segundo Lucas, penetra visível e sentimentalmente a Igreja. Esta presença é marcada por

um “som, como de um vento impetuoso”²⁰ e pelo fogo que recordam os relâmpagos, trovões e o fogo do Sinai (*Ex.* 19, 16-19; *Dt* 5, 4s; *Hb* 12, 18s). Nessa narrativa, a linguagem comparativa é bastante marcada, desde o resgate do dia de Pentecostes e a comparação com os 40 dias da ressurreição de Jesus até a sua ascensão e espera, por parte dos apóstolos, do Espírito. Esta linguagem é um recurso simbólico utilizado pelo autor a fim de representar os fenômenos da hierofania do Espírito no momento da sua descida e batismo espiritual da comunidade apostólica.

No início dos *Atos*, a imagem de Jesus que sobe nas nuvens ao céu, análoga a imagem de Elias que sobe numa carruagem de fogo e deixa o seu manto a Elizeu que, por sua vez, recebe uma porção dobrada do Espírito (2 *Reis* 2, 1-13). “Era para dizer que o espírito profético não morre” (MOSCONI, 2001, p. 58). Em termos comparativos, Elizeu torna-se o continuador da missão de Elias, assim como a comunidade dos apóstolos reunida em oração torna-se para Israel e a todas as nações os continuadores da mesma missão de Jesus. É esta a intenção de Lucas.

A simbologia das “línguas” é muito evidente nessa narrativa. Para Lucas, o fogo tem forma de línguas e repousa sobre cada um presente no cenáculo. Essas línguas, segundo Ferreira, representam a universalidade da Igreja e a sua comunicabilidade com o mundo. “Rabi Johanan, ensinando sobre o Sinai, diz que ‘a voz saiu e se repartiu em 70 vozes ou línguas, de modo que todos os povos a entendessem; e cada povo ouviu a voz na sua própria língua’” (FERREIRA, s/d, p. 1).

O fogo, “símbolo do tónus vital e do esplendor de Deus” (KÜRZINGER, 1971, p. 51) representa o batismo anunciado no primeiro livro de Lucas: “ele vos batizará no Espírito Santo e no fogo” (*Lc* 3, 16b). É somente após esse batismo que a Igreja terá condições de continuar a missão salvífica de Jesus e comunicá-la a todos os povos e nações. Essa comunicação dar-se-á através do falar em outras línguas (*glossas*) que se revela nas línguas de fogo, experiência que capacitam os discípulos a falarem idiomas estranhos ou línguas incompreensíveis (*glossolalia*)²¹ que,

²⁰ Taylor (2000, p. 1378) diz que “el término griego para decir viento em *Hch* 2, 2 – *pno* – está íntimamente relacionado com *pneuma*, que, como el hebreo *ruah*, puede significar a la vez viento y espíritu”.

²¹ *Glossa* (grego) significa língua; *lalia* (grego) significa o ato de falar línguas. *Glossolalia*: palavra formada dos dois termos gregos que se refere ao dom de línguas. Dom de línguas é um milagre divino em que, no exercício da vontade e sabedoria divinas, o Espírito Santo concede a alguns crentes

de acordo com Paulo, só podem ser interpretadas pelo mesmo Espírito Santo?

4.1.2. O fenômeno das Línguas (5-11)

A interpretação do fenômeno das línguas, ocorrido em Pentecostes e nas comunidades cristãs, divide a opinião de muitos teólogos. No evento bíblico de Pentecostes, percebe-se que há uma capacitação do Espírito Santo aos discípulos a fim de que estes falassem milagrosamente as línguas daqueles habitantes estrangeiros dos diferentes lugares do mundo romano (partos, medos, elamitas; os que habitam a Mesopotâmia, a Judéia, a Capadócia, o Ponto, a Ásia etc. At 2, 9).

Em contrapartida, algumas interpretações antigas dos padres da Igreja primitiva e dos movimentos Pentecostais atuais, não só entendem o fenômeno de Pentecostes de forma “místico-mágica”, mas também os demais eventos ocorridos nas primeiras comunidades. O falar em línguas é, muitas vezes, interpretado como balbucios, orações ininteligíveis, gemidos, assim como acontece nos movimentos carismáticos. São esses eventos ocorridos em Pentecostes, nas comunidades primitivas e, atualmente, da RCC, comuns?

Cirilo de Jerusalém (*apud* SANTANA, p. 50), em suas catequeses catecumenais, entre os anos de 348 a 350 d. C., ao referir-se acerca do fenômeno de Pentecostes, observa que “o carisma da glossolalia ali experimentado [...] é expressão da atividade sábia e inaudita do Espírito” e que a “efusão do Espírito que produz uma ‘embriaguez’ At 2, 13), interpretada como embriaguez do vinho, é para esse autor, uma ‘embriaguez’ do Espírito, reservada para os tempos das delícias abundantes de Deus, pois o Espírito, segundo o nosso autor, é o verdadeiro vinho dos tempos novos” (*Ibid.*, p. 50).

O fenômeno das línguas é considerado como o milagre de Pentecostes. Assemelha-se ao carisma da glossolalia, frequentemente usado nos primórdios da Igreja (At. 10, 46; 11, 15; 19, 6; I Cor. 12-14; cf. Mc 16, 17) e algumas passagens do profetismo israelita do Antigo Testamento (comentadas pelos primeiros padres da Igreja) antecede o Pentecostes,

o poder de falarem em idiomas que não aprenderam pelos processos naturais, e isto para o fim de testemunharem eles de Jesus Cristo perante os que não creem.

a exemplo de cf. *Nm* 11, 25-29; *I Sm* 10, 5-6. 10-13; 19, 20-24; *I Rs* 22, 10 e de cf. *Jl* 3, 1-5, citado por Pedro nos versículos 17s do *Atos* 2.

Há presente, de acordo com Comblin (1988, p. 88), uma tradição que antecede os escritos do autor de *Atos* dos apóstolos, cuja narrativa consta somente os vv. 1-4. 6a.12-13, indicando o fenômeno da glossolalia, fenômeno dos carismas, semelhante os outros fenômenos também do livro dos *Atos*, a exemplo de 4, 31 e as exortações de Paulo nas comunidades de Corinto. O que diferencia nessas narrativas é que elas não falam, como em Pentecostes, sobre o testemunho e missão, subentendendo que os apóstolos falavam línguas diversas, isto é, idiomas nacionais, embora de forma confusa, o que sugeria que eles estavam como que embriagados.

Segundo Comblin (1988), Lucas acrescenta a esta tradição do deramamento do Espírito os versículos 5. 6b-11. Este acréscimo fez com que os apóstolos falassem todos como galileus e cada povo os entendesse em sua língua materna, relacionando, entre si, o milagre a missão e o testemunho entre todas as nações. Esta mudança, certamente, fez com que o texto ganhasse das intenções do escritor uma ênfase muito maior em seus aspectos proféticos do que propriamente no fenômeno da glossolalia.

Em relação ao evento de Pentecostes, trata-se de um recurso divino de fazer com que a palavra anunciada (*Kerigma*) pudesse chegar a todos os povos e, a este propósito, Deus dá o dom de falar diversas línguas, conforme nos evidencia Paulo (*I Cor.* 12, 13 e 14). Esse mesmo dom, conforme nos mostra Paulo, continuava a ser utilizado nas celebrações comunitárias, ao ponto de alguns cometerem certos exageros (*I Cor.* 14, 26-33). Resta-nos saber, entretanto, se o “dom das línguas” é similar ao das duas ocasiões tratadas por Paulo?

4.2. O falar em línguas em *Atos* 2, 1-13

Na concepção do pentecostalismo protestante e católico, o “falar outros idiomas” (fenômeno de Pentecostes) passou, no decorrer do tempo, a ser também visto como “falar em línguas” incompreensíveis (..), não faladas por povos ou nações, isto é, não entendidas e nem do domínio humano. Trata-se de um “fraseado incompreensível e extático” (KÜRZINGER, 1971, p. 52), cuja interpretação do conteúdo da língua deve ser feita apenas por mediação profética, ou seja, pelo dom da interpretação das línguas, pois

aquele que fala em línguas não fala aos homens, senão a Deus: ninguém o entende, pois fala coisas misteriosas, sob a ação do Espírito. Aquele, porém, que profetiza fala aos homens, para edificá-los, exortá-los e consolá-los (1 Cor 14, 2-3).

Podemos perceber, portanto, que, conforme evidencia Paulo, há, na prática comunitária dos primeiros cristãos, outra forma de falar em línguas, mais voltada para um “orar” em línguas, cujo locutor é o crente e seu interlocutor ou destinatário seja Deus. Em dois documentos católicos, a Igreja Romana reconhece esse fenômeno. No seu *Catecismo*, assim se expressa:

Seja qual for o seu caráter, às vezes extraordinário, como o *dom* dos milagres ou *das línguas*, os carismas se ordenam à graça santificante e têm como meta o bem comum da Igreja. Açam-se a serviço da caridade, que edificam a Igreja (CIC, n. 2003, grifos meus).

Nas Diretrizes e Normas para a Renovação Carismática Católica (documento 53 da CNBB), a Igreja reconhece o atual uso bíblico do dom das línguas (orar e falar em línguas), embora proíba que se use nos Encontros de Oração Carismáticos, uma vez que, segundo o texto, torna-se difícil discernir o que são sentimentos humanos e inspiração do Espírito, pois segundo o documento,

O destinatário da oração em línguas é o próprio Deus, por ser uma atitude da pessoa absorvida em conversa particular com Deus. E o destinatário do falar em línguas é a comunidade. O apóstolo Paulo ensina: ‘Numa assembleia prefiro dizer cinco palavras com a minha inteligência para instruir também aos outros, a dizer mil palavras em línguas’ (1 Cor 14, 19). Como é difícil discernir, na prática, entre inspiração do Espírito Santo e os apelos do animador do grupo reunido, não se incentive a chamada *oração em línguas* e nunca se fale em línguas sem que haja *intérprete*’”. (CNBB, n. 53, 1994, p. 29 – grifos nossos).

Para esta compreensão, a repreensão de Paulo (1 Cor. 14) e a instrução de “gemidos inexprimíveis” (*Rm* 8, 26-27), referindo-se ao orar do Espírito no fiel, são de suma importância e a chave bíblica para entender esse fenômeno, pois subentende que os discípulos e as primeiras comunidades cristãs utilizavam em seus cultos frequentemente os dons espirituais – e parece haver, portanto, uma diferenciação – do falar em línguas, praticado nas comunidades paulinas do acontecimento inicial de Pentecostes.

No propósito de melhor compreender e distinguir o fenômeno das línguas ocorrido em Pentecostes e em outras passagens de *Atos dos Apóstolos* (At. 4, 31; 10, 46; 11, 15; 19, 6), passemos a distinção das manifes-

tação das línguas. De acordo com o dicionário enciclopédico da Bíblia, esse

fenômeno **[glossolalia]** não é a mesma coisa que o ‘falar em línguas’ (o milagre de Pentecostes), mas consistia nisso que a pessoa [...] proferia sons ininteligíveis e palavras sem nexo, que se tornavam compreensíveis apenas para quem possuía o **carisma da interpretação** (I Cor 14, 10)” [...], **enquanto que** “São Lucas vê no milagre um símbolo da universalidade do evangelho (cf. At 2, 5) que se adapta à natureza de cada um (cf. At 2, 8). Talvez tenha considerado como o inverso da confusão das línguas em Babel (A VAN DEN BORN, p. 242, grifos nossos).

Podemos perceber que, conforme nos elucida Santana acerca da cristologia pneumatológica, a partir dos testemunhos escritos dos Padres da Igreja, “a celebração litúrgica dos Sacramentos da Iniciação Cristã, meta a que visava o catecumenato, converte-se, segundo os Padres, em lugar privilegiado para uma experiência de Deus e de seu Espírito” (SANTANA, 2000, p. 14). Dessa forma, os fenômenos das línguas não foram, única e exclusivamente percebidos na vinda do Espírito (Atos 2, 1-11) e nas vivências das primeiras comunidades (2, 42-47; I Cor 12. 13 e 14), mas continuou durante e depois da organização institucional e hierárquica da Igreja, por certo período de tempo.

A Igreja e a tradição patrística do Oriente, em seus primórdios, viviam sob a dimensão pneumatológica²², uma vez que a liturgia dos Padres era, exclusivamente, teologia-litúrgica pneuma-epiclética. Dessa forma, “o poder operativo” e os “ritos sagrados”, bem como a “intervenção hipostática da terceira Pessoa da Trindade” faziam com que a Igreja vivesse num “regime pentecostal”, sob a influência contínua de um pentecostes perene na experiência sacramental. É Ele (Espírito Santo) que é invocado em todo o rito/culto sacramental de iniciação cristã, presente nas experiências dos catecúmenos, dos padres e da assembleia dos fiéis, com um forte teor pneumático, o que permitia a Igreja ser, em seus primórdios, denominada uma Igreja Carismática.

A nosso ver, a presença do Espírito Santo era garantia de uma vivência mais ardente entre “assembleia-espírito” e “palavra-espírito”, constituindo, assim, o fundamento da espiritualidade cristã dos primeiros

²² Santana (2000, p. 60) diz que “é no âmbito da celebração dos Sacramentos da Iniciação Cristã que os Padres da Igreja se referem àquela efusão do Espírito ou um “Batismo no Espírito”, que era como que a base e o ponto de partida para uma real e profunda experiência do Deus Uno e Trino e do Mistério da Igreja.

séculos da Igreja, com fortes tendências emocionais, assim como acontece atualmente entre os carismáticos.

No contexto atual, o objetivo primeiro do movimento da RCC, no seio da Igreja Católica, denominado Pentecostal, por fazer-se alusão ao que ocorrera nos primórdios do cristianismo com o evento de Pentecostes, nos *Atos dos Apóstolos*, no capítulo 2, 1-13, consiste na perpetuação dos *charismata*, ou dons espirituais que se configuram, por conseguinte, numa retomada das experiências primitivas. A RCC reconhece que

Os carismas, portanto, não são novidades trazidas pela Renovação Carismática Católica, a não ser no aspecto do seu exercício nos tempos atuais. Os grupos de oração tornaram possível a sua manifestação em maior intensidade, percebendo sua qualidade de “dom” para todos os que crerem, consequência normal do batismo no Espírito. [...] Os carismas estão amparados na doutrina da Igreja, além de serem fundamentados biblicamente. Esses dons de adoração, louvor e oração aprofundam a dimensão contemplativa da fé cristã e as dádivas de serviço animam a vida de santidade (MARIOTTI et. al., s/d).

Com base na análise feita anteriormente, podemos perceber “a situação vital em que o texto foi escrito, ‘o lugar social’ de toda a narrativa” (FERREIRA, s/d, p. 34) bíblica, isto é, a periferia, os grupos que estão à margem, frutos do ambiente social de exclusão, da voz dos oprimidos e a denúncia da voz dos dominadores.

O texto de *Atos* 2, 1-13 torna-se o cumprimento do que fora anunciado anteriormente, em *Atos* 1, 8, a respeito da pergunta dos apóstolos quanto à restauração do reino de Deus: “*Senhor, será agora que hás de restaurar a realeza em Israel?*”. Jesus não dá a resposta, mas deixa claro que entenderão tudo, após a vinda do Espírito Santo que “*descerá sobre vós e de recebereis força. Sereis, então, minhas testemunhas em Jerusalém, em toda a Judéia e Samaria, e até os confins da terra*” (*At.* 1, 8).

A vinda do Espírito Santo é, portanto, a força dinâmica que faltava aos apóstolos para, em definitivo, sonhar e lutar pela restauração do reino de Israel que começara, conforme o entendimento e intenção do autor de *Atos*, em Jerusalém, na festa de Pentecostes. A simbologia do monte Sinai está fortemente presente na narrativa, apontando o ruído sobrenatural e o fogo e as línguas divinas semelhantemente a *hierofania* do evento judaico-sinaítico.

Trata-se de um poder sobrenatural capaz de promover a restauração do reino de Israel, não somente em seu plano Espiritual, mas também em sua dimensão material, pois são testemunhas oculares do Cristo que instauram em definitivo, pela força do alto, o seu reino na terra. Reino de

paz e de amor, mas, sobretudo, de justiça. Testemunhas que, conforme vemos no discurso querigmático de Pedro, não temem em anunciar e denunciar.

Pedro é o primeiro a anunciar a instauração do reino e denunciar a morte de Jesus e quem foram os seus malfetores:

Homens de Israel, escutai estas palavras! Jesus de Nazaré foi por Deus aprovado entre vós com milagres, prodígios e sinais que Deus operou por meio dele entre vós, como bem sabeis. Este homem, que fora entregue segundo o desígnio bem determinado e a presciência de Deus, vós o entregastes, crucificando-o por mão de ímpios. (At. 2, 22-23).

Nesse ínterim, o texto de Atos 2, 1-13 deixa transparecer algumas tensões religiosas e política, embora pareça haver, por parte do autor, uma forte intenção de assemelhar a narrativa ao acontecimento do Pentecostes judaico, cuja festa, depois da celebração da colheita, passou a ser a festa da renovação da aliança (cf. 2 Cor 15, 10-13; JUBILEUS, 6, 20; QUMRÃ).

Em relação às tensões religiosas, os judeus cristianizados eram considerados, à época, grupos cismáticos de uma nova seita denominada cristianismo e, por isso, eram, constantemente, perseguidos. A religião oficial judaica sentia-se ameaçada pelo anúncio do Cristo, enquanto que as autoridades políticas se incomodavam com o messias, o libertador. Quanto às tensões políticas, sabemos que o poder político local via como ameaça o crescimento de um líder popular capaz de mobilizar a população e poder, inclusive, promover revoluções contra o domínio romano.

O Império Romano era o sistema político vigente na época da narração e da escrita do texto, cujo domínio também se estendia à Palestina de Jesus. A sociedade dividia-se entre os possuídos ou dominadores (Império Romano) e os despossuídos ou dominados (judeus) habitantes da palestina, considerada província de Roma. Por outro lado, havia o sistema religioso dominante da religião judaica que impunha seus ritos e normas religiosas e que, de certa forma, exercia o poder de ser a única instituição legitimada a falar em nome do Deus de Israel.

Atualmente, observamos, na sociedade global moderna, a mesma estrutura político-religiosa, salvo as devidas proporções, onde a única coisa que muda é o regime político, denominado, hoje, como capitalismo. Estes regimes políticos são semelhantes ao império do mal que oprimem o povo tanto na história de Israel quanto na história contemporânea do povo cristão. Este último, assim como na história bíblica, é subor-

dinado pelo capitalismo triunfante e oprimido pelos mais diversos sofrimentos, consequentes da arrogância dos ricos dominadores, cuja corrupção manda na economia e na política.

Precisamos perceber na leitura de *Atos* 2, 1-13 o surgimento de uma igreja comunitária voltada para o outro. A Igreja inaugurada em Jerusalém nasce, sobretudo, para ser uma comunidade de partilha. O Espírito Santo é, *par excellence*, o autor de sentimentos de amor, ternura, solidariedade, de serviço e partilha nas primeiras comunidades cristãs. Em termos de exemplificação, essas primeiras experiências comunitárias estabeleciam-se quando os cristãos perseveravam na oração, nos ensinamentos dos apóstolos e na fração do pão. Estas práticas possibilitaram aos fiéis viverem unidos e, apesar das adversidades, a pôr “*tudo em comum [...] uma vez que [...] vendiam as suas propriedades e os seus bens e dividiam o preço entre todos, segundo as necessidades de cada um*” (*At.* 2, 44-45). Esse era, em suma, o modelo ideal de comunidade para os cristãos cujo texto de *Atos* fora escrito.

É, a partir dessa mensagem, da fé e esperança das primeiras experiências com o Espírito Santo (MOSCONI, 2001, p. 93) que o autor de *Atos* busca animar as comunidades de sua época, bastantemente marcadas pela perseguição romana e pela instituição religiosa oficial. Nesse sentido, Pentecostes é fundamentalmente, antes de tudo, “o ponto de partida da história da marcha do testemunho” (COMBLIN, 1988, p. 87), acontecimento que levou o autor de *Atos* a intencionar que toda a iniciativa evangélica foi atribuído ao Espírito Santo e se revela nos fatos concretos da vida comunitária.

A comparação do fenômeno das línguas de Pentecostes e do fenômeno das línguas de Babel vai nos fornecer a chave para entender a mensagem da narrativa da vinda do Espírito Santo, enquanto poder dinamizador e inaugurador dos novos tempos, cujo “Reino de Deus está no meio de vós” (*Lc.* 17, 21). A simbologia de Babel mostra, contrário ao evento de Pentecostes, a destruição de um antigo regime babilônico do século VI a. C. A pretensão desse Império era, pois, escalar as alturas celestes e proclamar seu domínio sobre o mundo. “Era a divinização do poder, para seguir dominando para sempre” (MOSCONI, 2001, p. 89). A torre de Babel, parábola contada de geração em geração, era o símbolo dos Impérios opressores que, ao longo dos séculos, dominou a cultura, a religião dos povos dominados, inclusive do povo hebreu. Na história babilônica, Deus, entretanto, confunde suas línguas, fazendo com que não haja mais entendimento entre os povos.

A parábola da torre de Babel mostra a ação de Deus junto aos povos dominados, fazendo com que estes reagissem, ao tomar consciência da própria dignidade e não deixassem levar avanti a construção do projeto idolátrico babilônico. Em outras palavras, a vitória do povo hebreu e a derrota do Império babilônico mostram o fim da “globalização do poder”, isto é, “da imposição de uma cultura sobre as outras”. Esta é, pois, a vitória dos povos dominados, dos excluídos, dos pobres de Javé, daqueles que, muitas vezes, não podem falar porque não falam a “língua dos poderosos”, mas a língua do Espírito capaz de confundir os entendidos. Esta é, em síntese, a vitória de Deus. Deus sempre está do lado dos pobres.

5. Considerações finais

A linguagem do Espírito, isto é, o “dom das línguas”, por mais difícil que seja sua interpretação, inaugurava um novo tempo messiânico a partir de um novo regime econômico totalmente diferente do regime imperial romano. Inaugurava-se o regime do espírito, onde não poderia haver excluídos. Um mundo novo sem preconceitos e sem diferenças, desvinculado dos sistemas opressores e causadores da morte; um mundo sem individualismo, sem nacionalismo desmedido, “sem divisões internas e externas”, onde todos falam a mesma língua, seja ela vernacular ou não vernacular.

Este projeto messiânico do reino de Deus encontra respaldo na sociedade moderna e pós-moderna. Suas testemunhas devem hoje garantir o direito à vida e à liberdade e, para tanto, torna-se preciso a valorização das culturas e costumes locais. O projeto de Deus precisa garantir a paz e a justiça a todos os povos, mas é urgente a necessidade de lutar para a realização de uma festa autêntica de Pentecostes. Essa luta contra o sistema opressor idolátrico e tirânico do sistema capitalista não terá êxito sem uma veemente denúncia das injustiças e de todas as formas de mal que regem sociedade, “de todo o mal que estraga a vida, a dignidade, o amor” (MOSCONI, 2001, p. 91) definidos com a linguagem universal do Espírito Santo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÍBLIA de Jerusalém. Trad. do texto língua portuguesa diretamente dos originais. São Paulo: Paulinas, 1981.

CASALEGNO, A. *Ler os Atos dos Apóstolos*. Estudo da teologia lucana da missão. São Paulo: Loyola, 2005.

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. *Orientações pastorais sobre a renovação carismática católica*. São Paulo: Paulinas, n. 53, ano 1994.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

COMBLIN, José. *Atos dos Apóstolos*. Petrópolis: Vozes, 1988.

DELARUE, Georges. *Os Atos dos Apóstolos*. Infância da Igreja. São Paulo: Paulinas, 1970.

FABRIS, Rinaldo. *Os Atos dos Apóstolos*. São Paulo: Loyola, 1991.

FERREIRA, Joel Antônio. *Atos 2, 1-11: A linguagem do Espírito é o amor*. Resumo. Goiânia: [No Prelo].

SANTANA, Luiz Fernando. *Batizados no Espírito Santo: a experiência do Espírito Santo nos padres da Igreja*. São José dos Campos: Comdeus, 2000.

KONINGS, Johan. *A Bíblia nas suas origens e hoje*. Petrópolis: Vozes, 1998.

KÜRZINGER, Josef. *Atos dos apóstolos*. Primeira Parte. Trad. Irene e José Kloh Filho. Petrópolis: Vozes, 1971.

LEVORATTI et alli. *Comentário bíblico internacional: comentário católico y ecumênico para el siglo XXI*. Navarra. Espanha: Verbo Divino, 2000.

MAINVILLE, Odette. *A Bíblia à luz da história*. São Paulo: Paulinas, 1999.

MARIOTTI, Alides D.; LUNGNANI, Antonio C.; SOUZA, Ronaldo J. *Carismas*. RCC. Escola Paulo Apóstolo. São José dos Campos Comdeus, s.d.

MARTINS, Manuel Frias. Crítica literária. In. *E-dicionário de termos literários*, coord. de Carlos Ceia. Disponível em:

<http://www.fcsh.unl.pt/invest/edtl/verbetes/C/critica_literaria.htm>. Acesso em: 18-09-2011.

MOSCONI, Luís. *Atos dos apóstolos*. Como ser igreja no início do terceiro milênio? São Paulo: Paulinas, 2001.

PAROSCHI, Wilson. *Crítica textual do novo testamento*. São Paulo: Vida Nova, 1993.

SILVA, José Pereira. *Crítica textual e edição de textos*. Rio de Janeiro: O autor, 2005.

SPAGGIARI, Bárbara; PERUGI, Maurizio. *Fundamentos da crítica textual*. História, Metodologia, Exercícios. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

TAYLOR, Justin. Hechos de los Apostoles. In. LEVORATTI et alli. *Comentário bíblico internacional: Comentário Católico y Ecuménico para el siglo XXI*. Navarra, Espanha: Verbo Divino, 2000.

WEGNER, Uwe. *Exegese do novo testamento*. Manual de Metodologia. São Leopoldo: Sinodal. São Paulo: Paulus, 2001.

WELLEK, René. *The Term and Concept of Literary Criticism*. In. _____. *Concepts of Criticism*. New Haven: Yale University Press, 1963.

VAN DEN BORN, A. *Dicionário enciclopédico da Bíblia*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

**COMENTÁRIOS À RECENSÃO CRÍTICA
DO PROF. EDUARDO TUFFANI**

Eduardo de Almeida Navarro (USP)
edalnava@yahoo.com.br

RESUMO

A tupinologia tem sido um campo de estudos deveras prejudicado por amadorismos de toda espécie. O estruturalismo linguístico anti-historicista, embaído por seu pretenso caráter de “ciência”, acredita que o uso de jargão arrevesado confira cientificismo a suas análises, descurando o principal, a saber, o conhecimento direto das fontes primárias. É o que revela a recensão de Tuffani.

No contexto de uma polêmica suscitada por uma recensão crítica que elaborei de um livro sobre nheengatu recentemente publicado, estranhamente surgiu uma recensão crítica de minha tese de livre-docência, defendida há seis anos e com um único volume disponível ao público, a saber, na biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, em São Paulo. Intitula-se *Uma Tese de Tupi Antigo I*, do professor Eduardo Tuffani, da UFF, publicada na Revista *Philologus*, n. 52, do período de janeiro-abril de 2012.

Tuffani fez a recensão crítica de um trabalho meu que não está publicado, o que é inusitado. As verdadeiras intenções de seu autor ficam evidentes quando se conhecem os pormenores do assunto. Ocorre que na recensão feita ao livro de Aline Cruz eu teci críticas ao Prof. Aryon Rodrigues, da UNB, amigo de Tuffani. Querendo sair em sua defesa, mostrando sabença de um assunto que não domina senão perifericamente (edições, bibliografia, fontes secundárias etc.), Tuffani deu mostras de seu parco conhecimento de tupi antigo e perdeu credibilidade.

O texto de meu *Dicionário de Tupi Antigo* que ele leu data de 2006 e foi cabalmente modificado mediante revisão que dele empreendi

no ano de 2008 (tendo eu, então, usufruído licença-prêmio somente com tal mister). Vários defeitos que aquele trabalho portava eu mesmo já os deli há muito tempo. Justamente porque sou criterioso é que meu dicionário levou anos para ser feito e revisto, não tendo ainda ido ao prelo. Embora eu não creia que o conhecimento de tupi antigo de Tuffani chegue ao nível que lhe permita arvorar-se em crítico de obras acerca daquela língua, farei aqui algumas observações acerca de seus reparos, muitas delas beirando as raías da calúnia.

Não lançarei mão de “*argumentum ad hominem*” para repelir as críticas virulentas do Prof. Eduardo Tuffani a meus trabalhos, pois tal argumento é falacioso. Importa ver o que se disse, não quem o disse. É o que colimaremos fazer aqui. Contudo, a consulta ao “*curriculum vitae*” de Tuffani dá-nos o que pensar. Malgrado esteja no ensino universitário desde 1987 (isto é, há vinte e cinco anos), Tuffani não fez mestrado, não defendeu nenhuma tese de livre-docência, nunca fez um pós-doutoramento, tem somente 14 artigos publicados (um a cada dois anos de sua carreira, em média), dois livros publicados por editoras que publicam apenas mediante pagamento (Editora Íbis de Cotia e HVF Representações, de São Paulo, sendo um deles sua própria e única tese), nunca orientou ninguém em nível de pós-graduação nem de graduação, nunca ministrou uma palestra nem uma conferência em toda a sua vida. Publicou em vinte e cinco anos somente dois artigos sobre tupi antigo, no total de 15 páginas, somados os dois.

Ora, se ele exige de mim “espírito científico”, deveria dar o exemplo e dedicar-se com vigor à pesquisa, o que não faz nem nunca fez. E o que é mais assombroso é que está em RDIDP e é associado! Infelizmente, trabalho acadêmico em universidade pública não é, hoje, para muitos, nem um ideal nem uma vocação para os estudos e o ensino.

Voltando às críticas de Tuffani, enumerarei as que julgo dignas de resposta. Há outras tão fracas e inconsistentes que não merecem o trabalho de serem confutadas. Estas tratam de questões muito secundárias, como a negação da existência de textos que realmente figuram em Lemos Barbosa (que é só um gramático contemporâneo, não uma fonte primária), o desrespeito a normas da ABNT, a omissão de autores inexpressivos na bibliografia de meu dicionário etc.

Vejamos os principais pontos da controvérsia:

1. Navarro mantém há vários anos, em seu Currículo Lattes, esse trabalho como livro publicado, o que até o início da redação deste texto, 31 de janeiro de 2011, não se justifica uma vez que, até esta data, o livro não foi publicado. Compreendo que Navarro queira divulgar o seu trabalho e que deva fazê-lo, mas não é recomendável dar como publicado um livro que ainda não foi posto à disposição do público.

Qualquer pessoa que se dispusesse a consultar meu *curriculum* Lattes (que estava bem desatualizado e falto de muitas informações na altura do início desta polêmica) vê que Tuffani mente ao dizer que lá se encontrava um *Dicionário de Tupi Antigo* que eu ainda não publiquei. Se ele ali figurou no passado foi porque a Editora Global havia dado como certa sua publicação em anos pregressos. A Editora Vozes pretendia publicá-lo em 2001, mas eu julguei prematuro fazê-lo, pois desejava que ele fosse minha tese de livre-docência, como de fato ocorreu mais tarde. Nunca me vali, contudo, dessas informações para obter qualquer proveito. Nunca solicitei bolsa de produtividade ao CNPq, nem bolsas para orientandos à FAPESP, que se valem do *curriculum* Lattes para deliberar acerca da justiça e oportunidade de tais concessões. Destarte, não houve nenhuma má-fé de minha parte, somente falta de experiência com o uso da Internet, que passei a usar com perícia apenas a partir de 2005, sendo que os dados em meu *curriculum* Lattes eram antes inseridos por uma funcionária de meu departamento na USP, mediante pagamento.

O dicionário ainda não foi publicado, não por minha culpa, mas por dificuldades internas da Editora Global, com a qual trabalho há anos, e que esteve, nos anos passados, assoberbada de atividades com a publicação de obras de autores clássicos do Brasil, as quais edita com exclusividade. A publicação do livro está atrasada há anos por razões alheias a minha vontade, mas o contrato com a editora Global já foi firmado há muitos anos.

2. Em “Os estudos de tupi antigo e a crítica estruturalista”, p. ix, Navarro cita o Prof. Mansur Guérios à frente da cadeira de etnografia e língua tupi da Universidade do Paraná. Na p. xiii, diz que tal cadeira se extinguiu nos anos 90. Segundo comunicação pessoal feita pelo Prof. Aryon Dall’Igna Rodrigues, paranaense, discípulo de Rosário Farâni Mansur Guérios, tal cadeira nunca existiu na atual Universidade Federal do Paraná.

Ora, Tuffani usa as palavras de quem está envolto numa polêmica como prova cabal de falsidade de minha asserção. Testemunho suspeito, portanto.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná foi fundada em 1938. Pela lei 2.311, de 3 de setembro de 1954, tornava-se obrigatória a criação do curso de *Etnografia Brasileira e Língua Tupi* em todas as faculdades daquela natureza no Brasil. O Paraná ter-se-ia mantido infenso ao cumprimento da lei?

Em 1994 eu participei de congresso na Universidade Federal do Paraná e seus organizadores disseram-me que se havia aposentado, havia pouco, um professor de língua tupi naquela instituição. É tudo o que posso dizer sobre tal assunto.

3. Na p. xi, Navarro alude ao início do curso de tupi no Colégio da Bahia em 1556, cujo primeiro professor teria sido Luís da Grã. O primeiro professor foi Antônio Rodrigues (Edelweiss 1969 a: 74), e, nessa ocasião, Luís da Grã se encontrava na capitania de São Vicente (Cardoso 1992: 26-27).

O passo aludido e objeto de ressalvas por parte de Tuffani é o seguinte: “*Em 1556, iniciava-se o curso de língua tupi no Colégio da Bahia, onde o Padre Luís da Grã seria o primeiro professor.*”

Ora, antes de Luís da Grã, o ensino não era feito com gramática, não tinha sistematicidade e não era obrigatório a todos os inacianos, sendo feito de forma eminentemente pragmática. Luís da Grã levou a *Arte de Anchieta* de Piratininga para a Bahia, com a qual os noveis jesuítas passaram a aprender o tupi. Ele foi, sim, o primeiro professor desse curso, a partir de 1560. Antônio Rodrigues foi somente um instrutor, que dava lições avulsas e sem sistematicidade, como se infere de muitos textos da época.

4. Ao discorrer sobre os Tupiniquim, p. xxix, Navarro afirma: “Essas referências a tupiniquins em São Vicente permanecem ainda enigmáticas e somente a descoberta de novos documentos históricos poderá lançar luzes sobre essa questão [!].” É mais do que sabido que os Tupi de São Vicente também eram chamados de Tupiniquim (Métraux 1928: 14-15, Edelweiss 1947: 44).

Obcecado por opiniões de Edelweiss, que tal ajuizou em 1946, Tuffani ignora autores mais modernos que cuidaram dessa questão. Se conhecesse o livro *Os indígenas do Planalto Paulista*, de Benedito Prezias (Humanitas, USP, 2000), o melhor estudo sobre esse assunto até agora publicado, veria que essa questão é problemática e não diria o que disse.

Ali lemos, na p. 162:

TUPI OU TUPINIKIM?

Quanto aos moradores do planalto, *sempre pairaram dúvidas sobre seus etnônimos*. Foram chamados de Tupi, Tupinakim/Tupinikim e, algumas vezes de Guaianã/Goaianá/Goyanazes.

Compulsando a documentação da época, *percebemos uma incidência muito grande do etnônimo Tupi usado por aqueles que viveram com os indígenas do planalto e de São Vicente, sendo mais raro o registro do etnônimo Tupinakim*.

E na p. 165 (*ibidem*):

... Pode-se verificar que os missionários e portugueses que viviam ou estavam em contato com os indígenas de São Paulo e Piratininga, ao nomearem estes grupos, nas 22 ocorrências por nós citadas, em 16 (75%) utilizaram o etnônimo Tupi, ao passo que em apenas cinco (25%) usaram o etnônimo Tupinakim. Destas cinco ocorrências, apenas duas (9,5%) referiam-se aos indígenas de São Vicente. As outras três (15,5%) referiam-se aos indígenas que viviam mais distantes ou eram indicações genéricas, como fizeram os camaristas de São Paulo. (grifos nossos)

5. **Ao tratar de tupinismos, p. xiv, Navarro cita “ficar com nhenhêném, ficar jururu, ir para a cucuia, chorar as pitangas, etc.”. Certos termos e expressões devem ser evitados pelos tupinólogos pois possuem etimologias ainda não esclarecidas: é o caso de “nhenhêném” e “jururu”.**

Tuffani evidencia em tal passo que não conhece a literatura tupi:

nhe'enne'enga (etim. – *ficar falando*) (s.) – discurso, sermão, **NHENHENHÊM**: ...*abarê* **nhe'enne'enga** *renduba*... – ouvir o sermão do padre (Ar., Cat., 12)

aruru (s.) – tristeza, estado de **JURURU**, melancolia; (adj.) – triste, **JURURU**, tristonho, melancólico: *Nde arurupe abá nde rapixara rerekó-katureme?* – Tu te entristeceste ao alguém tratar bem teu próximo? (Ar., Cat., 102); *Xe aruru* (ou *Xe aruru nhe*). – Eu estou triste. (VLB, II, 45)

Da forma **aruru**, usada predicativamente (**i aruru** – *ele é tristonho*) é que proveio **jururu**. Não há mister argumentos para o provar. A evidência impõe-se como critério de verdade.

6. **Na mesma página, entre outras palavras, Navarro arrola “pirão”, de origem Tupi ou africana, mais provavelmente Tupi (Houaiss & Villar 2008 [2001]: 2223), que, no MMTA, por equívoco, afirma proceder de “pirá” ... (1998: 546).**

Ora, aqui Tuffani contradiz-se. Se ele admite que *pirão* possa ter origem africana, como está tão certo de que eu me equivoquei ao dizer que *pirão* provenha de *pirá*? Creio, hoje, com efeito, que tal palavra provenha de *mindypyrō*, mas não tenho certeza disso e Tuffani, por saber pouco o tupi antigo, não poderia fazer afirmações tão peremptórias. Veja-se o que consta de verbete revisto de meu dicionário:

(e)mindypyrō [ou (e)minypyrō] (r, s) (s.) – papa grossa, ensopado, pirão (Anch., *Arte*, 13v); caldo migado com farinha ou beiju de maneira que se desfaz todo em uma massa ou polme (VLB, II, 37): **xe remindypyrō** – minha papa grossa (Fig., *Arte*, 79)

7. **Também no MMTA apresenta “SAPOTI” como tupinismo (1998: 292, 2005: 246), quando o termo nem sequer é de origem Tupí, mas Náuatle (Houaiss & Villar 2008 [2001]: 2518).**

Tem razão Tuffani. *Sapoti* é de origem náuatle. Sucede que tal palavra aparece escondida num “caça-palavras” que eu criei em 1998, uma espécie de jogo para noveis aprendizes de tupi, não a tendo eu excluído da edição de 2005 por não ter percebido ali sua presença, haja vista que está de enleio com muitas outras palavras. Basta abrir o *Método* para se entender o que digo.

A má intenção de Tuffani, não obstante, reside em não dizer que eu sabia do senão cometido, pois não consignei *sapoti* na minha tese, que ele resenhou...

8. **O cúmulo das falsas etimologias cabe a “Ipanema”, “upá-nema ‘lago fedorento’” da quinta lição do MMTA (1998: 61-62, 2005: 70-71). Segundo Navarro, assim se chamava a lagoa Rodrigo de Freitas (1998: 62), mas a lagoa nunca teve essa denominação. A Vila Ipanema era uma homenagem ao Barão de Ipanema, daí o nome do bairro: o topônimo tem sua origem na região de Sorocaba, Ypanema, já que de lá veio o homenageado.**

Tuffani mente quando escreve, acima, que tal informação aparece na edição de 2005, nas páginas 70-71). Nela, tal informação não aparece mais, pois eu próprio descobri meu erro, não foi mister ninguém me apontar. Eu apresentei ali duas etimologias para *Ipanema*, o mesmo que fez Lemos Barbosa (§444), em seu *Curso de Tupi Antigo*, a “Bíblia” de Tuffani. Ser-lhe-ia um bom alvitre dividir o texto desse livro em versículos...

9. Em “A documentação histórica: as edições e os manuscritos utilizados”, p. xciii, Navarro deixa de citar Helder Perri Ferreira como tradutor dos Poemas de Anchieta, assumindo para si a tradução da lírica tupi (1997), repetindo o que faz na terceira edição do MMTA (2005: 450). Na primeira edição do MMTA, a tradução desses poemas apresenta-se como trabalho em conjunto (1998: 533). Isto lembra a alteração do título da tese de doutorado, pequena, no entanto inconveniente. Mas aqui o caso é mais grave, chega a ser preocupante.

Com relação à omissão do nome de Helder Perri como cotradutor dos poemas de Anchieta, é mister que se diga que ele era aluno de graduação quando tal livro foi publicado. Sua participação do trabalho aludido foi diminuta, pois seu conhecimento da língua era assaz pequeno. Ele chegou, sim, a traduzir alguns poemas, mas somente porque eu quis promovê-lo por me ter ajudado na organização de um congresso internacional em 1997. Por eu saber quão pouco ele fez é que não me aprouve mais pôr seu nome ao lado do meu, e por mais uma razão que será explicitada no tópico 11. Mas não houve aqui nem sombra de má-fé, como meus detratores podem ter vislumbrado. Ademais, proporei em breve uma tradução aperfeiçoada à editora Martins Fontes, e sem o uso de hífens no texto tupi, com o que o nome de Perri deverá ser excluído definitivamente de meu trabalho.

10. Como se trata de um dicionário histórico, o “Dicionário de tupi antigo” deve ter os seus verbetes abonados com reproduções fiéis ao que está nas fontes primárias e secundárias, mas não é o que se encontra.

Se o fizera, tornaria o dicionário inútil a um público mais vasto. Como já salientei alhures, difundir o tupi antigo é a meta por mim colimada. Ademais, a banca julgadora de minha tese, composta por lexicógrafas eminentes, como as professoras Maria Aparecida Barbosa e Maria Teresa Biderman, não questionou tal ponto, aprovando meu dicionário com nota máxima. É, assim, perfeitamente cabível fazer o que fiz e, se Tuffani me ataca por isso, é-o por razões ominosas.

11. Por ocasião da estreia de Hans Staden, o *Jornal do Brasil* publicou uma reportagem, em que se dava atenção ao fato de o filme ser falado em Tupi Antigo: “Em Hans Staden fala-se a verdadeira língua brasileira”, atesta o professor Eduardo Navarro, especializado em tupi-guarani.” (Dia 2000: 1.) Quem assistiu ao filme viu Hans Staden se dirigir à praia exclamando: “Kurusu! Kurusu! Kurusu!” Portuguese no Tupi Antigo, kurusá é “cruz”, kurusu é no Guaraní, ybyraioasaba também traduz a ideia significando “paus cruzados”.

O aluno Hélder Perri, de quem Tuffani arvorou-se em advogado, em 1998 foi designado por mim para orientar a correta prolação dos diálogos em tupi pelos atores que participaram do filme *Hans Staden*, em Ubatuba, lá tendo permanecido, com tal fito, por várias semanas. Ali, sem nada me comunicar nem me pedir autorização para isso, fez versões (pois lhas solicitara o diretor Luís Alberto Pereira), que foram acrescentadas ao texto do filme, que eu havia vertido anteriormente.

Destarte, houve erros, sim, mas da lavra de Hélder Perri, não da minha.

12. Na “Introdução”, p. vi, Navarro vincula o Tupi Antigo ao Romantismo e ao Modernismo. Com efeito, houve tentativa nesse sentido, mas o Tupi Antigo só foi “decifrado” a partir dos anos 30 do século XX. Os escritores e os estudiosos anteriores, em sua quase totalidade, confundiam o Tupi Antigo com o Guaraní Antigo e sobretudo com o Nheengatú ou Tupi Moderno.

Ora, o título do poema I JUCA PIRAMA, de Gonçalves Dias, não foi retirado de nenhum vocabulário da língua geral, mas, sim, da gramática de Luís Figueira, do tupi antigo, que teve seis edições: 1621, 1687, 1795, 1851, 1878 e 1880). Somente no século do Romantismo foi ao prelo três vezes. É fato incontestável que Gonçalves Dias leu-a para compor seu *Dicionário da Língua Tupi*, publicado em 1858. Com um verbete de seu dicionário prova-se tal asserção:

NENIMAS – Terceira pessoa relativa do verbo *Ain*, estar deitado.

Veja-se o que escreveu Figueira:

Terceira pessoa relativa. Céni, l, néni mas só no plural. (Figueira, Arte da Grammatica da Lingua do Brazil, 1795) (grifos nossos)

Não há a forma verbal *Nenimas* em tupi antigo nem na língua geral amazônica. Ocorre que faltou no texto de Figueira, na edição de 1795, uma vírgula:

NÉNI, MAS SÓ NO PLURAL.

Isso confundiu Gonçalves Dias. O erro por ele cometido prova cabalmente que Figueira, o segundo gramático do tupi antigo, foi sua fonte (além doutros vocabulários da língua geral, é claro).

Por outro lado, donde foi retirado o nome do quadro de Tarsila do Amaral, ABAPORU? Basta abrir a gramática de Anchieta para se saber isso:

Tal palavra não figura em vocabulários da língua geral nem tampouco é termo do *nheengatu* do século XX.

Conhece, porventura, Tuffani a tese de Ingrid Schwamborn, intitulada *O Guarani era um Tupi* (UFC, 1998), em que ela mostra que A-lencar usou “abundantemente o *Dicionário da Língua Tupi*, de Gonçalves Dias”? (p. 411)

Que houve influxo da língua geral amazônica setecentista e do guarani no Romantismo e do *nheengatu* no Modernismo não há negar, isso é elementar, mas está mal informado quem afirma que não o houve do tupi antigo também.

13. No “Dicionário” de Navarro, em que se leram e se analisaram todas as fontes disponíveis, não há verbete para *ypyra* com tal significado. No *Confessionário* brasileiro de Anchieta se encontra “4. Ndeíteé abá [...] sóypýra abaré supé [...] 4. Por isso o homem [...] se aproxima do sacerdote [...]” (1992 b: 77). Nas “Notas” do tradutor, Armando Cardoso, lê-se “4. [...] só-ypýra: ir perto, aproximar-se” (1992 b: 80). A passagem deve ser considerada para o significado de *ypyra*.

Por aqui se vê que Tuffani sabe pouco o tupi antigo... Pode ter muita informação sobre edições de obras, mas isso não basta para resolver o problema acima e nem ler seus textos. O “*verbo*” que ele afirma estar ausente de meu dicionário não o é, na verdade, e a tradução que Cardoso deu para tal palavra estava equivocada. Veja-se o verbete para tal palavra em meu dicionário, que pode, *de per si*, dirimir quaisquer dúvidas que pairam sobre tal questão:

opyra (r, s) (s.) – 1) zelador da casa (de pessoa ausente); o que está ou fica na casa (de pessoa ausente): *Aîmbiré, îarasó muru taûîé, îandé roypyra moe-sãia*. – Aîmbirê, levemos os malditos logo, para alegrar os que ficaram em nossas casas. (Anch., *Teatro*, 40); *T’o’u îandé roypyruêra*. – Que os comam os que ficaram em nossas casas. (Anch., *Teatro*, 64); 2) o que fica no lugar de, substituto (p. ex., o ovo que se põe no lugar onde se quer que a galinha vá botar; indez) (VLB, I, 115): *Nd’e’i te’e abá... soypyra abaré supé onhemombe-gûabo*. – Por isso mesmo o homem se confessa a seu substituto, o padre. (Anch., *Doutr. Cristã*, II, 77); *Aikó nde ropyramo*. – Estou em teu lugar; sou teu substituto. (Anch., *Arte*, 44v)

A palavra “omitida”, Tuffani não a encontrou porque ela é um substantivo, não o verbo “ir perto, aproximar-se”, como traduziu Cardoso. Ele canoniza gramáticos e tradutores contemporâneos e não as fontes primárias, pois não as conhece.

14. De fato, torna-se preocupante o interesse daqueles que estudam o Tupí Antigo como uma língua viva. Como falar e escrever em Tupí Antigo se não se dispõe de curso, gramática e dicionário atuais e confiáveis para o estudo da língua? E mesmo que houvesse, não seria recomendável estudar Tupí Antigo para falá-lo ou escrevê-lo.

Ora, Tuffani cita diversas vezes Lemos Barbosa como fonte confiável e, depois, diz que *não se dispõe de curso ...confiável para o estudo da língua?* Se Lemos Barbosa não é confiável, por que me critica tomando por base, diversas vezes, a obra daquele gramático (a sua “Bíblia”, como já asseveramos)? Não corresponderia isso a uma heresia? “*Anathema sit!*”

Ademais, se meu *Método de Tupi Antigo* não fora confiável, ele não teria sido estudado por uma das maiores antropólogas indígenas brasileiras, a Dra. Betty Mindlin, que o leu completamente e assistiu a meu curso na USP.

Enfim, se o tupi antigo não pode ser aprendido como língua viva, por que o Laboratório de Línguas Indígenas do Instituto de Letras da UnB, dirigido por Aryon Rodrigues, participou da publicação de uma obra chamada “*Como manter sua língua viva: uma abordagem da aprendizagem individualizada, baseada no bom senso*”? Esse livro, de autoria de Leanne Hinton, dá exemplos de experiências de revitalização de línguas indígenas mortas. Aryon Rodrigues publica aquilo em que não acredita? Pois lá vai escrito seu nome em **Produção e edição final**, ao lado do nome de Ana Suely Cabral...

Com efeito, na p. 27 de tal obra, lemos que “*Daryl Baldwin, do povo Miami, aprendeu sua língua, ensinou-a à sua família, transformou-a na língua usada em sua casa e ainda ensinou-a em cursos de língua e acampamentos...*”

Em nota de rodapé (ainda na p. 27), lemos:

Miami é uma língua da família Algonquin falada nos estados norte-americanos de Indiana e Oklahoma... *Daryl não podia aprender sua língua com o programa mestre-aprendiz, porque o último falante da língua havia falecido em 1962. Ela aprendeu sua língua fazendo um mestrado em linguística para que pudesse compreender o material que existia sobre sua língua. Seu êxito impressionante foi o princípio da revitalização da língua Miami.* (grifos nossos)

Na p. 102 (*ibidem*) há referência a mais uma língua indígena morta que está sendo aprendida por uma descendente de índios americanos, de nome Quirina Luna:

Rumsien é uma língua Ohlone, intimamente relacionada com a língua de Quirina, Mutsun. Nenhuma das duas línguas tem falantes nativos. Linda está aprendendo Rumsien a partir de registros escritos e gravações de áudio.

Por que Tuffani, no seguimento de Aryon Rodrigues, critica-me o trabalho de ensino do tupi antigo como língua viva entre os potiguaras da Paraíba, fazendo de conta que não sabe da existência de iniciativas idênticas levadas a efeito nos Estados Unidos e divulgadas (e, creio eu, apoiadas) pelo próprio Aryon Rodrigues, seu grande amigo? O problema é que, no meu caso, houve muita repercussão na mídia daquele meu trabalho entre os potiguaras e a alma humana, quando pequena, não tolera ver o bom sucesso alheio...

15. Não vá alguém pensar, portanto, que, com esta resenha, há a intenção de questionar a aprovação de Navarro no concurso de livre-docência do qual participou. Como o trabalho, porém, poderia ter um caráter mais científico, serão levantados pontos que, se tivessem sido considerados, teriam dado ao “Dicionário” a confiabilidade de que precisa.

Tuffani fala de *caráter científico* sem saber bem as implicações filosóficas disso. O termo *ciência* não é unívoco, mas certamente trabalho filológico não é ciência empírica como Tuffani e seus sequazes parecem querer que seja. Se a falta de espírito científico de que ele me acoima significa “falta de rigor” ou “falta de método”, é preciso que ele, então, modifique os termos que usa, pois isso denuncia carência de formação filosófica e humanística, necessária para se compreender o próprio Estruturalismo do qual eles são defensores.

16. Na p. 31 vem “amoypyra (s. etnon.) – (nome de nação indígena (Vasconcelos, *Crônicas* (Not.), I, § 151, 110)”, que também deve ser levado em conta para ypyra: “Amoipira. – A palavra é composta de amô = outro, outra, da outra, e ybyra = margem, com possível influência de ypyra = parte próxima. Como se vê no texto, o gentílico proveio do nome do maioral da tribo. Chamou-se, portanto, O(s) da outra margem.” (Edelweiss 1974: 473-474.)

Aqui novamente Tuffani errou por não conhecer fontes primárias, mas só os gramáticos contemporâneos:

amoypyra (os que ficaram no lugar de outros < **amô** + **opypyra**) (s. etnôn.) – **AMOPIRA**, nome de povo indígena que vivia às margens do rio São Francisco (Vasconcelos, *Crônica* (Not.), I, §151, 110)

Já mostrei no tópico 13 o que significa **opypyra** (r, s). Basta relê-lo.

17. Também afirmo que não recomendei a publicação do manual na ocasião porque eu esperava de Navarro um amadurecimento no que toca à questão da problemática do Tupi Antigo ou Tupinambá.

Como já demonstrei, Tuffani não é ninguém para recomendar ou deixar de recomendar publicações na seara do tupi antigo, ele que, em toda a sua vida, só publicou 15 páginas de textos sobre o assunto. Certamente ele queria que eu também fizesse uma triste figura, como a que ele próprio faz, no mundo acadêmico... Ademais, que poderiam significar as obscuras palavras “*problemática do Tupi Antigo ou Tupinambá*”?

18. Em “A documentação histórica”, p. xcii, Navarro delimita no tempo as fontes utilizadas, séculos XVI e XVII, “o período histórico em que o tupi antigo foi falado”. Se leu tanto, onde está *karaku*? São duas as ocorrências em Claude d’Abbeville.

A palavra referida aparece na p. 189 de minha tese com a forma **karasu**, haja vista que Marcgrave, que também a menciona, amiúde omite cedilhas, o que já engendrou erros e confusões na história da Taxinomia. Isso aconteceu, por exemplo, em CAVIA COBAIA (que se deve ler ÇAUIÁ ÇOBAIA), originando um erro de interpretação do taxinomista Lineu, que criou o táxon *caviídeos* e o nome *cobaia* para o porquinho-da-índia, e isso à conta da má transcrição daquelas palavras, feita por Marcgrave. Decidi-me, contudo, pela forma KARAKU na revisão que fiz do dicionário em 2008, por razões que não importa aqui apresentar por miúdo.

19. Fruto de “descoberta”, p. ci, uma outra conclusão que merece esclarecimento diz respeito a “*îakatu*1 (adv.) – por todo (os, a, as), em todo (os, a, as)”. Acerca do que afirma Navarro: “Nenhum dos tradutores de Anchieta atinara com o seu significado, que somente com este dicionário ficou evidenciado em virtude do cotejo de diferentes textos, donde pôde ressumar o verdadeiro sentido do lexema.” Estas lições não tinham sido bem aprendidas por Navarro porque na sua tradução da lírica tupi de Anchieta não se vê tal entendimento: “Oro-aûsukatu gûi-t-ekóbo, xe r-ekobé îa-katu [...] Estou amando-te muito, como a minha própria vida [...]” (1997: 102).

Se Tuffani conhecesse bem o tupi antigo, saberia que *îakatu* tem mais de um significado. Traduzi-o em *Poemas de Anchieta* de uma forma, mas ela não era a única possível:

*îakatu*¹ (adv.) – por todo (os, a, as), em todo (os, a, as): *Seté îakatupe ybyá i moperé-perebi...?* – Fizeram feridas por seu corpo todo? (Ar., Cat., 60); *Oro-aûsu-katu gûitekóbo, xe rekobé îakatu.* – Estou amando-te muito, por toda a

minha vida. (Anch., *Poemas*, 102); **-Mamôpe a'e i boiá sôu a'e riré? -Taba iakatu.** -Para onde aqueles seus discípulos foram depois disso? -Por todas as cidades. (Ar., *Cat.*, 45v); **I pupé Iesu Cristo rekôú, i Tupâ seté abé gûetependûara pupé, o ekó iakatu tenhe i 'anga abé...** – Dentro dele está Jesus Cristo, sua divindade e seu corpo em sua inteireza, em todo o seu ser e em seu espírito. (Ar., *Cat.*, 85); **T'oikuab pabengatu abá yby iakatu okûaba'e karaibamo nde rera rekó.** – Que saibam todos os homens que estão em toda a terra que teu nome é santo. (Thevet, *Cosm. Univ.*, II, 925)

iakatu² (conj.) – como (de comparação), da mesma forma que; exatamente como: **Akó ybakype ogûekó iakatu, Îandé Îara... rekôú miapepûera pupé nhe abaré pôpe re'a...** – Eis que, como está no céu, Nosso Senhor está dentro do pão nas mãos do padre, com certeza. (Ar., *Cat.*, 84v)

iakatu³ (v. intr.) – igualar, ser igual: **Nde poropotare'yma t'oïakatu xe resé.** – Tua pureza seja igual em mim. (Anch., *Poemas*, 132) **ïakatumdûara** (s.) – o que é igual a; o igual de (VLB, II, 9)

20. Em Lições de etimologia tupi, o Prof. Edelweiss dá a sua contribuição para a etimologia de “caipira”: “Caipira – é outro enigma etimológico à espera de solução defensável. Sendo, pois, a etimologia de caipira um enigma intrincado, o máximo que se pode fazer é juntar às opiniões anteriores mais outra, que talvez não satisfaça, mas que, pelo menos, não violenta os preceitos gramaticais tupis. Existe no guarani o termo *ypy*, correspondente ao tupi *ypyra* – perto de, junto de, parte próxima. Diz Montoya que a mesma palavra se emprega para designar o que trata de, o que toma conta de. Se combinarmos *ypyra* com *kaá* – teremos *kaá-ypyra*.” Para uma palavra tida como de origem controvertida (Cunha 1982 [1978]: 83), deve-se admitir que a hipótese de etimologia de “caipira” elaborada pelo Prof. Edelweiss chega a ser original e mesmo plausível: até onde se sabe, é a mais viável das propostas de etimologia para o termo em causa. No “Dicionário” de Navarro, em que se leram e se analisaram todas as fontes disponíveis, não há verbete para *ypyra* com tal significado.

Ora, Edelweiss enganou-se totalmente no que disse e Tuffani mostra-se absolutamente despreparado ao repetir tais coisas. Já mostrei alhures (tópico 16) que *não há verbete para ypyra com tal significado*, como nesciamente afirmou Tuffani, somente porque a palavra *ypyra* não existia como um lexema (senão como alomorfe do sufixo *-pyra*). *Perto de*, em tupi antigo, é *ypype*, não *ypyra*, como asseverou erroneamente Edelweiss:

ypype (loc. posp.) – perto de, junto a: **...T'oroikó nde ypype nhe...** – Que estejamos perto de ti. (Anch., *Teatro*, 122); **...Tatá ypype oïepegûabo.** – Aquecendo-se perto do fogo. (Ar., *Cat.*, 57)

21. **Pode parecer exagero, mas não é, todos os verbetes do “Dicionário” devem ser revistos para que sejam refeitos com abonações originais.**

(...)

Todo trabalho pode e deve ser melhorado, porém, tratando-se de Tupi Antigo, isso é mais do que necessário pois boa parte das fontes primárias apresenta ortografia deficiente. Por isso solicitei a Navarro que não publicasse o seu manual antes do tempo, pois se ele o fizesse, teria que refundir o trabalho posteriormente.

Isso porque Tuffani, como não pode ler senão traduções de textos tupis, deseja que o conhecimento dessa língua fique só em nível de documentação. Fá-lo para justificar sua própria insciência dela... Ele quer, assim como acontece consigo próprio, que ninguém a leia, ninguém a escreva, ninguém a fale, ninguém, enfim, a saiba. Ele quer fidelidade total à ortografia dos originais para que o tupi antigo continue a ser fracamente conhecido ou somente que o seja em nível estrutural, como acontece com Aryon Rodrigues e consigo próprio.

22. **Ao tratar dos Potiguára, p. xxx, Navarro afirma que a História do Brasil de Vicente do Salvador foi publicada em 1627. Tal obra permaneceu inédita até 1889 quando teve a sua primeira edição no volume 13 dos Anais da Biblioteca Nacional (Lacombe 1974: 164-165).**

Mais uma vez, Tuffani mostra que sua preocupação é somente com as edições dos livros, não com o conteúdo deles. Se houve engano de minha parte nesse caso, a informação é absolutamente irrelevante para o objetivo por mim perseguido.

Conclusões

A maior parte das críticas de Tuffani não procede. Sua análise é confusa, mal escrita, sem uso correto de parágrafos e vírgulas, com repetições de ideias, sem estilo, enfim...

Acredito que a atual polêmica que eu engendrei foi, assim, sumamente proveitosa. Certamente Tuffani não faria o trabalho de revisão que fez (embora limitado a poucos verbetes) se não fosse aquela.

É inevitável que, em toda obra, haja sempre erros, não existindo perfeição em nada que o ser humano faça. No entanto, os erros não podem ser excessivos (como os há nos dois trabalhos cujas resenhas críticas eu divulguei recentemente pela Internet).

Num dicionário de cerca de oito mil itens lexicais, o que Tuffani mostrou ser equivocado ou passível de aperfeiçoamento não chega a 0,2% do total e isso porque não resenhou o texto de meu dicionário após sua revisão em 2008. Os erros que ele aponta em meu trabalho são periféricos, não o atingindo em seu cerne. Ademais, referem-se, em grande parte, àquilo que ainda não foi dado ao prelo.

O prof. Tuffani muito me surpreende em tecer tais críticas, ele que me confessou, certa feita, ter lido somente a gramática de Lemos Barbosa e não conhecer a literatura em tupi antigo. Já me disse, ademais, que o Prof. Aryon Rodrigues apreciava meu trabalho. Deve tê-lo apreciado no passado, com efeito, pois em 1997, no Congresso Internacional IV Centenário de Anchieta, na FFLCH da USP, Rodrigues afirmou, diante de dezenas de pessoas, que eu renovei o ensino e a pesquisa do tupi antigo na minha universidade. Disso dão testemunho muitos professores e alunos que lá estavam e com os quais eu ainda mantenho contatos.

O que, na verdade, azedou a apreciação positiva que Rodrigues fazia acerca de mim foi ver a repercussão que meu trabalho teve na televisão, nos jornais e nas revistas nacionais e do exterior por ocasião das comemorações dos quinhentos anos do Descobrimento do Brasil e, além disso, as notícias que lhe chegaram pela mídia de meu magistério entre os potiguaras da Paraíba, a convite da FUNAI, no ano de 2001. A partir desses acontecimentos, Rodrigues passou a tratar-me mal e com despeito, a mim que sempre o tratara com a máxima deferência (apesar de perceber as limitações que seu trabalho apresentava no campo dos estudos tupinológicos). Disso dá testemunho o fato de eu lhe ter dedicado a primeira edição de meu curso de tupi antigo.

A propósito, ocorre também que nunca um curso ou gramática de uma língua indígena brasileira passou da primeira edição e o meu *Método* já vai para a quarta, com três reimpressões. É isso que o Prof. Rodrigues e Tuffani nunca me perdoaram...

BREVE NOTÍCIA SOBRE A COLEÇÃO CRÍTICA TEXTUAL

Faz um ano que, em agosto de 2011, o Sr. Vanderlei Cruz, editor-chefe da Editora Appris me convidou a organizar e dirigir uma coleção sobre crítica textual e edição de textos, que ele intencionava criar.

Aceita a proposta, apresentei-lhe o plano da coleção em outubro, já com a previsão de um primeiro lançamento durante o IV Simpósio Nacional de Estudos Filológicos, na primeira semana de abril, no Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense.

Postas mãos à obra, sete volumes foram apresentados à editora para esse possível lançamento, que, de fato, foi transformado em um pré-lançamento, visto que nenhum dos volumes ficou definitivamente editado.

Foram planejados para aquela ocasião os sete volumes seguintes, que só agora são efetivamente lançados:

1. *Cantigas de Pero Meogo*, de Leodegário A. de Azevedo Filho;
2. *Crítica Textual e Edição de Textos*: teoria e prática, organizado por José Pereira da Silva;
3. *Crítica Textual e Edição de Textos*: interagindo com outras ciências, organizado por José Pereira da Silva;
4. *Crítica Textual em Tutameia – Terceiras Estórias*: No prosseguir – a travessia rítmica, de Sandra Paro;
5. *Documentos Relativos ao Brasil conservados nos arquivos espanhóis (1535-1625)*, de Eliabe dos Santos Procopio;
6. *Os Diacríticos em Manuscritos Postais do Século XIX*, de Helena de Oliveira Belleza Negro;

7. *Testemunhos da História de uma Cidade*: edições fac-similares e semidiplomáticas do séc. XIX de Capivari, de Rosicleide Rodrigues Garcia.

Para dar prosseguimento à coleção, foram acrescentados mais os dois volumes seguintes para serem lançados no dia 29 de agosto de 2012, durante o XVI Congresso Nacional de Linguística e Filologia, no Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro:

8. *Crítica Textual e Edição de Textos*: bibliografia produzida ou referenciada nas últimas décadas, organizado por José Pereira da Silva;
9. *Crítica Textual*: base teórica e outros ensaios, de Leodegário A. de Azevedo Filho;

Além desses títulos, mais cinco volumes foram submetidos à análise da editora, que poderão ser lançados ainda este ano, dependendo dos autores e da pesquisa de mercado em andamento:

10. *Crítica Textual e Documentação Histórica do Centro Oeste*, organizado por Elias Alves de Andrade;
11. *Dois Olhares para uma Escritora Plural – Maria de Lourdes Abreu de Oliveira*, de Leila Rose Marie Batista da Silveira Maciel e Moema Rodrigues Brandão Mendes;
12. *Edição de Texto e Crítica Filológica*, de Rosa Borges, Arivaldo Sacramento de Souza, Eduardo Silva Dantas de Matos e Isabela Santos de Almeida;
13. *Escrever sobre a Areia*: estudos culturais sobre o Brasil do século XVI, de Leonardo Ferreira Kaltner;
14. *O Evangelho de Lucas no Manuscrito Grego da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (cód. 2437)*: edição e glossário, de Maria Olívia de Quadros Saraiva.

Ao projetar a coleção, a editora pensava lançar um número bem maior de títulos por ano. No entanto, começados os trabalhos, verificou-se que os textos de crítica textual requerem cuidados muito especiais relativos à diagramação e à formatação, ampliando o tempo necessário para as revisões pelas quais precisam passar.

Em 2013, dando continuidade à coleção, pretendo apresentar à editora alguma coisa de minha lavra, como o que resultou de meus traba-

lhos de conclusão de curso de mestrado e de doutorado e/ou outros que resultaram de minhas pesquisas sobre a obra de Gregório de Matos e a de Alexandre Rodrigues Ferreira, dos séculos XVII e XVIII respectivamente.

Com esta notícia, aproveito para convidar os interessados a submeterem seus livros de crítica textual ou suas edições críticas, genéticas, diplomáticas etc. a nossa coleção, porque ela está aberta a todos os colegas que já produziram ou que estão produzindo nesta especialidade.

As propostas de publicação devem ser direcionadas a José Pereira da Silva (pereira@filologia.org.br) com um prazo mínimo de 75 dias antes da data prevista para lançamento da obra, para que haja tempo hábil para a apreciação técnica e acadêmica pela administração da editora e pelo Conselho Editorial da Coleção.

Rio de Janeiro, agosto de 2012.

José Pereira da Silva